



**OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA
TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA NO
PONTAL DO PARNAPANEMA (SP): Dissidências
e Dinâmica Territorial**

Edvaldo Carlos de Lima
Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz
Júnior



PRESIDENTE PRUDENTE
MARÇO DE 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

EDVALDO CARLOS DE LIMA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E
PELA REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO
PARANAPANEMA (SP): Dissidências e dinâmica territorial**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP – Campus de Presidente Prudente, para obtenção do Título de Mestre em Geografia (Área de Concentração: Produção do Espaço).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

PRESIDENTE PRUDENTE
MARÇO DE 2006

EDVALDO CARLOS DE LIMA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E
PELA REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO
PARANAPANEMA (SP): Dissidências e dinâmica territorial.**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior (UNESP – Presidente Prudente)

1º Examinador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini (UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon)

2º Examinador: Prof. Dr. Luis Antonio Barone (UNESP – Presidente Prudente)

Presidente Prudente, 23 de Março de 2006.

Dedicatória

A meu pai (*in memoriam*) que em vida desejou que seus filhos, pelo menos, fossem alfabetizados. À minha mãe que estrategicamente nos tirou do sítio Pé-leve-velho (município de Bananeiras – AL) para estudar em “São Paulo”.

Dedico também aos meus irmãos e irmãs: Aldene, Cida, José, Tarciso, Jair, Roseli, Rosileine, Elisangela, Edvanio (Cânfora).

Aos meus filhos Caio e Pedro.

Em especial aos trabalhadores rurais sem-terra de todos os acampamentos e assentamentos do Pontal e de todo país que, apesar das diferenças expressas em suas convicções políticas, lutam por um país sem latifúndio e qualidade de vida para todos os trabalhadores. Que suas virtudes tenham a magnitude das maiores grandezas escalares, que mantenham acesa a chama da luta permanente contra o processo de dominação e controle social da burguesia rural, sem baixar a cabeça.

À Maria Franco (Galega) que me ensinou a valorizar cada uma das particularidades das diferenças humanas. A Ela, uma dedicação especial pelo sentimento afetivo que supera os limites da amizade.

Ao grande Amigo, Professor e Orientador Thomaizão, figura muito especial na minha formação, pela sua refinada compreensão das diferenças do mundo.

Ao Professor e amigo João Fabrini que com uma leitura criteriosa me ajudou nos caminhos da Redação Final da Dissertação.

Da mesma forma dedico também ao Professor Barone que “quase” diretamente acompanhou a pesquisa desde a Monografia.

Agradecimentos

Primeiramente ao Thomaz que topou o desafio de iniciarmos uma pesquisa com um tema tão polêmico quanto o aqui posto. Orientador, amigo e um exemplo de ser humano. Agradecimentos à Rosangela, Fernandinha e Flávia.

Ainda na questão da pesquisa, agradeço ao Fabrini pela paciência de me dar um norte nas dificuldades do texto. Apesar da distância, manteve com experiência sua tranquilidade camponesa.

A todos os amigos que de várias formas participaram dessa pesquisa: Marcelino (Zé), Flávia Ikuta, Flávia Spinelli, María Franco (de novo a galega), Ricardão (Motorista do Marcelino), Julio Cezar – grande figura e companheiro de pesquisa de campo, Silvia (Cabelo), Renatinha (vanguarda de TS), Jordi, Fer e Marina (família Ikuta – Montenegro), Divino e Soninha, Gleison, Cacá, Metidiero (Juninho) e aos meus alunos e alunas do ensino fundamental e médio que muito contribuíram para a pesquisa, particularmente os acampados.

Especial agradecimento para Dênis Richter pela sua precisão cartográfica na organização dos fluxos e das coisas.

De maneira geral a todos aqueles que convivi durante todo este período no CEMOSi/CEGeT.

Agradeço também a Erinate, Ivonete e Márcia, pela atenção dada durante todo o meu tempo de mestrado e até mesmo fora dele.

Lembrando que a CAPES subsidiou essa pesquisa durante o ano de 2005.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS.....	8
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	8
ÍNDICE DE FIGURAS.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
APRESENTAÇÃO.....	10
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – Posse da terra: os conflitos, dissensões e a questão da violência no Pontal do Paranapanema.....	19
1.1 Luta e mobilização social dos trabalhadores no campo.....	20
1.2. O MST: projeto e formação no Pontal do Paranapanema.....	28
1.3. Formação e luta do MST no Pontal do Paranapanema.....	33
1.4. Fragmentação da luta e conflito no Pontal do Paranapanema.....	36
1.5. Violência contra as ações políticas dos MOSLUTRA.....	40
CAPÍTULO II – Formação do latifúndio e dos conflitos sociais no campo.....	53
2.1. Formação dos latifúndios no Brasil e a Luta dos Trabalhadores: organizações, dissidências e a Reforma Agrária.....	54
2.2. O processo histórico de organização dos trabalhadores sem-terra.....	56
2.3. Dissidências e divergências político-ideológicas no interior das Ligas Camponesas.....	59
2.4. Dissidências e divergências político-ideológicas no interior do MST no Pontal do Paranapanema.....	62
2.5. Gênese do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST) no Pontal do Paranapanema.....	64
CAPÍTULO III – Ocupações de terras no Pontal do Paranapanema: Materialização de ações políticas diferenciadas.....	79
3.1. Formas de ocupação: a materialização de ações políticas diferenciadas.....	80
3.2. Os acampamentos rurais dos MOSLUTRA: as territorialidades da luta.....	82
3.3. Acampamentos do MST: significado e sentido da ocupação de terras.....	95
3.4. Concepção política das ocupações organizadas pelos MOSLUTRA.....	100
3.5. O desuso da legislação agrária e os sentidos da propriedade privada da terra.....	103
CAPÍTULO IV – Os MOSLUTRA no Pontal do Paranapanema: perspectivas para a luta pela terra e pela Reforma Agrária no âmbito das políticas agrárias vigentes.....	106
4.1 - Os MOSLUTRA sob a ótica das políticas agrárias do Banco Mundial no século XXI.....	107
4.2 - Políticas públicas e os trabalhadores sem-terra acampados do Pontal do Paranapanema.....	113
5. Considerações Finais.....	121
6. Bibliografia.....	124
9. Anexos.....	132

RESUMO

A estrutura fundiária da região do Pontal do Paranapanema configurou-se num complexo processo de ocupação que, histórica e geograficamente, singularizou-se pela grilagem de terras por latifundiários.

A região localiza-se no extremo oeste paulista e está composta por 32 municípios. Abrange um total de quase 1.000.000 hectares ocupados irregularmente, dos quais 444.000 hectares foram terras declaradas devolutas pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP).

A partir do final da década de 80 iniciam-se as ações políticas dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária (MOSLUTRA) contra os latifúndios improdutivos no Pontal. A luta pela terra e pela Reforma Agrária toma uma nova forma: a ocupação por acampamentos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi o primeiro a organizar trabalhadores e trabalhadoras, mobilizando-os para a ação política em diversas formas de ocupação.

Dentro desse conflito entre as classes envolvidas, latifundiários e trabalhadores sem-terra, surgem também as dissidências originadas pelos conflitos internos ao Movimento como um todo. Em 1998, surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), principal marco de dissidência do MST no Pontal do Paranapanema. No mesmo ano, no interior do MAST surge o Movimento Unidos Sem Terra (MUST), que não sobreviveu autonomamente por muito tempo. Os trabalhadores dissidentes uniram-se novamente às fileiras do próprio MAST e a outros movimentos que foram se configurando na região.

Constatamos neste trabalho que as dissidências no interior dos MOSLUTRA surgem principalmente por divergências político-ideológicas entre as lideranças e os próprios trabalhadores. A partir das dissidências surgem os novos movimentos que reivindicam terra para fins de Reforma Agrária, porém as formas de luta são diferenciadas e respondem a concepções determinadas de Reforma Agrária, subsidiadas por posicionamentos político-partidários próximos à Social Democracia e/ou por éticas religiosas de diversas Igrejas Protestantes.

Até o momento, o Estado brasileiro desenvolveu tão só políticas públicas paliativas que não condizem com a concepção de uma Reforma Agrária estrutural, configurando o que veio a se denominar de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial (BM). E esta morosidade na resolução da questão agrária é ponto crucial do conflito das dissidências dos MOSLUTRA.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Luta pela Terra; Reforma Agrária; Dissidências; Ocupação; Acampamento.

RESUMEN

La estructura agraria de la región del Pontal do Paranapanema fue configurada en un complejo proceso de la ocupación que, histórica y geográficamente, se destacó por la *grilagem* de tierras por terratenientes.

La región se localiza en el extremo oeste del estado de São Paulo y está compuesta por 32 municipios. Abarca un total de casi 1.000.000 hectáreas ocupadas irregularmente, de las cuales 444.000 hectáreas de tierras han sido declaradas públicas por el Instituto de Terras de São Paulo (ITESP).

A partir de finales de la década de 80 se inician las acciones políticas de los Movimientos Sociales de Lucha por la Tierra y la Reforma Agraria (MOSLUTRA) contra los latifundios improductivos en el Pontal. La lucha por la tierra y la Reforma Agraria toma una nueva forma: la ocupación en los campamentos. El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) fue el primero en organizar a los trabajadores y trabajadoras, movilizándolos para la acción política en formas diversas de ocupación.

Dentro del conflicto entre las clases implicadas, terratenientes y trabajadores sin-tierra, también aparecen los desacuerdos originados por conflictos internos al Movimiento en su totalidad. En 1998 surge el Movimiento de Agricultores Sin Tierra (MAST), principal marca de disidencia del MST en el Pontal do Paranapanema. En el mismo año en el interior del MAST surge el Movimiento Unidos Sin Tierra (MUST), que no sobrevivió autónomamente por mucho tiempo. Los trabajadores disidentes se unieron nuevamente a las filas del propio MAST y a otros movimientos que fueron formándose en la región.

En este trabajo constatamos que las disidencias en el interior de los MOSLUTRA surgen principalmente por divergencias político-ideológicas entre los líderes y los propios trabajadores. De los desacuerdos surgen nuevos movimientos que reivindican tierra para fines de Reforma Agraria, no obstante las formas de lucha son diferenciadas y en función de concepciones diferentes de Reforma Agraria, subsidiadas por posturas político-partidarias próximas a la Social Democracia y/o por éticas religiosas de Iglesias protestantes diversas.

Hasta el presente el Estado brasileño tan sólo ha desarrollado políticas públicas paliativas que no condicen con el concepto de Reforma Agraria estructural, configurando lo que se ha llamado de Reforma Agraria de Mercado del Banco Mundial (BM). Esta morosidad en la resolución de la cuestión agraria es un punto crucial del conflicto de disidencias de los MOSLUTRA.

Palabras-clave: Movimientos Sociales; Lucha por la Tierra; Reforma Agraria; Disidencias; Ocupación; Campamento.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Presença de MOSLUTRA por município no Pontal do Paranapanema - 2005.....	23
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Assassinatos no Campo: Janeiro – Agosto de 2005.....	47
TABELA 2 – Assentamentos do Pontal do Paranapanema – 2005.....	50
TABELA 3 – Estrutura Fundiária – 2003.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Assassinatos no Campo – Brasil – 1985 – 2004.....	43
GRÁFICO 2 - Conflitos por Terra – Brasil – 2004.....	43
GRÁFICO 3 – Desocupações de terras no Pontal do Paranapanema - 2004.....	45
GRÁFICO 4 – Assassinatos no Campo – Janeiro a Agosto de 2005.....	49

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema - 2005.....	24
FIGURA 2 - Acampamentos do MST no Pontal do Paranapanema – 2005.....	25
FIGURA 3 – Acampamentos no Pontal do Paranapanema – 2005.....	26
FIGURA 4 – Fragmentação dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema – SP – 2005.....	37
FIGURA 5 – Movimentos Agregados e Dissociados do MAST no Pontal do Paranapanema – 2005.....	71
FIGURA 6 – Acampamentos do MAST no Pontal do Paranapanema – 2005.....	76
FIGURA 7 – Acampamento Mario Covas – MAST – Euclides da Cunha Paulista/SP....	83
FIGURA 8 – Acampamento Mario Covas – MAST – Euclides da Cunha Paulista/SP....	84
FIGURA 9 – Acampamento Santa Madalena – MAST – Pito Aceso – Regente Feijó/SP.....	87
FIGURA 10 – Acampamento Jahir Ribeiro – MST – Presidente Epitácio/SP.....	88
FIGURA 11 – Acampamento Palmares – MAST – Piquerobi/SP.....	92
FIGURA 12 – Acampamento Brasileiros Unidos Querendo Terra – Presidente Venceslau – SP.....	92
FIGURA 13 – Acampamento UNITERRA – Presidente Epitácio /SP.....	94
FIGURA 14 – Acampamento Funcional – MST – Marabá Paulista/SP.....	98
FIGURA 15 – Acampamento Funcional – MST – Marabá Paulista/SP.....	99
FIGURA 16 – Acampamento do MAST – Santo Anastácio/SP.....	109
FIGURA 17 – Acampamento do MAST – Panorama/SP.....	110
FIGURA 18 – Acampamento Santa Madalena – MAST – Pito Aceso – Regente Feijó/SP.....	117

LISTA DE SIGLAS

ABUQT – Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra
ARST – Associação da Renovação Sem Terra
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CBTE – Central Brasileira dos Trabalhadores e Empreendedores
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEGeT - Centro de Estudos de Geográfica do Trabalho
CEMOSI – Centro de Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única de Trabalhadores
DAF – Departamento de Assuntos Fundiários
GEE - Grau de Eficiência de Exploração da Terra
GUT - Grau de Utilização da Terra
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP – Instituto de Terras de São Paulo
MAST – Movimentos dos Agricultores Sem Terra
MB – Movimento dos Barraqueiros
MC – Movimento Central
MEB's – Movimentos de Educação de Base
MEV – Movimento Esperança Viva
MNF – Movimento Nova Força
MOSLUTRA – Movimento Social de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária
MP – Movimento da Paz
MPST – Movimento da Paz Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTP – Movimento Sem Terra do Pontal
MSTR – Movimento Sem Terra de Rosana
MTB – Movimento Terra Brasil
MTC – Movimento Terra e Cidadania
MTE – Movimento Terra da Esperança
MTP – Movimento Terra e Pão
MTV – Movimento Terra Viva
MTRSTB – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil
MUP – Movimento Unidos pela Paz
MUST – Movimento Unidos dos Sem Terra
NERA – Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisa Sobre Reforma Agrária
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
SDS – Social Democracia Sindical
UDR – União Democrática Ruralista
UNITERRA – União dos Trabalhadores Sem Terra

APRESENTAÇÃO

Temos aqui o produto de um esforço conjunto que remonta à minha graduação na FCT/UNESP. Logo em 1997, conheci o Prof. Thomaz que me deu os primeiros ânimos para a pesquisa. Ainda na graduação, no segundo ano, tive a oportunidade de ver de perto os acampamentos de luta pela Reforma Agrária, resultado de um trabalho de campo coordenado pelo Prof. Bernardo. Nesse momento desenvolvia junto ao Prof. Godoy um Estágio Não Obrigatório, longe da temática da questão agrária. Posteriormente, com o apoio do Programa de Apoio ao Estudante, iniciei uma pesquisa com a Profa. Rosângela Hespagnol sobre a questão agrária propriamente dita.

Partiram daí os primeiros encaminhamentos para chegar à abordagem do Prof. Thomaz sobre a questão agrária e os movimentos sociais no campo. Sob a sua orientação e com o apoio do CNPq iniciamos o projeto de pesquisa intitulado “As diferentes frentes de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema”.

Na pós-graduação dediquei minha atenção, novamente, para a questão das ocupações de terra e da fragmentação das bandeiras de luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema. Meu primeiro trabalho de campo rumo a essa temática foi o alicerce para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O estudo sobre a origem do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) em 1998, no calor das disputas e das defesas de idéias e concepções a respeito da luta social, das ocupações de terra, e as compreensões de estratégia e de tática de luta, nos motivaram a estabelecer o objeto de pesquisa. Nossas atenções foram direcionadas para a compreensão desse processo, o que nos possibilitou acompanhar de perto a fragmentação do movimento social e os efeitos práticos disso na configuração das organizações que em sua maioria passaram a compor o MAST, tais como: Movimento Terra da Esperança (MTE), Movimento da Paz Sem Terra (MPST), Movimento Unidos Sem Terra (MUST), Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra (ABUQT), Movimento Terra Brasil (MTB), Movimento Terra e Cidadania (MTC), Movimento Sem Terra do Pontal (MSTP), Movimento Terra e Pão (MTP), Movimento Central (MC), Movimento Esperança Viva (MEV), Movimento da Paz (MP), Movimento dos Barraqueiros (MB), Movimento Sem Terra de Rosana (MSTR), Movimento Unidos pela Paz (MUP), Associação de Renovação Sem Terra (ARST), Movimento Nova Força (MNF), Movimento Terra Viva (MTV).

Com apoio coletivo do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical (CEMOSi), ambos sob coordenação do Prof. Thomaz, intensificamos as ações sobre a realidade dos acampamentos e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.

Mas é claro que o resultado aqui apresentado não significa o final da nossa discussão. Entendemos esta etapa como o início importante de outras que virão. Sempre no intuito de apreender as múltiplas nuances da dinâmica dos MOSLUTRA, cujo movimento vivenciamos de perto, re-fazendo a cartografia a cada nova saída a campo durante os três anos que durou esta pesquisa. Cada dia que contabilizávamos os números de acampamentos para a elaboração ou atualização dos mapas, naquele mesmo dia, éramos surpreendidos pela eclosão de novas ocupações de terras.

Mergulhamos, então, no cotidiano dos acampados sem-terra para compreender a suas existências e o porquê da luta política pela terra. As respostas que obtivemos recolhem-se nesta Redação Final.

Nossas dúvidas e indagações e até indignações foram aguçadas a partir da análise da situação jurídica do Pontal do Paranapanema e a quantidade de projetos de assentamentos implantados em 2005¹. O levantamento foi realizado pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e mostrou uma significativa quantidade de terras improdutivas, frente a uma imensa quantidade de trabalhadores pobres e desempregados na região.

Esses motivos foram pauta dos trabalhos de campo e porta de entrada para pensar na questão dando maior ênfase à análise da macro estrutura econômica, que rege a sociedade como um todo, e sua repercussão no mundo do trabalho. Nosso maior desafio foi compreender a composição da classe trabalhadora no Brasil que se faz realidade nos campos e nas cidades, e as contradições expressas em seu interior, o que requalifica, constantemente a plasticidade e as diferentes formas de existência do trabalho².

Através da nossa experiência com os movimentos sociais, elaboramos um arquivo que contém todas as entrevistas, tanto de trabalhadores quanto de intelectuais que lidam com a questão da luta pela terra e pela Reforma Agrária. As entrevistas foram a base de referência para os três anos de elaboração dessa dissertação, além dos vários

¹ Ver Tabela 2, página 48.

² Essa referência vem sendo objeto das pesquisas desenvolvidas no CEGeT, e para mais detalhes, ver: Thomaz, (2003, 2004, 2005, 2006).

contatos, encontros, reuniões e participações nas assembleias realizadas pelos trabalhadores, eventos, etc.

Enxergamos, então, nesse cenário marcado pelos conflitos em torno da posse da terra, que a ocupação como bandeira de luta política, tem feito a diferença na vida dos trabalhadores rebeldes, que sempre estiveram incomodando a burguesia rural. (FELICIANO, 2003)

É visível a profundidade do abismo existente entre grileiros e trabalhadores sem-terra, construído ao longo dos tempos no território brasileiro.

Postas estas questões, achamos conveniente expressar nossa posição favorável em relação à proposição de um diálogo, não só acadêmico, mas também no âmbito dos movimentos sociais, e entidades de apoio e demais interessados. Ou seja, pensamos ser imprescindível o exercício da *práxis* tanto no campo do conhecimento como na própria ação política, capaz de guiar nossas práticas rumo à ruptura da estrutura social e econômica da sociedade do capital.

INTRODUÇÃO

Compreender as dissidências internas aos movimentos sociais envolvidos e organizados em torno da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema e os significados desse processo no âmbito da questão agrária no Brasil foi nosso objeto de pesquisa.

Na dimensão bibliográfica da pesquisa a nossa prioridade foram os autores que focalizavam os movimentos sociais e a questão agrária. São correntes teóricas que nortearam o contexto da dissertação, especialmente o que abrange os conceitos e categorias que utilizamos. Quais sejam: trabalhador sem-terra, luta pela terra, movimentos sociais, questão agrária, Reforma Agrária e latifúndio¹. Atendendo a isso, foi proposital a escolha da disciplina Geografia Agrária para realização do Estágio de Docência sob a responsabilidade do Prof. Bernardo Mançano Fernandes. É importante lembrar que nossa concepção do universo do trabalhador sem-terra, que luta pela terra e pela Reforma Agrária, contempla também os trabalhadores desempregados da cidade que se converteram em trabalhadores sem-terra, ou seja, desprovidos de emprego e garantias de sobrevivência nos centro urbanos são potenciais ocupantes de terra, sendo que se encontram hoje nos acampamentos e assentamentos, particularmente no Pontal do Paranapanema².

As lutas desses trabalhadores, tanto no campo como na cidade, se dão pelos desdobramentos impostos pela estrutura da sociedade do capital. O capital com sua reestruturação produtiva intensifica a precarização e pauperização do trabalho em todos os seguimentos. Trata-se de um modelo hegemônico de reprodução das desigualdades sociais no campo e na cidade.

¹ Latifúndio institucionalizado, aqui é entendido como aqueles caracterizados e definidos pelo Estatuto da Terra. Como segue: Latifúndio é representado pelas grandes propriedades que possuem mais de 600 módulos fiscais (Estatuto da Terra, art. 4º, item V). Compreendendo imóveis avantajados com milhares de hectares explorados pelos grandes grupos econômicos, pela monocultura com formas modernas de exploração dos recursos. Segundo Andrade (1980), “usando mão-de-obra assalariada, exercendo sobre a mesma o mais completo domínio, ao lado de latifúndios explorados por velhos proprietários que ocupam grandes áreas, fazendo uma exploração pouco intensiva, utilizando moradores que além do serviço prestado ao proprietário, exercem atividades de subsistência na agricultura, na coleta florestal, na caça e na pesca” (p.66). Trata-se de propriedades sem função social que possuem em suas dimensões fins especulativos apenas de reserva de valor. Isso implica no regime inadequado de exploração para o uso social da terra.

² Esta região é composta pelos seguintes municípios: Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Piquerobi, Santo Anastácio, Caiuá, Presidente Bernardes, Ribeirão dos Índios, Sandovalina, Estrela do Norte, Narandiba, Tarabai, Pirapozinho, Presidente Prudente, Regente Feijó, Anhumas, Indiana, Martinópolis, Alfredo Marcondes, Caiabú, Taciba, Iepê, Rancharia, João Ramalho, Santo Expedito, Emilianópolis e Nantes. (Recorte Regional adotado pela UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema). Destacamos a região do Pontal, por ser *locus* de pesquisa.

A contribuição teórica de José Gomes da Silva se deu a partir do significado do conceito de Reforma Agrária na Questão Agrária do Brasil hoje. A importância do livro “A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento”, foi decisiva para o nosso trabalho, principalmente no entendimento da Reforma Agrária que deve ser um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola. Nesse processo de desenvolvimento da reforma agrária é importante que os trabalhadores que vivem da terra, sejam inseridos ativamente, por tratar-se de interesse primordial desse trabalhador nos sentidos políticos e sócio-econômicos.

O ordenamento das idéias, assim como a operacionalização metodológica, aparecem nos capítulos que seguem, sendo o primeiro uma aproximação sobre o debate da territorialização e da dinâmica das mobilizações da luta pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema. Em nossa compreensão, a forma de luta política mais adequada para avançar nos processos de Reforma Agrária são as ocupações com acampamento. O acampamento é uma ação política que mobiliza todos os setores da sociedade. Compreendemos que construir barracos dentro de uma “propriedade”, latifúndio, é um ponto de partida para o desenvolvimento da Reforma Agrária no Brasil. Essa forma de mobilização política inicia o processo de contestação do sistema latifundiário encravado na formação territorial da sociedade brasileira.

Os trabalhadores sem-terra, no Brasil, e fora das suas fronteiras também, continuam organizando-se em torno da luta pela distribuição de terra para fins de uso social. De diferentes formas e através de distintas lutas, os trabalhadores inseridos no campo têm construído parte da história do Brasil. Porém, essas lutas que deveriam ter sido superadas ao longo de mais de 500 anos, continuam vivas e com uma potencialidade única, pois pela primeira vez na história, os trabalhadores sem-terra são interlocutores diretos com o poder institucionalizado e põem frente aos setores mais atrasados da burguesia, os latifundiários e também com o capital e com o Estado. Portanto, nem a organização dos trabalhadores no campo nem a Reforma Agrária são como alguns afirmam coisas do passado.

Com isso destacamos que a contradição que sustenta a trama social do conflito territorial que envolve os trabalhadores, o Estado e a elite latifundiária, se reforça, dado que a atuação dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária

(MOSLUTRA)³, se multiplica. Esclarecendo aqui que nas propostas de Reforma Agrária do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) e seus agregados, constam apenas a integração de uma política de desenvolvimento rural, com incentivos do governo federal, diferentemente do MST que sustenta seu programa de Reforma Agrária a partir da modificação da estrutura da propriedade da terra e da subordinação dessa propriedade à justiça social, às necessidades do povo. Tendo como objetivos gerais a construção de uma sociedade sem exploradores, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital.

Mas essas diferentes concepções de propostas não deixam o MAST fora da luta política de luta pela terra e pela Reforma Agrária dos (MOSLUTRA). Entendemos estas como formas e concepções diferenciadas de fazer a luta.

Compreendendo que os movimentos aqui mencionados contemplam fundamentalmente os processos de territorialização⁴ nos espaços de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

No capítulo 2 recorremos a alguns processos históricos que solidificaram a luta pela terra em escala nacional, dando a identidade de trabalhadores rurais sem-terra aos trabalhadores que lutavam e lutam pela terra.

A questão agrária, de modo geral, e as ações dos movimentos sociais do campo, de alguma forma se confundem num processo permanente de rearrumação territorial da formação da estrutura societária. Mas neste capítulo discutimos sobre as particularidades dessa (re)arrumação territorial que atinge o território brasileiro e que atinge os trabalhadores rurais, via exploração e precarização do trabalho.

³ Neste trabalho entendemos por movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, todos os grupos sociais que aqui mencionamos e que se manifestam com ações reativas contra os efeitos da sociedade do capital, que se dizem contra a opressão, pauperização e a miséria dos trabalhadores rurais sem-terra, características particulares aos movimentos que organizam os trabalhadores em acampamentos como ação política de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Nas entrevistas ao longo dos trabalhos de campo, vimos esta atitude em todos os trabalhadores entrevistados (tanto trabalhadores do MST, quanto do MAST e seus agregados), mas estes grupos sociais se diferenciam por sua capacidade de mobilização e de organização nos enfrentamentos com os latifundiários e com o Estado. Por exemplo: o MST que se organiza a partir de uma estrutura organizativa composta por: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Secretaria e Setores Nacionais: 1 – Relações Internacionais, 2 – Secretaria Nacional, 3 – Sistema Cooperativista dos Assentados, 4 – Frente de Massa, 5 – Educação, 6 – Formação, 7 – Comunicação, 8 – Finanças, 9 – Projetos. (FERNANDES, 1996, p. 83). A organização do MAST e os demais movimentos, denominados agregados do MAST (Figura 4), ainda não têm uma estrutura organizativa comparada com a do MST, mas, entendo que esta estrutura é conquistada a longo prazo, é constituída pelas práticas cotidianas, os vínculos e interlocução política com as instituições políticas e a própria sociedade. Portanto entendemos o MAST também como um movimento social de luta pela terra e pela reforma agrária, em construção, pois sua luta tem articulação política com PSDB e SDS, isso é o que formata sua identidade mesmo sendo um movimento criado no seio de um governo combatente dos movimentos sociais no campo brasileiro. Governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁴ O processo de territorialização é entendido por meio das ações políticas dos trabalhadores sem-terra organizados em ações simultâneas “em diferentes lugares ao mesmo tempo” (FERNANDES, 2001, p. 64).

Os processos históricos aqui apresentados são facetas do emaranhado político-ideológico que constituiu e sustentou a classe dominante, latifundiários e capitalistas, sobre a classe trabalhadora, particularmente do campo. Qual seja: chegar à reta final do seu desespero pela sobrevivência; acampar por tempo indeterminado em condições sub-humanas; fazer passeatas; promover ocupações, ser perseguido politicamente e em muitas ocasiões ser vitimado com a violência e em alguns casos com a morte. Esses processos foram as diretrizes que consolidaram as ações dos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária hoje.

Em algumas correntes teóricas que discutem a questão agrária brasileira é importante que o que esteja em foco, seja a conjuntura em que viveram e que vivem os trabalhadores que lutaram e lutam pela posse da terra nesses mais de 500 anos de latifúndio, em meio aos desafios e mazelas que o capitalismo exerceu e ainda exerce sobre a classe trabalhadora de maneira geral, fundamentalmente no campo. A presença do latifúndio na estrutura agrária brasileira foi uma das principais causas que deram formato à atual conjuntura no campo. E a partir da teoria da recriação do campesinato focamos as conseqüências sociais ocasionadas por esses processos e a dinâmica territorial da temática em apreço.

Já as formas de ocupação e de lutas pela terra entre as diferentes organizações dos movimentos sociais (MST/MAST e seus agregados) foram analisadas no capítulo 3. Neste capítulo analisamos as formas de ocupações em acampamentos como materialização das ações políticas diferenciadas entre os movimentos (MST/MAST e seus agregados). De maneira geral, todos os processos de construção do acampamento é uma determinação pensada pela liderança como estratégia de ocupação.

As territorialidades dos movimentos sociais no campo simbolizam um espaço político que objetiva transformar as formas de organização desse espaço da sociedade do capital que controla os meios de produção, mesmo com suas distinções políticas e ideológicas. Trata-se aqui especificamente dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Nesse ideário inserimos as formas em que os movimentos sociais de luta pela terra (MST/MAST) têm se utilizado para se oporem à ditadura imposta pelo poder do capital e pelos interesses materiais que comandam as ações dos trabalhadores, através do poder do latifúndio, constituído nesse território. Este território de estrutura e identidade própria - Pontal do Paranapanema tem se reproduzido ao longo de suas dimensões geográficas reconstruindo uma ideologia alienante que contenta a sociedade do capital em todas as suas dimensões socioculturais.

No capítulo 4 discutimos sobre as tendências e perspectivas dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária frente às políticas públicas agrárias e agrícolas determinadas pelo Banco Mundial. Entendemos que as tendências aqui estabelecidas apontam para vários redimensionamentos que são produtos da sociedade capitalista, são remetidas à esfera das políticas de Reforma Agrária elaborada pelo governo federal e pelo Banco Mundial, são processos já conhecidos por nós como: as dissidências por divergências políticas, as formas de ocupações diferenciadas e conseqüentemente os diversos tipos de violências ocorridos no interior dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Tudo isso sob a ótica e o controle social do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e das centrais sindicais: Social Democracia Sindical (SDS) e Central Brasileira dos Trabalhadores Empreendedores (CBTE).

Em função da dinâmica territorial, neste momento, os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária (MOSLUTRA) mantêm os processos políticos de ocupação de terras devolutas e improdutivas como o principal instrumento de confronto com latifundiários e setores da burguesia dominante e de pressão junto ao Estado e a sociedade em busca da definição de políticas públicas de Reforma Agrária.

É por dentro da dinâmica geográfica do trabalho, ou seja, da territorialização, desterritorialização e reterritorialização que nos propomos entender o envolvimento dos trabalhadores expressos nos camponeses e nos demais trabalhadores que passam a compor o universo de relações e de expirações difundidas pelo campesinato no âmbito da luta pela terra. É no interior da luta de classes que os camponeses e os demais trabalhadores se realizam. Essa luta é materializada através de diferentes frentes e formas de luta dos MOSLUTRA.

O trabalhador sem-terra, hoje, está imerso no processo de reestruturação produtiva do capital, em geral, sendo que, no campo se expressa por meio das redefinições em marcha pelo capital agroindustrial e das políticas públicas do Estado afinadas de um lado aos pressupostos dos grandes grupos transnacionais do setor agroindustrial alimentar, e por outro, nos referenciais de desenvolvimento territorial rural e na Reforma Agrária de mercado, que torna secundário e descaracteriza as ações específicas dos movimentos sociais e da questão agrária propriamente dita.

Finalmente acreditamos que o trabalhador sem-terra não deve ser entendido de forma restrita à lógica mercadológica; seus valores morais e sua campesinidade⁵ devem ser considerados essenciais na sua reprodução social.

⁵ O conceito de Campesinidade é discutido por Klaas Woortmann no texto, “Com Parente Não se Neguceia” O Campesinato Como Ordem Moral (1990). O autor analisa a campesinidade do camponês a partir da ética camponesa – essa ética é constitutiva de uma ordem moral, ou seja, uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra. Essa perspectiva possui determinadas implicações relativas ao modo de construção do campesinato. A campesinidade é vista como um processo de reciprocidade do homem com a terra enquanto valor moral, suprimindo a lógica economicista do capital. De acordo com o autor, “a campesinidade caracteriza a terra como expressão de uma moralidade, não como objeto de trabalho. A terra é vista como algo pensado e representada no contexto de valorações éticas”. (WOORTMANN, 1990, pp.12 e 13).



CAPÍTULO I

A QUESTÃO DA POSSE DA TERRA, OS CONFLITOS E AS DISSIDÊNCIAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Os Movimentos Sociais de luta pela terra no Brasil são o que há de mais moderno que temos no país. Eles trazem para o cenário nacional uma nova forma de se fazer e agir politicamente, ou seja, eles trazem para o cenário da democracia brasileira exatamente a possibilidade da democracia de massa, do exercício da democracia direta. Só não vê isso quem, de forma preconceituosa, não quer compreender estes movimentos ou a bandeira de luta pela Reforma Agrária.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira



1.1. - Luta e mobilização social dos trabalhadores no campo

[...] o latifúndio se incrusta no poder de maneira perene na nossa história. É impressionante como os representantes do setor ruralista simplesmente são uníssonos em afirmar que não sabem por que a reforma agrária não foi feita no Brasil, embora tenham se articulado durante anos para efetivamente barrá-la...Falam como se não tivessem feito nada contra ela; só defenderam o sagrado direito da propriedade.

D. Pedro Casaldáliga

A classe trabalhadora no campo, no Brasil e no mundo¹, continua organizando-se em torno da luta pela posse da terra com fins de uso social. Hoje, como evidencia a epígrafe de abertura desse capítulo, a qual nos permite defender o posicionamento de que os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária representam o que há de mais moderno hoje no Brasil, como nos indica Oliveira (2003, p.242).

A pressão no campo aumentou, especialmente a partir de 1995 com o surgimento de um grande número de novas frentes de luta pela terra, além do MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os seringueiros. Para Oliveira (2003, p.243), isto é a mostra inequívoca de que existe uma mobilização social no campo maior que a do MST, sendo que “isto precisa ser compreendido pelos intelectuais, pelos governantes, pelas elites e pela mídia”.

Porém, ainda é o MST que reúne o maior número de famílias acampadas e assentadas no âmbito de seu projeto político o qual, ainda sendo um interlocutor do Governo “Lula”, desafia o Estado através da sua ferramenta de luta política mais eficaz: a ocupação de terra.

Contudo, o que une os trabalhadores sem-terra nesses movimentos é a concepção de uma organização social que parte das suas necessidades e carências materiais e da falta de opção no campo e na cidade. As conseqüências do desemprego estrutural e a

¹ Mostra disso é a Via Campesina, movimento internacional que coordena organizações de trabalhadores no campo, mulheres e comunidades indígenas em todo o mundo.

inclusão precária fazem com que muitos trabalhadores sejam submetidos à exclusão social e à segregação espacial na periferia dos centros urbanos, sendo estes os condicionantes que mobilizam e ampliam as fileiras dos movimentos sociais no campo dia após dia.

Assim, as causas primeiras que conduzem os trabalhadores às mobilizações são: as contradições do capitalismo que se expressam na expropriação, na exploração e na subordinação do trabalho. No caso presente, referimo-nos ao trabalhador sem-terra, que tem seu trabalho precarizado pelos processos de expropriação e exploração. Neste sentido, o trabalho regido pela produção capitalista é mercadoria precarizada, por consequência da acumulação dessa mercadoria chamada trabalho. Marx afirma que “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”. (MARX, 2001, p. 57). O trabalho também se insere nessa regra mercadológica, porque também é utilizado como valor-de-troca.

Diante dessa lógica, é necessário entendermos as contradições desse modelo econômico superando a idéia do capitalismo como “condição natural da humanidade, que se harmoniza com as leis da natureza e as inclinações humanas fundamentais” (WOOD, 2001).

Os MOSLUTRA² resultam de um conjunto de decorrências históricas, sendo que alguns, como o MST, desarticulam toda a estrutura social e espacial construída no território do latifúndio, quando ocupado. Isso significa que, longe de ser nefasto, o suposto “desvio” das leis naturais do sistema é, no caso, o fator de esperança. Atrelado a isto o Estado no Brasil, através das suas instâncias de representação, nunca apresentou alternativa que viabilizasse uma política efetiva de Reforma Agrária. Para Oliveira (1996, p. 54), fica claro que “A posição do Estado tem sido a desarticulação desses movimentos. Quer pela ação repressiva, quer pela sumária ignorância dos acontecimentos, o Estado tem atuado de modo a tentar conter seus avanços”.

Com estes pressupostos, iniciamos a reflexão sobre a mobilização social no campo, atendendo à necessidade e demanda explícita, emergencial e também potencial, dos trabalhadores sem-terra por construir espaços de lutas com suas identidades próprias. Neste sentido, entendemos que os MOSLUTRA simbolizam espaços políticos que objetivam transformar a ordenação territorial da sociedade pautada na lógica excludente do

² Vale lembrar que os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária estão divididos em duas frações divergentes, MST e MAST, com propostas de Reforma Agrária diferenciadas. Neste sentido é valido denominá-los de MOSLUTRA.

capital. Os trabalhadores sem-terra são os agentes sociais que na atualidade inserem as suas “pegadas” no território de poder do latifúndio, alterando constantemente a sua dinâmica territorial e construindo novas territorialidades: as ocupações, os acampamentos e os assentamentos rurais que têm origem nas suas lutas. Esta geografia nos mostra como os ativistas da luta pela terra se expressam contra as formas espaciais da sociedade do capital e, destacadamente, contra o destino de exclusão e miséria dos “desenraizados do mundo rural”. Como observa Martins (2000, p.16):

o capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios para as elites, a classe média e a elite da classe trabalhadora. Mas abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência. São os indevidamente chamados de excluídos, porque inclusos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças.

Nossa análise aponta, especificamente, os trabalhadores sem-terra que se organizam sob um projeto de superação do latifúndio visando a Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema. Isso implica identificar, para submeter à análise, aos diferentes grupos sociais organizados que conformam as diferentes formas de mobilização social na região.

O mapa de divisão municipal do Pontal do Paranapanema ([Figura 1](#)) mostra a espacialização³ e territorialização dos MOSLUTRA. Nele observamos que, dos 32 municípios que formam o Pontal do Paranapanema, apenas no município de João Ramalho não há presença de MOSLUTRA, no período de análise. Ao falar de presença, nos referimos à atuação dos movimentos em forma de ocupações, acampamentos e assentamentos.

Dos 31 municípios restantes, 24 têm a presença do MST. Sendo 13 assentamentos e 11 acampamentos. Os assentamentos do MST estão distribuídos em 13 municípios e os acampamentos estão presentes em 11 municípios. O MAST aparece isolado com acampamento em 5 municípios e com o MST aparece em apenas 2 (Presidente Epitácio e Euclides da Cunha Paulista), também em acampamento.

³ Por espacialização entendemos “a participação de trabalhadores que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões, e como militantes espacializam essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento -, a terra de trabalho”, (FERNANDES, 2001, p. 69). Essa conquista é consolidada a partir da luta por novos espaços e novos lugares, adquirida por novas experiências desenvolvidas, novas formas de luta, de maneira que transforme a realidade do território. Esses processos de luta tanto do MAST como do MST, são ações políticas que diferem em forma e em conteúdo, mas com o mesmo objetivo, a Reforma Agrária.

Quadro 1 – Ocorrência de MOSLUTRA por município no Pontal do Paranapanema 2005

OCORRÊNCIA DOS MOSLUTRA	Nº de Municípios
Sem ocorrências	1
Assentamentos só do MST	13
Acampamentos só do MST	11
Acampamentos do MST e do MAST	2
Acampamentos só do MAST	5

Fonte: LIMA, E. C. Trabalho de Campo, 2005.

No município de Presidente Epitácio, encontramos acampamentos de seis movimentos diferenciados que são agregados e dissociados do MAST. São eles: MAST, MST, UNITERRA, ARST, MNF e MTV.

Na Figura 1 observa-se também a presença de outros movimentos, já descritos anteriormente, que também lutam pela terra e pela Reforma Agrária na região. O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) atua em 7 municípios, sendo que em 5 municípios foram registrados acampamentos apenas deste movimento. Os demais municípios são locais que agregam as sedes políticas do movimento, ou seja, nas próprias residências dos líderes.

O conflito por terra no município de Euclides da Cunha Paulista é liderado pelo MAST e MST, com um total de 350 famílias acampadas entre ambos, ou seja, existem dois acampamentos: o Mário Covas e Olga Benário. Em Presidente Epitácio, além desses dois movimentos, encontramos também a UNITERRA (União pela Terra e Fome Zero), o MTV (Movimento Terra Viva), a ARST (Associação Renovada Sem Terra), o MNF (Movimento Nova Força) e o MTRSTB (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil), porém é o MST que em um só acampamento reúne 4010 famílias de trabalhadores.

Através das Figuras 2 e 3 podemos observar que dos 32 municípios do Pontal, 11 registram conflitos pela terra e visam a regularização das áreas devolutas. Segundo Sérgio Nogueira Barhum, procurador do Estado que estudou parte das ações discriminatórias⁴ das terras devolutas⁵ na região, há um total de 50 ações discriminatórias

⁴ O termo jurídico “ação discriminatória” refere-se a uma ação que tem por finalidade tornar possível o conhecimento das propriedades públicas, de particulares e de terras devolutas que compõem o conjunto de elementos constitutivos do problema fundiário em questão.

⁵ Terras devolutas são aquelas que não estão afetadas por qualquer uso público nem incorporadas ao domínio privado, constituindo, pois, uma das espécies do gênero terras públicas. Formam a categoria dos bens dominiais em decorrência de não terem qualquer destinação pública. Desta forma, as terras se conceituam por exclusão, ou seja, são devolutas as terras que nunca entraram legalmente no domínio particular. (SAMPAIO, *et all*, 2003, p. 43).

FIGURA 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2004 - 2005)

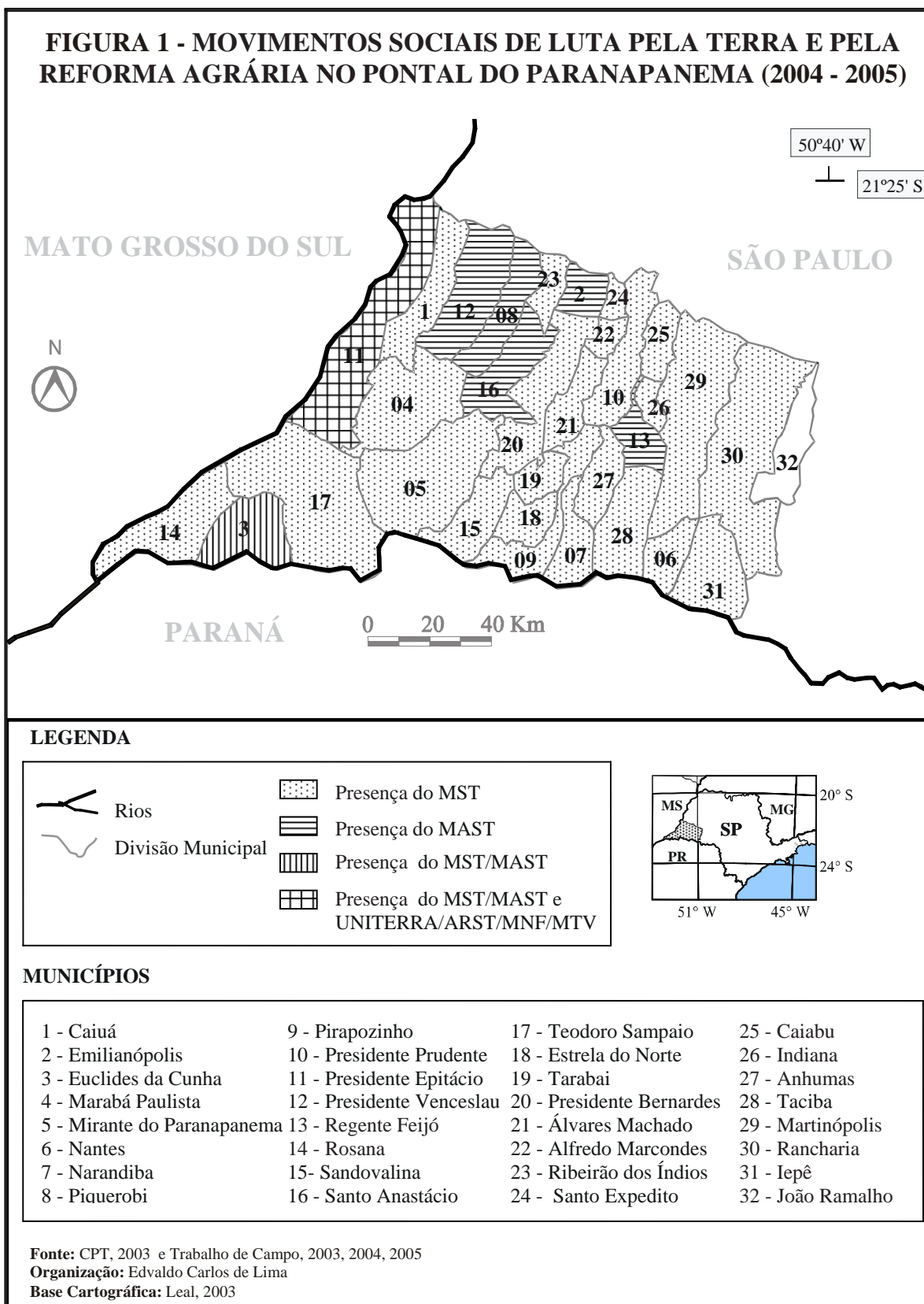
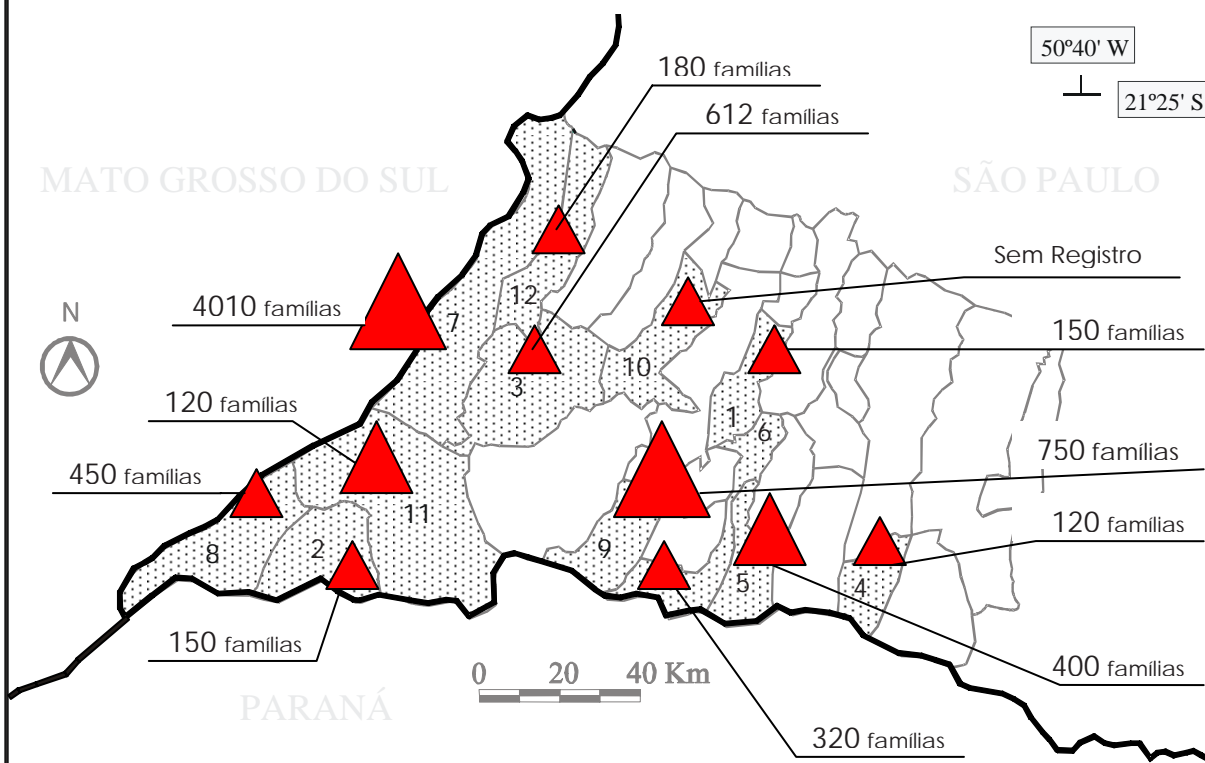


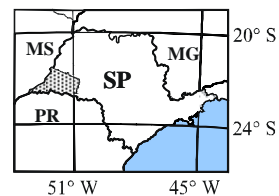
FIGURA 2 - ACAMPAMENTOS DO MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2004 – 2005)



LEGENDA

	Rios
	Divisão Municipal
	Acampamentos do MST

Número de ocorrências	
	3
	2
	1



MUNICÍPIOS

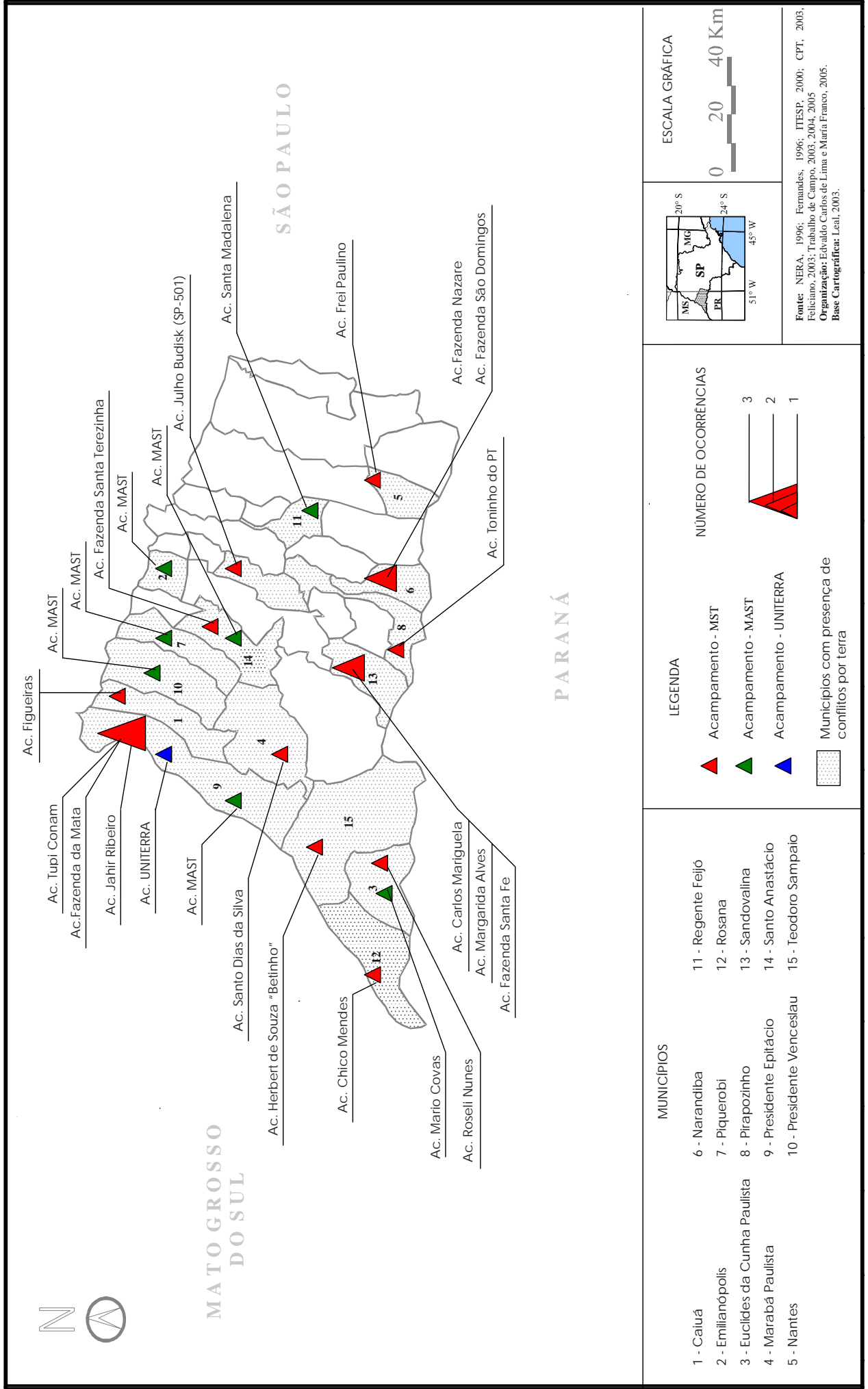
1 - Álvares Machado	5 - Narandiba	9 - Sandovalina
2 - Euclides da Cunha	6 - Pirapozinho	10 - Santo Anastácio
3 - Marabá Paulista	7 - Presidente Epitácio	11 - Teodoro Sampaio
4 - Nantes	8 - Rosana	

Fonte: Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2003 e Trabalho de Campo, 2003, 2004, 2005

Organização: Edvaldo Carlos de Lima

Base Cartográfica: Gleison Moreira Leal, 2003

FIGURA 3 - ACAMPAMENTOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2004 - 2005)



em andamento, o que corresponde a 350 mil hectares de terras disponíveis para a Reforma Agrária. Segundo o procurador, cada uma dessas ações pode durar entre dez ou mais anos para serem julgadas. Isso ocorre por uma série de complexidades relacionadas ao modelo de formação da propriedade privada da terra no Brasil, porque historicamente todas as terras já foram públicas. Esse assunto será abordado no capítulo dois.

Na região do Pontal, há aproximadamente um milhão de hectares de terras devolutas e improdutivas⁶, ou seja, são terras que não sendo próprias e nem aplicadas ao uso público, não se incorporaram ao domínio privado de forma legal, tendo em vista também que estas terras não atendem aos requisitos propostos na Constituição para terras produtivas.

Ademais, se levarmos em conta que no último censo sobre desenvolvimento realizado pelo IBGE (1996), a região do Pontal ostenta os índices de pobreza mais elevados de todo o Estado de São Paulo, somente superados pelo Vale do Ribeira também no Estado de São Paulo. Nesse sentido a luta pela terra e pela Reforma Agrária e a resistência dos MOSLUTRA se faz inquestionável.

Neste cenário, cabe destacar o MST como pioneiro em levantar a bandeira de luta e resistência. O Movimento surge da força política da classe trabalhadora em oposição e resistência às políticas agrícolas dos governos militares. Os trabalhadores se organizam sob essa sigla e, mais uma vez, lutam contra o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Para Oliveira (2003, p. 242), o MST representa a última das formas do movimento camponês:

[...] Eu falo em última forma porque, na realidade, o movimento camponês vem sendo construído ao longo da história do Brasil. Ele viveu no fim da década de 50 e no começo da década de 60, com as Ligas Camponesas, o primeiro momento da sua emergência de caráter nacional. Há um movimento camponês na sociedade brasileira que está disposto a lutar e as elites não podem continuar desconhecendo a sua existência. Essa qualidade política que o movimento adquiriu, de 1979 até hoje, vai dar a ele a possibilidade de ser compreendido politicamente, começando a fazer parte desta jovem democracia para que este país possa construir uma prática política que ainda não tem registro na história do capitalismo mundial.

As insurgências que vêm aqui à tona são as que aconteceram no final da década de 1970 e início da década de 1980 no país e, especialmente, as que surgiram no

⁶ Informações disponíveis em: www.mst.org.br. Acesso aos 28/06/05.

Pontal do Paranapanema na década de 1990. Entendendo que este período de levante dos trabalhadores do campo já era resposta ao período que compreendeu 1965 a 1985. Esse período ficou marcado no campo brasileiro em relação às ocorrências das transformações na história da agricultura ao longo do período dos governos militares. Isso indica que o regime militar com sua política de desenvolvimento agropecuário tinha como intuito a aceleração do desenvolvimento do capitalismo no campo, nos termos de Fernandes (1996, p. 32):

[...] incentivando a reprodução da propriedade capitalista, durante os governos militares pós-64, foram criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando as grandes empresas, mediante incentivos financeiros, que passaram a se ocupar da agropecuária. Para entendermos a origem dessa política é preciso considerar que o golpe militar de 1964 teve, entre outros objetivos, a finalidade de isolar parcialmente, de um lado, o poder dos coronéis latifundistas e, de outro, impedir totalmente o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais, que vinham construindo suas formas de organização, sobretudo a partir de meados da década de 50.

Nesta observação, o autor analisa a trama social que envolve os trabalhadores e os latifundiários na luta pela conquista da terra, que é apenas um dos elementos da questão agrária no Brasil. Com essas afirmações fica claro desde então que o Estado já manifestava suas preferências pelos coronéis latifundiários que, em sua totalidade, têm maiores condições de se manterem no poder, vinculando-se ao Estado pelo poder de domínio sobre a terra por meio das alianças políticas que historicamente foram sendo refeitas.

Como resposta a essa forma de organização do espaço, os MOSLUTRA se apresentam contraditoriamente a esse domínio territorial, agregando força política junto aos trabalhadores desempregados do campo e da cidade, tendo como principal instrumento de luta, a ocupação dos territórios privados, os latifúndios, que é a sua principal bandeira de luta em escala nacional.

1.2. O MST: projeto e formação no Pontal do Paranapanema

A efetivação do MST enquanto movimento social de luta pela terra e pela Reforma Agrária se realizou a partir do momento em que consolidou a primeira ocupação de terras na Fazenda Macali em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, aos 7 de setembro de

1979. Essa ocupação ocorreu audaciosamente em plena ditadura militar, firmando-se como primeira marca no território do latifúndio nesse período. Esse fato se deu com um grupo de 110 famílias apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra. O grupo de trabalhadores já evidenciava a consciência social coletiva da necessidade de se fazer a Reforma Agrária, abrindo possibilidades de novas conquistas em todo território nacional. Esta ocupação é considerada como o embrião do MST, o qual, a partir de então, cresceu em lutas e militância ao longo dos anos 1980 e sendo, hoje, um movimento territorializado⁷ e com maior amplitude no cenário brasileiro, desde os anos 1990. O ano de 1984 ficou marcado como a base de gestação do MST.

Em suma, a consolidação do MST se inicia com um conjunto de experiências de sujeitos que entendiam a grande necessidade de se fazer a Reforma Agrária. Os objetivos do movimento em sua proposta são, além de outros, a modificação radical da estrutura da propriedade privada da terra, assim como a subordinação da propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo.

O primeiro alvo das suas reivindicações aponta para a luta pela terra, para a Reforma Agrária e a construção de uma sociedade mais justa. Isso implica numa nova forma de produção no campo. Tem como meta principal a resolução do problema econômico e de sobrevivência de milhares de famílias de trabalhadores no campo que estão sem perspectivas de trabalho (STÉDILE; GÖRGEN, 1997).

Um segundo alvo é o significado da Reforma Agrária, como um conjunto de medidas a serem tomadas pelo Governo Federal para transformar a estrutura fundiária e superar os conflitos pela terra no Brasil, garantindo terra a todos os trabalhadores que nela queiram trabalhar. Defende a implementação, por parte do Estado, de um conjunto de medidas estruturais que visem alterar o sistema de distribuição da propriedade privada da terra no Brasil.

Assim sendo, o MST é um movimento de reivindicação de direitos, bem como os demais movimentos que lutam pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil. Mas o MST é um movimento de reivindicação fundamentada no sentido de se fazer a Reforma Agrária, todavia, amparado pela Constituição⁸. Não se trata aqui, como demagogicamente se fala para subestimar ou desacreditar a luta, de uma revolução⁹ no campo, e sim de uma

⁷ Para maiores informações sobre o termo movimento territorializado, ver Fernandes, 2001.

⁸ Título VII, Capítulo III, Artigos 184, 185 e 186. Constituição Federal do Brasil

⁹ Referimo-nos aos formadores de opinião que utilizam a noção de revolução em sentido pejorativo, sinônimo de revolta, perturbação, bagunça. Como exemplo, temos a Revista Veja, especialmente em sua

luta democrática pela conquista dos direitos constitucionais que todo e qualquer cidadão possui.

De fato, a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária apresentada ao Governo de Luiz Inácio da Silva em 2003, mostra que o público potencial da Reforma Agrária divulgado pelo IBGE (2000), oscila entre 3,3 e 6,1 milhões de trabalhadores que no campo vivem em condições de pobreza, sendo que 3,3 vivem em extrema pobreza. E só de terras públicas¹⁰ improdutivas passíveis de desapropriação e que não cumprem a função social foram contabilizadas em escala nacional um total de 420.345.382 hectares. Tratando-se de terras devolutas contabilizou-se um total de 130 milhões de hectares somente em 19 Estados da federação que podem ser destinadas à Reforma Agrária. Essas terras estão desigualmente distribuídas no país. Enquanto isso 171.288 famílias estão acampadas sob a lona em condições de miséria e 830.000 estão assentadas pelo Banco da Terra¹¹. Programa com ações limitadas e estratégias para acabar com os conflitos no campo sem resolver a problemática questão agrária. Segundo Russo (2001)¹², esta instituição tem:

o apoio dos latifundiários, pelas seguintes razões: a) nas desapropriações por interesse social, a terra é indenizada em títulos da dívida agrária, negociáveis no prazo de até vinte anos, enquanto nas operações de financiamento da terra o proprietário recebe em dinheiro e a vista; b) as desapropriações são atos unilaterais do governo, enquanto as compras são negociadas entre o vendedor (proprietário) e o comprador (associação de agricultores), com o governo financiando o empréstimo; c) os movimentos representativos dos trabalhadores rurais sem-terra como o MST e a CONTAG, ficam enfraquecidos como meios de reivindicação e luta pela terra e d) o mercado, e não a intervenção do Estado, passa a ser o instrumento principal de acesso à terra, sepultando, de acordo com essa visão, a luta histórica dos trabalhadores rurais e suas organizações pela reforma agrária ampla, massiva e radical.

Neste sentido, fica evidente que o Banco da Terra é mais uma tentativa do governo para coagir os MOSLUTRA e conter o espalhamento da luta pela terra e pela Reforma Agrária, especificamente naquelas terras passíveis de Reforma Agrária. Essa

edição de número 1.648, ano 33, número 19 do mês de maio de 2000, p.44, que relata que o MST modificou seus objetivos em relação à Reforma Agrária. Segundo a revista, “o MST não quer mais a terra. O movimento quer *toda* a terra, quer tomar o país por meio da revolução, e feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio”.

¹⁰ Entende-se por terras públicas, todas aquelas que pertencem às pessoas jurídicas de direito público, ou seja, aquelas que estão sob o domínio da União, Estados, Municípios, ou aquelas que estão sob o domínio da administração indireta, salvo se a Lei dispuser em contrário.

¹¹ Proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária (SAMPAIO et al, 2003).

¹² Cf. www..mst.org.br. Data de acesso, 22/05/2005.

proposta do Banco da Terra, nada mais é do que uma atitude institucional para se viabilizar um processo de Reforma Agrária controlada pelo mercado, ou seja, o mercado, e não o Estado passa a ser o principal instrumento de acesso à terra. Como afirma o autor, é uma maneira de sepultar a luta histórica dos movimentos e suas organizações.

Nessa visão o mercado participa ativamente de todo o processo de aquisição da terra e da produção. Apesar de ser um Programa de Crédito do Governo Federal que financia a compra de imóveis rurais e a realização de obras de infra-estrutura básicas, o programa está muito aquém das expectativas formadas. Segundo Montenegro Gómez (2002, p. 90-91):

Na região Noroeste do Paraná, por exemplo, não existe até o momento, nenhum caso de financiamento de compra de terras através do Banco da Terra, enquanto no Paraná inteiro apenas se contabilizam 12 casos até 2001.

A partir dessas observações temos em vista que o Banco da Terra com suas características de sufocar os conflitos no campo é um programa muito mais de apoio aos latifundiários pelas razões já descritas acima, do que de apoio para os trabalhadores sem-terra.

Essa realidade mostra que constitucionalmente os governos federal e estadual, através de suas instituições (INCRA, ITESP) estão obrigados a fazer a Reforma Agrária¹³. Porque a demanda pela reforma é explícita e potencial, sendo que pelos cálculos para assentar 1 milhão de famílias seria necessário desapropriar pelo menos 35 milhões de hectares da totalidade de terras improdutivas que há em todo o território nacional.

O conjunto de medidas estruturais que o MST aponta necessárias para a consecução da Reforma Agrária, segundo Oliveira (2003, p. 234) é de duas naturezas: fundiária e político-agrícola. As medidas estritamente fundiárias são aquelas em que se expropriam os grandes latifúndios e se redistribuem entre os trabalhadores, permitindo-lhes o acesso à terra. As medidas próprias da política agrícola, em geral, seriam aquelas encaminhadas a dotar estes trabalhadores assentados de condições financeiras e técnicas para que possam produzir nas suas terras. Isto requer cobrir inicialmente a parte relativa à produção em si e, na seqüência, o conjunto de necessidades que as famílias têm para a melhoria da sua qualificação profissional etc.

¹³ Maiores detalhes dessas informações estão na Proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária elaborada pela equipe técnica do Professor Plínio de Arruda Sampaio. (SAMPAIO, et all, 2003, pp.42-43).

Além dos outros tantos objetivos do MST, um dos que são fundantes, pauta-se no direcionamento de uma mudança radical da sociedade, enfatizando a amplitude das suas dimensões políticas, muito além da questão da terra. Por isso que a sua consolidação e territorialização, enquanto organização de trabalhadores sem-terra, se pauta no combate à apropriação ilegal da terra, expropriação e exploração dos trabalhadores, tornando sua proposta mais ampla. Existe no seu ideário, como colocamos, a ânsia de mudar as condições objetivas que estão postas, mas também as subjetivas, como se recolhe nas palavras de João Pedro Stédile em entrevista junto a Débora Lerrer (2003, p. 157):

Queremos mudar a sociedade, queremos um novo modelo agrícola, queremos uma sociedade onde todos tenham trabalho. Nós sabemos que essas mudanças não são obtidas só com a posse da terra. Quando dizemos que o modelo de reforma agrária necessário não se relaciona mais só com terra, muito ficam bravos. Nós queremos agroindústria, escola, um novo pacote tecnológico. Ah...então vocês estão politizados! Não, somos burros ... Isso é a leitura Tucana da ideologia da elite. Ela reflete o preconceito de que pobre pode lutar pelas suas necessidades básicas, mas não pode ter ideologia. É um preconceito ideológico e é uma humilhação, pois só porque a pessoa é pobre de bens materiais não tem direito a pensar em outras coisas? Não tem direito a disputar uma política? Então o título eleitor é só para você votar, mas não para discutir projeto com a sociedade? No fundo, esse mesmo preconceito revela a forma como as elites fazem política. Só eles podem decidir os destinos do país. Os pobres são para trabalhar.

Para Stédile, o projeto de sociedade do MST não é outro que seu próprio método. Assim, projeto e método se tornam a mesma coisa, a produção de uma sociedade, portanto de um espaço, baseado na justiça social. Porém, tanto método quanto projeto têm que ser construídos num amplo processo de organização, mobilização e debate com a maioria da sociedade. Os processos de organização e mobilização dos trabalhadores sem-terra no campo são plurais, ou seja, além dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e do próprio MST, existem outros grupos sociais de organização dos trabalhadores que reivindicam a concretização da Reforma Agrária¹⁴.

As formas de luta, com fundamentos no ideário político, definem cada um dos movimentos. Assim as formas de ocupação do MST, enquanto ferramenta política

¹⁴ Cf. [Anexo III](#). Este Anexo compõe todos os movimentos sociais, entidades e organizações que direta ou indiretamente concordam com a realização da Reforma Agrária em escala nacional. As informações aqui apontadas tiveram como fonte básica o Centro de Documentação da CPT, (Conflitos no Campo, 2004 e Pesquisa na Internet, 2005).

são contestadas pelos movimentos mais próximos da Social Democracia, como a UNITERRA, agregada do MAST no Pontal, ou liderados por Igrejas Evangélicas defensoras do “sagrado” direito da propriedade, como a Assembléia de Deus que tem participação direta em alguns acampamentos. (Liderança do MAST. **Acampamento Mario Covas de Euclides da Cunha Paulista/SP**. [Fev. 2004].

A existência de cada vez mais movimentos que se contrapõem à ação política da ocupação, fragiliza paulatinamente a capacidade organizativa dos trabalhadores no campo vinculados ao MST. Mas contraditoriamente, essa efervescência de várias bandeiras e formas de contestação no campo, faz com que a luta pela Reforma Agrária apareça com maior intensidade nos meios de comunicação. Isso possibilita maior atenção por parte do Estado e da sociedade para se fazer a Reforma Agrária de forma estrutural. Inserindo efetivamente essa temática, na agenda política do país, o que contribui com os objetivos e propostas de luta do MST.

Os demais movimentos que aqui chamamos também de MOSLUTRA, não carregam em suas propostas de Reforma Agrária características de mudanças estruturais, tanto na estrutura agrária, quanto na sociedade brasileira como faz o MST. Não existe para eles esse projeto. Mas em nosso entendimento as suas práticas os definem como movimentos sociais de trabalhadores que lutam por terra. De maneira geral desenvolvem ações de luta política que objetivam a redistribuição da terra.

Esses processos permanentes e diferenciados nas formas de luta, contribuem efetivamente para pressionar as diferentes instâncias do poder (latifundiários e Estado). Por essa e outras razões, os MOSLUTRA são construídos a partir da luta e do acúmulo de forças dos trabalhadores sem-terra, expressão do conflito social em torno da luta pela terra, portanto parte das contradições da sociedade do capital. A nossa atenção volta-se agora para essas circunstâncias no Pontal do Paranapanema, território de conflito e mobilização social pela Reforma Agrária sob distintas bandeiras.

1.3. Formação e lutas do MST no Pontal do Paranapanema.

A chegada do MST na região do Pontal do Paranapanema foi, antes de qualquer coisa, um impacto na estrutura agrária da região dominada pelo latifúndio.

Foi a partir da década de 1990 que os acampamentos e assentamentos rurais entram em cena, modificando a dinâmica territorial da região.

Até 2005, há no Pontal um total de 76 assentamentos de Reforma Agrária, que representam 6.000 famílias assentadas e 24 acampamentos que reúnem mais de 8.732 famílias¹⁵ na espera de um lote de terra, sendo que deste total, 7082 são famílias acampadas do MST (Figura 3, p. 27).

Neste contexto, o Estado, representado pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), junto com o Poder Judiciário, comparece com ações mediadoras no intuito de amenizar o conflito dando sentido ao desenvolvimento de políticas paliativas e punitivas¹⁶. Para amenizar as forças em conflito e amparar a morosidade dos processos de Reforma Agrária, tais medidas são severamente aplicadas contra os trabalhadores. Assim, as reivindicações via ocupação de terras, iniciadas pelo MST nas terras devolutas e improdutivas ficam praticamente inviabilizadas nos latifúndios do Pontal.

A ocupação das terras do Pontal se deu por uma forma bastante conflituosa em nome das tentativas de colonização da região. Segundo Ferrari Leite (1998) esse foi um período confuso durante os processos de colonização do Pontal, pois envolviam neste contexto as pretensões de expansão territorial do Paraguai, ainda no século passado. Segundo o autor (1998, p. 34) “a confusão gerada em processos de vendas de glebas de terras era enorme, em nome do desenvolvimento do território e em conseqüências da localização dos acidentes geográficos, sobretudo dos rios, suas nascentes, etc”.

Nessa concepção de “desenvolvimento” para a região do Pontal consolidou-se o que chamamos hoje de apropriação social do território por uma elite latifundiária que domina política e economicamente a região, tendo como premissa o poder sobre os trabalhadores sem-terra a partir das relações sociais e políticas conveniadas com o Estado. São relações políticas historicamente construídas que determinam essa territorialidade em diferentes extensões, os latifúndios improdutivos. As práticas de

¹⁵ Dados obtidos através de Trabalho de Campo realizado pela equipe de pesquisa até abril de 2004 e das fontes consultadas: CPT, 2003; ITESP, 2000; O Imparcial; Folha de São Paulo; Diário de São Paulo e NERA..

¹⁶ Chamamos de medidas punitivas, principalmente a MP nº 2.183-56, de 2001, editada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa MP determina que todo imóvel rural ocupado por conflito agrário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação. Também será excluído do Programa de Reforma Agrária do governo federal quem for efetivamente identificado como participante em conflito agrário que se caracterize por invasão. Essa, portanto é uma forma que os governos têm de criminalizar o ato político da ocupação de terras improdutivas que não cumprem a Constituição. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

apropriação social do Pontal do Paranapanema, ou seja, a comercialização de glebas e a omissão do processo gritante de grilagem¹⁷ foram alguns dos elementos que provocaram as ações do MST.

Essa busca constante pela conquista territorial do Pontal não foi outra, senão o desmatamento para a pecuária que implicou na configuração dessa região como a dos grandes latifúndios, logo uma região de intensos conflitos agrários em função da significativa concentração de terras devolutas apropriadas ilegalmente. Essa quantidade de terras griladas e ociosas faz da região um dos principais focos de luta pela terra e pela Reforma Agrária do país.

Neste contexto, a implantação de assentamentos e o constante surgimento de acampamentos, territorializa a luta do MST, fortalecendo a sua presença na região a partir da década de 1990. Para Leal (2002, p. 58):

A luta pela terra no Pontal do Paranapanema foi realizada por posseiros, atingidos por barragens, desempregados urbanos e rurais. Desta forma, os movimentos sociais na luta pela terra vêm se organizando e ocupando os latifúndios reunindo trabalhadores marginalizados, excluídos como ocorreu na ocupação dos latifúndios Tucano e Rosanela em 1983 por aproximadamente 350 famílias no município de Euclides da Cunha Paulista.

O MST realizou sua primeira ocupação na região do Pontal do Paranapanema no dia 14 de julho de 1990, momento em que setecentas famílias ocuparam a Fazenda Nova Pontal no município de Rosana (FERNANDES, 1996).

A partir de então, e durante toda a década de 1990, os conflitos entre latifundiários e trabalhadores se agravaram, dando lugar a uma onda de violência que se perpetua no Pontal sob diferentes formas, desde os jagunços nas porteiras até a criminalização de ações e militantes do MST e posteriormente outros MOSLUTRA.

Com isto queremos destacar que no processo de luta na região não atua apenas o MST. A presença de outros movimentos também dá significado a essas ocorrências. Estes movimentos surgiram a partir da formação e territorialização do MST e

¹⁷ Por “grilagem de terras” se entende uma prática declaratória de posse de terras por meio de escriturações em livros existentes em paróquias feitas pelo próprio vigário, assinadas pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas. Era “Registro Paroquial” ou “Registro do Vigário” (LEITE, 1998, p.36). Mas procede também a idéia de ilegalidade da legitimação da posse por meio ilícito do envelhecimento de documentos etc.

são resultado da diversidade que vivemos, como destaca Stédile (2003, p. 154):

[...] O MST não perdeu espaço. Faz parte da diversidade ideológica que há na sociedade, da diversidade cultural, do tamanho continental que é nosso país. Você pode pegar todos os documentos do MST desde 1984 e ver que nós nunca sonhamos nem queremos, nem devemos ter o monopólio da organização dos trabalhadores no campo. O que nós defendemos é que só há uma saída para eles: é se organizarem e lutarem por seus direitos. Não precisa ser o MST.

No Pontal do Paranapanema, a efervescência de pequenos movimentos locais, independentes, iniciou-se também a partir da década de 90. Chama nossa atenção o Movimento do Agricultores Sem Terra (MAST), que surge em 1998, e se constitui como a dissidência político-ideológica do MST, mais organizado e de maior presença da região. Seu posicionamento contesta a forma de apropriação do espaço utilizado pelo MST. Particularmente as ocupações, as marchas e as outras confrontações.

Em 1998 surge também o Movimento Unidos Sem Terra (MUST), agregado do MAST, mas seu período de existência enquanto movimento independente durou muito pouco, pois no ano seguinte, apesar da criação da Carta de Princípios e do Estatuto Social¹⁸, os trabalhadores que compuseram este movimentos foram divididos pelos acampamentos dos MAST e seus agregados. Seu Estatuto e Carta de Princípios são cópias fiéis dos documentos do MAST.

Voltando ao processo de ocupação do MST no Pontal, queremos ressaltar que sua forma de ocupação é uma ação política que caracteriza sua identidade e tem dado resultados positivos na concretização de um grande contingente de trabalhadores assentados, não só no Pontal, mas também em todos os Estados brasileiros. O MST passa constantemente por novos desafios, além da violência aplicada pelos jagunços a mando de latifundiários e com a conivência do Estado. O movimento enfrenta também um processo permanente de fragmentação no interior de sua estrutura orgânica.

1.4 - Fragmentação da luta e conflito no Pontal do Paranapanema

Na [Figura 4](#), estão presentes as diversas instâncias organizativas que atuam na região. Nela, observamos além do MST, movimento mais antigo e de maior

¹⁸ Cf. Anexo I. Estes documentos comparecem na versão impressa.

presença no Pontal, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT esteve ausente por um determinado período, mas retomou sua articulação política no Pontal colaborando junto ao MST no ano de 2004, graças à atuação política do atual Bispo da Arquidiocese de Presidente Prudente, Dom José Maria Libório.

A CPT tem como matriz teórica a Teologia da Libertação, e está vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Seus princípios estão voltados às causas dos trabalhadores no campo, que se organizam através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e os Movimentos de Educação de Base (MEB's). Conta também com um imenso banco de dados fundamentados no levantamento dos vários tipos de conflitos nos espaços da violência no campo.

Os conflitos provenientes do processo de grilagem de terras em todas as escalas, e principalmente do avanço descomedido das relações capitalistas de produção e de trabalho, a monoculturação (como soja, laranja, algodão, milho) quanto da pecuária e do setor madeireiro é o que dá maior significado à existência dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária. É um cenário que permeia, tanto o Pontal, quanto o restante do país, no circuito da questão agrária, sendo que essa trama leva o movimento às constantes dissidências. Mais recentemente no Pontal do Paranapanema o avanço da expansão da soja, portanto nas áreas de conflitos pela posse da terra trarão novos desafios para os trabalhadores sem-terra, assalariados etc¹⁹.

Dentro dessa fragmentação dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema exposta na figura 4, temos alguns destaques, em particular a União pela Terra e Fome Zero (UNITERRA). Movimento que também mobiliza trabalhadores e trabalhadoras no município de Presidente Epitácio. Este movimento é resultado de um desdobramento do MAST, ou seja, é um agregado do MAST que por sua vez nasce da dissidência política do MST.

A UNITERRA é, segundo seus fundadores, uma coligação de forças de apoio ao MAST e aos seus agregados. Segundo uma das suas lideranças, são estratégias de luta adotadas pelo próprio movimento, o MAST:

(...) o MAST está *carregado* por causa das ocupações, inclusive os *meninos* estão presos. A UNITERRA é uma bandeira que substitui o MAST, caso o movimento não possa mais ocupar terras (grifos nossos).

¹⁹ Esse assunto está sendo objeto de estudo no âmbito do CEGeT, por meio de projetos de pesquisa, em diferentes modalidades.

(Liderança do MAST. **Acampamento Santa Madalena de Regente Feijó/SP**. [Jun. 2004].).

Estes movimentos surgiram na região entre 1995 e 2002, são 14 movimentos que foram se agregando à estrutura organizativa do MAST (Figura 4), a partir da sua origem, em 1998. Isso o converteu no segundo movimento mais importante em número de militantes, ocupações e acampamentos no Pontal. Aqueles que são desagregados por estratégia do próprio MAST, a nosso ver, não são considerados isolados, pois nenhum desses movimentos estão isolados, o que os diferem do MST são suas formas e processos de ocupações de terra, mas todos os trabalhadores desses movimentos estão presentes na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

A forma de organização para a construção dos barracos no acampamento, não se difere entre os movimentos aqui mencionados. A convocação para as reuniões, as assembleias e as atribuições estratégicas para os trabalhadores são atividades comuns entre os movimentos aqui discutidos porque suas lideranças, em maioria, foram militantes do MST e até mesmo lideranças na época de sua gestação no Pontal do Paranapanema. Após a dissidência deste movimento, estes antigos membros do MST criaram novas frentes de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Os acampamentos são os espaços organizados pelos trabalhadores e trabalhadoras, que dão identidade aos trabalhadores sem-terra e são também de permanência provisória, mas é um produto concreto dessa luta. O acampamento dá ao trabalhador a identidade política de sem-terra. Isso independe se suas bandeiras de luta. O que os diferem, entre si, são as diferenças político-ideológicas que criaram as dissidências e os rachas. O barraco é uma forma espacial, unidade concreta e contraditória dos processos sociais da sociedade do capital. O barraco como resultado concreto da ocupação é aqui considerado como uma ação política dos trabalhadores e faz parte do processo de luta pelo direito à terra.

A ocupação é uma ação pela democratização da terra, mas a resposta para essa ação é emitida pelo Estado com a violência policial e dos latifundiários. Essa é uma reação contra todos os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, no sentido de reprimir a luta política desses movimentos. Essa questão é de suma importância para a compreensão da dinâmica social do Pontal do Paranapanema e outros espaços, pois trata-se de um importante empecilho no processo de desenvolvimento da Reforma Agrária. Sobretudo no que se refere ao jogo de poder entre as classes sociais envolvidas e o Estado.

Os processos de violência caracterizam a questão agrária brasileira em todas as escalas. Por isso os inserimos nesse contexto.

Queremos aqui entender que todos os processos sociais que envolvem os trabalhadores sem-terra, especialmente nas formas de violência, são também desdobramentos internos à dinâmica da luta entre as classes envolvidas nesse conflito. A violência aqui, sempre comparece como resposta do Estado por meio da ação da polícia.

1.5 – Violência contra as ações políticas dos MOSLUTRA

“Em Pernambuco, justiça manda prender 5 líderes do MST: eles são acusados de formação de quadrilha, desobediência, incitação e apologia ao crime durante a ocupação do Engenho Pereira Grande [...]”²⁰. Essa manchete tem raízes que remontam aos processos de criminalizações das ações políticas dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária ao longo dos anos de 1970. Este período é marcado fortemente pela violência sobre os trabalhadores envolvidos nos conflitos da luta pela terra. Martins (1983, p. 106) aponta várias formas de violência ocorridas contra os trabalhadores. Dentre essas:

(...) queima de casas por jagunços, a serviço de grileiros e grandes empresas nacionais e multinacionais; os que têm sido despejados, quase sempre violentamente, por equipes combinadas de jagunços e policiais, com bases em decisões judiciais; os que são presos, quase sempre arbitrariamente e até submetidos à tortura.

Neste sentido a violência tem significado de resposta às ações políticas dos movimentos. Isso expressa a forma adotada pelas instâncias judiciais do Estado para reprimir violentamente os processos de ocupações de terra no Brasil. Essas formas de violência se territorializam em todo país. Para Fernandes (1999, p.394) trata-se da “judicialização que aparece como nova forma de refrear o avanço da história da luta pela terra”.

É importante ressaltar a presente contradição nas ações do Estado de direito. Pois o Estado, representado pelo judiciário, criminaliza e faz a execução do cumprimento da lei de manutenção da ordem pública (Artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal), mas é deferida apenas para os trabalhadores que agem politicamente com

²⁰ Cf. O Estado de São Paulo, p.A7, 01/02/06.

manifestações de ocupações de terras, reivindicando que se cumpra a Constituição. Por outro lado, o mesmo Estado não se faz competente ao cumprimento da lei das políticas agrícolas e agrárias, quando os MOSLUTRA agem por meio das ocupações de terras improdutivas e devolutas, isto é, fazendo valer o que manda a Constituição de 1988.

Temos em vista que a exploração e a violência no meio rural estão inseridas e são fatores relevantes da estrutura que compõe a sociedade de classes.

Segundo Thomaz Júnior (2002, p. 2-3):

É por dentro da estrutura societária vigente que se tem a dimensão e a magnitude dos enfrentamentos e das demonstrações de resistência e de luta dos trabalhadores, desde a chegada do colonizador português. É com base nisso, que se pode apreender a recusa à exploração e ao subjugo dos índios, a escravidão dos negros africanos contra os senhores de escravos e latifundiários (daí os quilombos), as diversas manifestações de resistência, tais como Canudos e o próprio Cangaço, e ainda as manifestações contrárias à subordinação direta e indireta dos trabalhadores e suas famílias (tanto negros libertos, quanto os imigrantes europeus), em relação ao baronato cafeeiro, que se assenhorou de mais poder quando deixa de ser senhor de escravo e passa a ser senhor de terra, graças ao processo que garantiu a propriedade privada da terra, e fez com que o trabalho livre ao se institucionalizar, tornasse a terra cativa.

Apesar de toda trama que envolve a relação da propriedade privada da terra institucionalizada, temos a violência de milícias particulares sustentadas pelos fazendeiros e o envolvimento direto da polícia. É um emaranhado que é reconhecido pelo Estado que entende a questão agrária como um problema policial, e não social. Esses trabalhadores ainda enfrentam a falta de ação política do governo federal no sentido da Reforma Agrária, sobretudo a impunidade que favorece aos senhores da terra, no sentido da aplicação da justiça. Estes, em sua maioria são criminosos do processo de grilagem das terras, mas são amparados pelo judiciário brasileiro.

O Gráfico 1 mostra os números dos conflitos que resultaram em mortes, através de assassinatos, e apresenta de maneira geral o número de conflitos por terra entre os anos 1985 a 2004, em todo o Brasil. Esses números revelam os homicídios qualificados e realizados por pistoleiros a mando de fazendeiros e do próprio comando da polícia

militar. É fato que este é um ato de covardia e irresponsabilidade, principalmente do Estado brasileiro, que se comprova constantemente²¹.

Os números indicam também o envolvimento de várias categorias de conflitos como: ocupações, acampamentos e os casos de violência contra a pessoa que resultaram em morte.

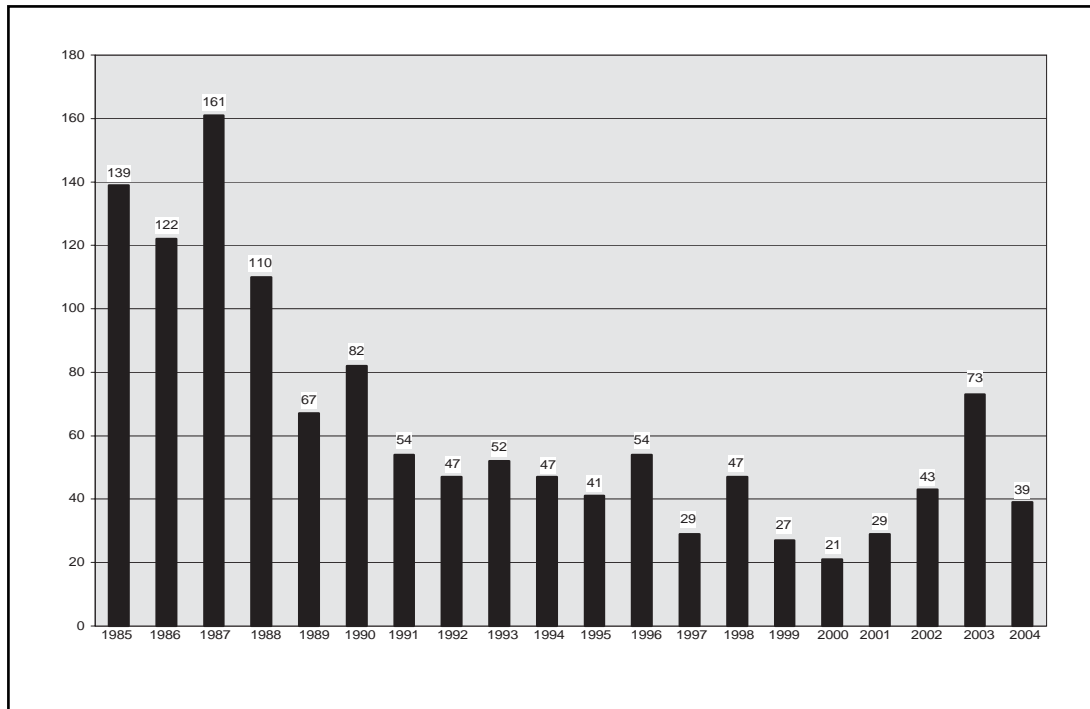
Outro fator inquietante comprovado pelos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e que o Estado não dá prioridade de prevenção e tampouco o império da mídia enfatiza, é o alto número de tentativas de assassinato e ameaças de morte, que só no ano de 2004 atingiu o patamar de 383 pessoas em todo o Brasil. Isso implica que 99 pessoas passaram pela ameaça de morte, junto a um número maior de tentativas de assassinato, 284 distribuídos em todo território brasileiro. São tentativas e ameaças realizadas, tanto pelo poder da segurança privada, quanto pelo Poder Público.

A violência realizada pelo Poder Público, contraditoriamente expressa o exercício legítimo, ou seja, violência legitimada pelos órgãos estatais. Como observa Porto Gonçalves, C. W. (2004, p. 148) “cabe ao Estado o monopólio do exercício da violência legítima”. O autor esclarece também a contradição envolvida na atuação do Poder Público, (2004, p. 149):

(...) por meio das ordens de prisão exageradas contra lideranças e pessoas ligadas às lutas por direitos no campo, assim como ordens de despejos emitidas e cumpridas contra famílias (...) a questão da legitimidade adquire todo seu caráter contraditório, sobretudo quando se é recluso por lutar por direitos políticos e de sobrevivência numa sociedade que se diz democrática.

²¹ Recentemente assistimos através do império sensacionalista da imprensa, o assassinato da freira Dorothy Stang que se dedicava à causa dos trabalhadores. Este assassinato no campo foi apenas mais um, dentre tantos outros que ainda estão impunes. O assassinato da freira ocorreu aos 12/02/2005. Segundo o promotor de justiça Lauro Freitas Júnior, os assassinos são fazendeiros e pecuaristas que por meio de um consórcio financiaram o assassinato da freira em Anapu – PA. Mais informações em: www.consciencia.net/2005/mes/04/dorothy.html. Acessada em 04/03/2006.

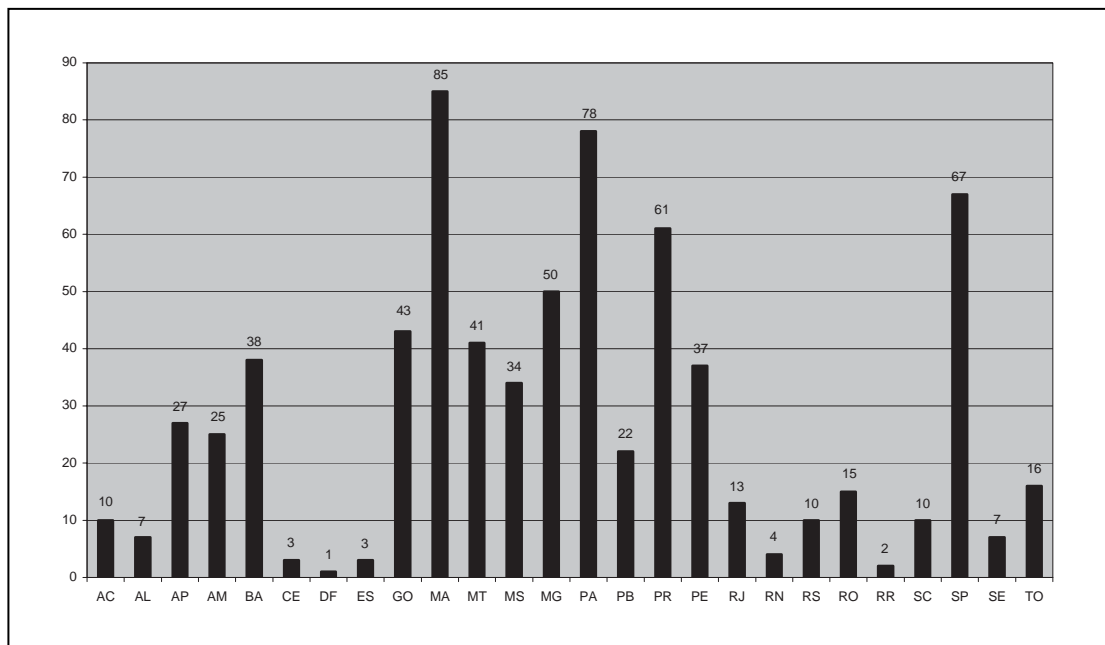
Gráfico 1 – Assassinatos no campo – Brasil - 1985 a 2004



Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional, 2004.

Org. Edvaldo Carlos de Lima, 2006.

Gráfico 2 – Conflitos por terra – Brasil – 2004



Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional, 2004

Org. Edvaldo Carlos de Lima, 2006.

O Gráfico 2, mostra os conflitos por terra ocorridos até 31 de dezembro de 2004. Nesta análise caracterizou-se o conflito pela situação jurídica das áreas ocupadas em todos os Estados brasileiros onde ocorreram os conflitos. As situações jurídicas são: áreas em litígios, indefinidas, desapropriadas, não desapropriáveis, em desapropriação, griladas, sem vistoria, desapropriação suspensa, etc.

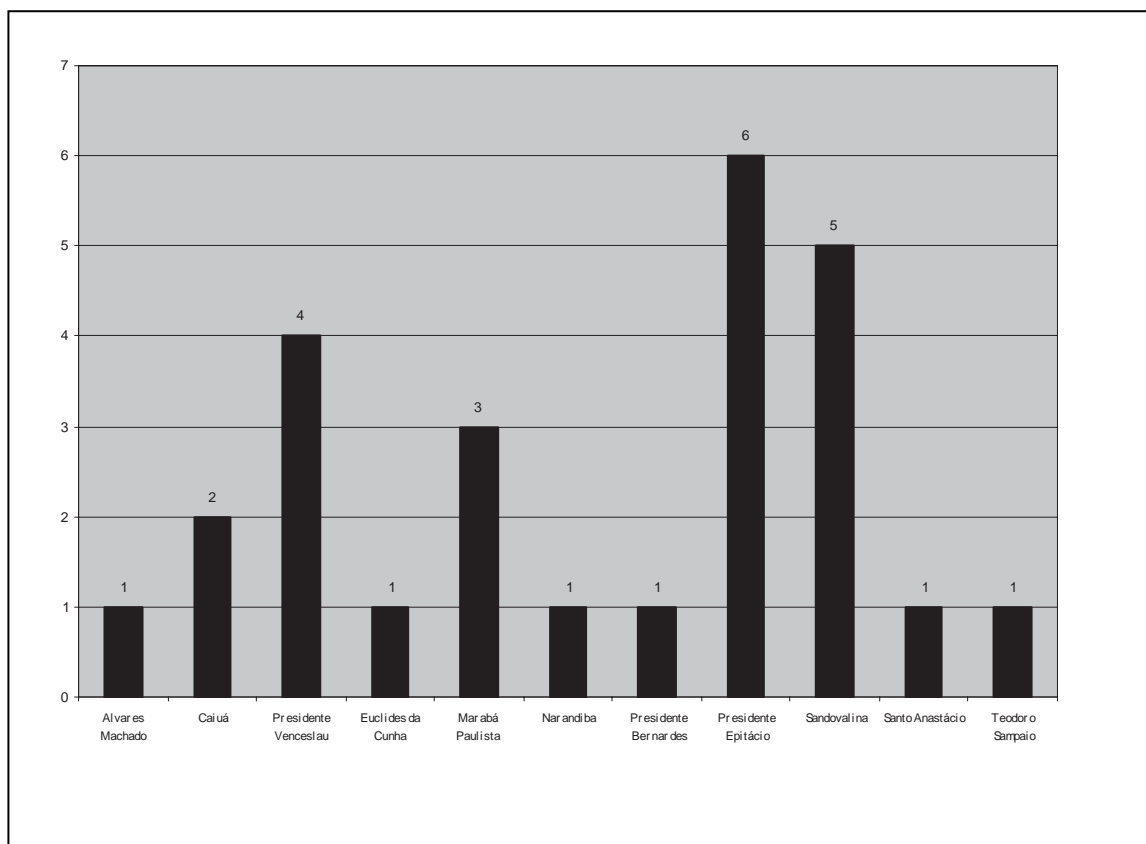
A ocorrência desses conflitos por terra implicaram num total de 3.063 famílias expulsas da terra, somente no ano de 2004. Enquanto isso o agronegócio vai celebrando na agricultura um grande negócio de altos rendimentos regulados pelo lucro, sustentado pela extração da mais-valia e pela expropriação das famílias que realmente necessitam da terra para viver.

Trata-se, então, de uma lógica perversa do mercado mundial que modela e confirma o conceito de agricultura capitalista, com processos contraditórios de reprodução ampliada do capital que redefinem as relações de produção, subordinando-as à lógica sua reprodução.

Os vários tipos de violência traduzem uma ameaça aos processos de integração social, provoca a fragmentação e a desagregação dos trabalhadores no processo de desocupação realizado pela polícia. No Pontal do Paranapanema essas formas de violência se aplicam principalmente no que resulta em prisões de líderes e nos brutais mecanismos de reintegração de posse, realizados pela Polícia Militar no momento em que obrigam as famílias deixarem o local ocupado.

Isso evidencia que o judiciário atua no amparo aos latifundiários, uma vez que sempre que há uma ocupação de terra pelos trabalhadores, imediatamente adota-se como medida a reintegração de posse, sem a vistoria de produtividade da terra pelo o INCRA. Esse processo de reintegração é feito imediatamente pela polícia, com a expulsão das famílias da área. Esse pacto, Judiciário/Polícias/Latifundiários é o laço que origina as formas e os diferentes processos de violência no Pontal do Paranapanema. Como mostra também o Gráfico 3:

Gráfico 3 – Desocupações de terras no Pontal do Paranapanema – 2004



Fonte: Centro de Documentação da CPT Nacional, 2004.

Org.: Edvaldo Carlos de Lima, 2006

É claro que, de maneira geral, as novas formas de violência são precedentes das diversas questões sociais que envolvem as mudanças no mundo do trabalho, em particular, a sua precarização, oriunda das novas formas de reprodução do capital. Esse processo atinge diretamente o trabalho e as formas de relações existentes no campo. O fenômeno da violência se manifesta adquirindo vários desdobramentos que atingem todo o complexo societal.

No Gráfico 3 são explicitadas as formas de violência manifestadas a partir dos conflitos por terras em alguns municípios do Pontal do Paranapanema no ano de 2004. Neste caso, consideramos a violência no Pontal como uma forma de controle social autorizada pelo Estado, por meio das ações da Polícia Militar, da mesma forma que se tem violência privada pela via da atuação de jagunços.

As formas de violência adotadas pela polícia militar nas situações de despejos envolveram um total de 250 famílias no município de Álvares Machado/SP, em 2004. Ocorrência feita no acampamento localizado na Estrada da Amizade/Rodovia Júlio

Budisk. Mas as medidas se concretizaram com a liminar de reintegração de posse. Em todos os outros municípios, o descaso das autoridades, tanto na esfera administrativa local, quanto na esfera política estadual e federal, é marca que caracteriza a região.

Só para se ter uma idéia dessa realidade, no ano de 2004, foram envolvidas em conflitos por terra, um total de 9.758 famílias em todo o Estado de São Paulo. Na região do Pontal do Paranapanema, nos onze municípios em que foram feitos os levantamentos, foram contabilizadas 3.471 famílias pobres envolvidas em conflitos por terra. As ameaças de despejos e o próprio despejo têm se manifestado nos diversos territórios.

Essa é uma luta constante, realizada pelos trabalhadores com o intuito de buscar sua autonomia econômica, social e política por meio da Reforma Agrária.

Neste sentido podemos perceber que para a estrutura política brasileira, e mais fortemente nos governos militares, a questão agrária é uma questão policial e não social. Segundo a CPT (2003, p.6) “o aparato policial (Policia Militar, Civil e Federal) foi acionado 130 vezes somente no ano de 1992, para despejar ou expulsar os lavradores de suas terras”.

É bem verdade também que a violência, em função dos conflitos pela terra e pela sobrevivência dos trabalhadores, está muito aquém da realidade posta, nos dados apresentados pela CPT, pois o acúmulo da violência transcende esse número apresentado.

Para se ter uma idéia em uma ocupação recente, em 23 de dezembro de 2005, no Pontal do Paranapanema fez-se pelo novo Movimento Luta pela Terra (MLT), liderado por Rose Ramos, na Fazenda Santo Antonio no município de João Ramalho, mais uma vez o Estado entendeu esse ato político como caso de polícia.

As manifestações da violência rural é um desdobramento da impunidade existente aos que comandam a criminalidade no campo. Trata-se de uma das variantes do crime que vem sendo denunciado pela CPT ao longo de sua história de luta pela terra e pela Reforma Agrária. A CPT sistematiza os dados da violência em todas as escalas, dando ênfase aos principais processos que reproduzem essa violência. Na Tabela 1 organizamos os dados a partir de quatro importantes variáveis. São elas: Unidade da Federação, Municípios, Nome do Conflito e a categoria do trabalhador.

Tabela 1 – Assassinatos no Campo – Janeiro a Agosto de 2005

UF	Municípios	Nome do Conflito	Trabalhador	UF	Município	Nome do Conflito	Trabalhador
BA	Malhada	Quilombos Pau D'arco e Parateca/Faz Bauru	Quilombola	BA	Salinas da Margarida	Empresa Maricultura Valença	Pescador
MA	Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Camihaw Guajará/Nazaré	Índio	MA	Cajapió	Itapunhega	Posseiro
MG	Joanésia	Fazenda Beira Rio	Trab. Rural	MS	Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	Índio
MT	Aripuanã	Gleba Conselvam/Guará	Posseiro	PA	Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança Lotes 21- 23 – 25 – 27	Religiosa
MT	Santo Antonio do Leverger	Fazenda Serra Verde	Sem-terra	PA	Anapu	Gleba Belo Monte/P. A. Virola Jatobá/Lotes 136 a 139/158-162-177-178	Liderança
MT	Peixoto de Azevedo Nova/Guaritã	Gleba do Gama PA Renascer	Sem-terra	PA	Anapu	Gleba Manduacari/Lotes 4-5-6-7/Cospel	Assentado
PA	Parauapebas	Assassinato de Antonio Matos Filho	Sindicalista	PA	Marabá	Faz. Remanso/Talismã	Assentado
PA	Parauapebas	Assassinatos no STR de Parauapebas	Sem-terra	PA	Marabá	Faz. Macaúba	Sem-terra
PA	Parauapebas	Assassinatos no STR de Parauapebas	Sem-terra	PA	Parauapebas	Faz. Carajás/Assent. Carlos Fonseca/Palmar	Sindicalista
PA	Parauapebas Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/ Estrela Dalva	Sem-terra	PA	Santarém	Assentamento Piá Mogi	Liderança
PA	São Felix do Xingu	Faz. Bom Jardim	Trab. Rural	PA	Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	Sem-terra
PE	Cabrobó	Índios Truká	Índio	PE	Cabrobó	Índios Truká	Índio
RJ	Campos dos Goytacazes	Faz. Campahyba Acamp. Oziel Alves	Sem-terra	RJ	Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	Agente Ambiental
RO	Parecis	Faz. Brotys/Linha 95/Acamp. Caramuru/Gleba Corumbiara	Posseiro	-	-	-	-

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Org.: Edvaldo Carlos de Lima, 2006.

Site: www.cptnac.com.br. Acessado aos 05/01/06.

A Tabela 1 contém o levantamento realizado no período que corresponde de janeiro a agosto de 2005. Mostra o número de trabalhadores e outras representações que foram assassinados nos conflitos pela terra e pela Reforma Agrária. Dentre essas categorias mostradas pela CPT estão: religiosos, lideranças de movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, posseiros, índios, sindicalistas, quilombolas, sem-terra e trabalhadores rurais.

Neste território de violência, o Estado oficializa o crime através da impunidade e da morosidade dos julgamentos, isso se consolida com a presente crise das instituições pertencentes ao judiciário como é o caso da das polícias e outros órgãos dessa competência.

Esse é um cenário que deveria sensibilizar a sociedade e o Estado enquanto garantidor dos direitos sociais. Estamos diante de um cenário complexo no tocante à questão da segurança e da atuação excessiva da polícia. Segundo Tavares dos Santos, (2002, p.7):

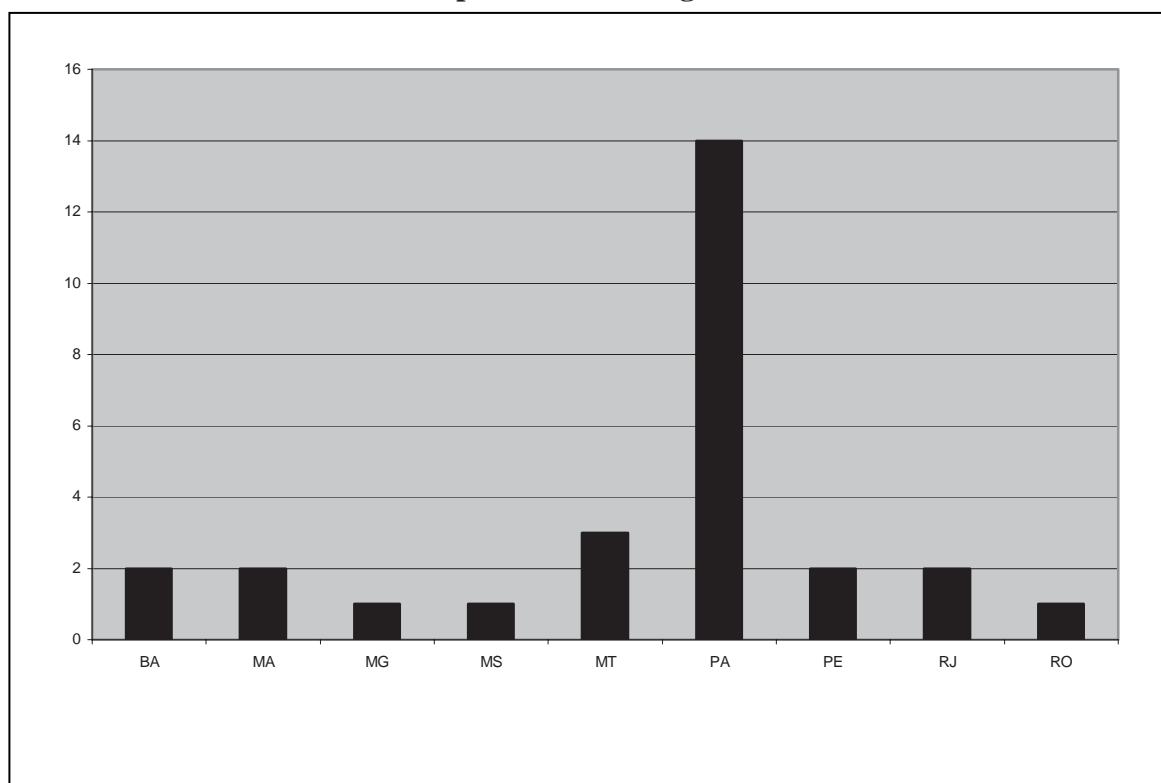
O discricionarismo e a violência policial aparecem como umas das novas questões sociais globais, em grande parte ainda *pouco pensada* pela *Geografia*, na perspectiva da conflitualidade. Na última década, a questão policial tornou-se mais complexa, seja pela suposta ineficácia e ineficiência frente ao crescimento e diferenciação das ações sociais socialmente criminalizadas, seja pelos novos fenômenos criminalizados na "modernidade tardia" nos países centrais do mundo capitalista (Young, 1999). Expande-se, pelo planeta, a opção pelo crescimento das funções de controle social repressivo da polícia, com o apelo sistemático ao uso da violência ilegal e ilegítima.

O autor discute os excessos das ações da polícia que atingem a escala da violência ilegal e ilegítima do ponto de vista institucional.

Os números do Gráfico 4, em escala nacional, explicitam que o Estado do Pará, lidera o índice de criminalidade sobre as pessoas envolvidas de alguma maneira na luta pela terra e pela Reforma Agrária. É uma situação contraditória, porque só o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deste Estado possui uma área que atinge o total de 406 mil quilômetros quadrados e, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e o Exército, totaliza uma área de 882.066 quilômetros quadrados. Isso significa que 70,39% das terras do Estado pertencem à União. Mas a impunidade e a falta de interesse político e a promoção econômica e social por parte do Estado não permitem que

as instituições encarregadas de fazer a Reforma Agrária a realizem de forma significativa²². Tanta são as irregularidades e contradições, que esta grande quantidade de terras devolutas e nas mãos de poucos latifundiários, servem apenas para a realização de financiamentos nos bancos oficiais, são terras de exclusiva utilidade para reserva de valor.

Gráfico 4 – Assassinatos no Campo – Janeiro a Agosto de 2005



Fonte: Centro de Documentação da CPT Nacional, 2005

Org.: Edvaldo Carlos de Lima, 2006.

O Estado legitima essas irregularidades porque concede empréstimos aos fazendeiros, via bancos oficiais, sem que estes apresentem documentos que comprovem o título de propriedade da terra, nem mesmo a cadeia dominial²³. Esse é um tipo de crime comum não só no Pará, mas também em todo o território nacional.

²² Estes dados foram localizados na Revista Eletrônica Amazonpress, no seguinte sítio: www.amazonpress.com.br. Acessado aos 06/01/06.

²³ Documento este que consiste em uma certidão do Registro de Imóvel em ordem inversa, dos títulos de domínio até vinte anos, mencionando, quanto a cada um deles sendo imprescindível a natureza detalhada dessa propriedade, incluindo o número de ordem do registro de cada um deles. Maiores detalhes na Instrução n° 17b do INCRA de 22/12/1980.

Entendemos por violência, o ato de coação já consumado, desde: agressão física contra os trabalhadores, desocupação obrigatória de terras devolutas, ações táticas e estratégicas utilizada indevidamente pelas polícias, assim como as medidas políticas e institucionais adotadas pelas instâncias públicas e acatadas, que impedem a efetivação de constituir a Reforma Agrária no Brasil. Um exemplo disso pode ser a medida provisória do Governo de Fernando Henrique Cardoso. A MP N° 2.183-56, de 2001, que determina que o imóvel rural invadido por conflito agrário de caráter coletivo, não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, além disso, será excluído do Programa de Reforma do governo federal quem foi efetivamente identificado como participante em conflito agrário que se caracteriza por invasão. Entram também neste debate a questão do trabalho e os processos violentos que vão de encontro aos agentes sociais que atuam e acreditam na Reforma Agrária de forma estrutural.

Neste caso o Estado enquanto órgão gestor das mediações de conflitos deve e pode agir com intervenções favoráveis para as partes envolvidas no conflito pela terra e pela Reforma Agrária.

No emaranhado social do Pontal do Paranapanema encontramos uma complexa realidade econômica e jurídica. Econômica o que se refere à implantação dos poucos assentamentos contidos na região e jurídica ao que se refere à situação das terras que estão em ações discriminatórias.

Nos levantamentos realizados pelo ITESP (2005) notificou-se que na região registram-se apenas os assentamentos mencionados na Tabela 2. A nosso ver, uma região que possui uma extensão que abrange um total de 444.000 hectares de terras devolutas, essa totalidade de assentamentos torna-se insignificante perante a quantidade de terras ociosas e a quantidade de conflitos presentes na região.

TABELA 2 – ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA – 2005

Assentamentos Implantados pelo ITESP – 12/07/05					
N°	Projeto de Assentamento	Município	N°	Projeto de Assentamento	Município
1	Arco íris	Mirante do Paranap.	46	Laudenor de Souza (P. Alcídia)	Teodoro Sampaio
2	Canaã	Mirante do Paranap.	47	Santo Coqueiros	Teodoro Sampaio
3	Che Guevara (Sta Clara)	Mirante do Paranap.	48	Santa Rita da Serra	Teodoro Sampaio
4	Estrela D,alva	Mirante do Paranap.	49	Santa Vitória	Teodoro Sampaio
5	Flor Roxa	Mirante do Paranap.	50	Vale Verde	Teodoro Sampaio
6	Haroldina	Mirante do Paranap.	51	Água Branca 1	Teodoro Sampaio
7	King Meat	Mirante do Paranap.	52	Alcídia da Gata	Teodoro Sampaio
8	Santa Carmem	Mirante do Paranap.	53	Sta. Terezinha da	Teodoro Sampaio

				Alcídia	
9	Santa Cruz	Mirante do Paranap.	54	Vô Tonico	Teodoro Sampaio
10	Santana	Mirante do Paranap.	55	Santa Zélia	Teodoro Sampaio
11	São Bento	Mirante do Paranap.	56	Santa Cruz da Alcídia	Teodoro Sampaio
12	Lua Nova	Mirante do Paranap.	57	São Pedro da Alcídia	Teodoro Sampaio
13	Vale dos Sonhas	Mirante do Paranap.	58	Santa Edwiges	Teodoro Sampaio
14	Pontal (Sta Rosa 2)	Mirante do Paranap.	59	Santa Terezinha da Água Sumida	Teodoro Sampaio
15	Santa Apolônia	Mirante do Paranap.	60	Recanto do Porto X	Teodoro Sampaio
16	Santa Cristina	Mirante do Paranap.	61	Santa Maria	Marabá Paulista
17	Santa Isabel 1	Mirante do Paranap.	62	São Paulo	Pres. Epitácio
18	Santa Lucia	Mirante do Paranap.	63	São Jose da Lagoa	Piquerobi
19	Santa Rosa 1	Mirante do Paranap.	64	Santa Rita	Piquerobi
20	Santo Antonio 1	Mirante do Paranap.	65	Sto. Antonio da Lagoa	Piquerobi
21	Novo Horizonte	Mirante do Paranap.	66	Yapinary	Ribeirão dos Índios
22	Washington Luis	Mirante do Paranap.	67	Santa Rita	Tupi Paulista
23	Alvorada	Mirante do Paranap.	68	Rodeio	Pres. Bernardes
24	Marco II	Mirante do Paranap.	69	Palu	Pres. Bernardes
25	Na. Sra Aparecida.	Mirante do Paranap.	70	Florestan Fernandes (São Jorge)	Pres. Bernardes
26	Sto. Antonio II (Repouso)	Mirante do Paranap.	71	Quatro Irmãs	Pres. Bernardes
27	Roseli Nunes (Nhanca)	Mirante do Paranap.	72	Santo Antonio 2	Pres. Bernardes
28	Água Limpa 1	Presidente Bernardes	73	Santa Maria	Pres. Venceslau
29	Água Limpa 2	Presidente Bernardes	74	Primavera 1	Pres. Venceslau
30	Santa Eudoxia	Presidente Bernardes	75	Primavera 2	Pres. Venceslau
31	Santo Antonio	Marabá Paulista	76	Radar	Pres. Venceslau
32	Na. Sra. Aparecida	Marabá Paulista	77	Tupãnciretã	Pres. Venceslau
33	Bonanza	Rosana	78	Maturi	Caiuá
34	Nova do Pontal	Rosana	79	Santa Rita	Caiuá
35	Gleba XVI de Novembro	Euclides da Cunha/Rosana	80	Santa Angelina	Caiuá
36	Santa Rita do Pontal	Euclides da Cunha	81	Vista Alegre	Caiuá
37	Tucano	Euclides da Cunha	82	Malu	Caiuá
38	Santa Rosa	Euclides da Cunha	83	Bom Pastor	Sandovalina
39	Porto Letícia	Euclides da Cunha	84	Guarani	Sandovalina
40	Guaná Mirim	Euclides da Cunha	85	Sto. Antonio da Prata	Marabá Paulista
41	Racho Alto	Euclides da Cunha	86	Sto. Antonio Peregrini	Mirante do Paranap.
42	Rancho Grande	Euclides da Cunha	87	São Pedro	Marabá Paulista
43	Cachoeira do Estreito	Teodoro Sampaio	88	Asa Branca	Mirante do Paranap.
44	Córrego Azul	Teodoro Sampaio	89	Porto Maria	Rosana
45	Aldeia	Teodoro Sampaio	90	Santo Expedito	Teodoro Sampaio
Assentamentos Implantados pelo INCRA					
1A	S. Francisco (Luis M. Neto)	Caiuá	7A	Lagoinha	Pres. Epitácio
2A	Antonio Conselheiro	Mirante do Paranap.	8A	Engenho	Pres. Epitácio
3A	Paulo Freire	Mirante do Paranap.	9A	Porto Velho	Pres. Epitácio
<i>Continuação da Tabela 2</i>					
4A	Nova Esperança I e II	Euclides da Cunha	10A	Chico Castro Aves	Martinópolis
5A	Areia Branca	Marabá Paulista	11A	Nova Vida (Rodeio)	Martinópolis
6A	Água Sumida	Teodoro Sampaio	12A	Nova Conquista	Rancharia
			13A	São Pedro	Rancharia
Reassentamentos CESP					
1B	Lagoa São Paulo	Pres. Epitácio	2B	Rosanela	Euclides da Cunha

Fonte: ITESP, 2005.

Org.: Edvaldo Carlos de Lima, 2006.

Obs. As letras A e B que acompanham os números simbolizam a repetição desse número em outro assentamento.

Na questão jurídica do Pontal o ITESP (2005) tem analisado variadas características dessa situação, sendo: ações discriminatórias paralisadas, ações discriminatórias em que houve desistência, ações discriminatórias em andamento, julgados devolutos com legitimação a iniciar, julgado particular, parcialmente legitimado, julgado devoluto (Parque Estadual Morro do Diabo – Decreto n° 25.342 – 04/06/1986), ações discriminatórias de blocos em andamento, áreas fora de perímetro, ações reivindicatórias em andamento, estação ecológica e ações discriminatórias

A nosso ver há omissão diante da política agrícola/fundiária que está embutida na Constituição de 1988, especialmente no Artigo 184 em seu parágrafo 2º, que trata dos princípios fundamentais para a Reforma Agrária estrutural. A máxima do artigo é que a desapropriação para interesse social e “o orçamento para atender o programa de Reforma Agrária no exercício” é de obrigação do Estado. (4º Parágrafo).

É uma estrutura institucional arcaica que rege os padrões de uma nova sociedade, criando e recriando os mais diversos tipos de violência e, conseqüentemente a impunidade em nome da reprodução ampliada do capital, especialmente no mundo rural, com raízes históricas fundamentadas pela expansão do capitalismo no campo. Tanto as formas de violência, as ocupações, conflitos e dissidências por divergências políticas têm raízes históricas no processo de formação dos latifúndios no Brasil, assim como na história dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, como veremos no capítulo seguinte.



CAPÍTULO II

FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO E DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO



2.1. Formação dos latifúndios no Brasil e a Luta dos Trabalhadores: organizações, dissidências e a Reforma Agrária

Historicamente a questão agrária e as ações dos trabalhadores sem-terra no campo se confundem no processo de formação social do Brasil. Mas as ações políticas dos trabalhadores ganham magnitude a partir do enfrentamento com o sistema latifundiário da terra, em especial a apropriação privada de grandes latifúndios por uma parcela mínima da sociedade, com o reconhecimento do Estado. Nosso objetivo aqui é discutir sobre as particularidades desse contexto que abrange o território brasileiro em escala nacional, e que atinge também diretamente os trabalhadores sem-terra, via exploração e precarização do trabalho. Trata-se então das formas de precarização dos trabalhadores sem-terra que estão presentes na forma de organização da distribuição da terra no Brasil, desde a pauperização sobre o trabalho até as dissensões no interior do próprio movimento como um todo.

As questões aqui apresentadas são algumas facetas da totalidade que os trabalhadores viveram e ainda vivem sob o domínio da classe dominante do campo. Mas priorizamos aqui, as questões que atingem diretamente os trabalhadores sem-terra ao longo do processo histórico de formação societária do Brasil.

Iniciamos a discussão a partir do complexo processo de formação dos latifúndios no Brasil. Fundamentados nas sesmarias – grandes lotes de terras doadas aos simpatizantes da Metrópole Portuguesa, feita apenas aos “homens de posses” que queriam se fixar na agricultura e produzir aquilo que era interesse da exploração colonial. As relações de trabalho neste processo de formação dos latifúndios eram predominantemente escravocratas. Estes trabalhadores eram submetidos a um regime social de sujeição e utilização de sua força de trabalho, explorada pelo sistema social e econômico que sustentava a elite que detinha as sesmarias que são bases históricas dos latifúndios, hoje.

Esse regime persistiu durante todo período colonial, sendo superado apenas em 1850 com uma nova forma de regência da propriedade privada da terra, a partir de então, com a Lei de Terras, n.º 601¹. A fundamentação da Lei pautava-se em princípios meramente capitalistas, ou seja, só poderiam adquirir terras públicas aqueles que por ela pudessem pagar. Neste sentido, a lei foi mais um elemento de afrontamento dos conflitos para os trabalhadores rurais que não tinham capital para aquisição dessas terras.

¹ Cf. Lei de Terras de 1850, n.º 601 de 18 de setembro de 1850.

Essa Lei institucionalizou o latifúndio no Brasil e garantiu “um novo direito de propriedade pensado de modo a garantir o poder dos fazendeiros”. (LERRER, 2003, p.34).

Através dessa lei, é instituída uma forma dos latifundiários se apropriarem das terras públicas do Estado, bloqueando escandalosamente o acesso à terra aos trabalhadores que dela dependiam. Não satisfeitos, os latifundiários criaram um método pelo qual se falsificava um título de cartório, colocando-o em uma gaveta ou baú fechado com um grilo para dar-lhe aparência de antigo (LERRER, 2004). Esse expediente tornou-se muito comum e impune na região no Pontal do Paranapanema/SP e se arrasta na região desde maio de maio de 1856². Trata-se então de mais um dos principais motivos de conflito da questão agrária brasileira que envolve os trabalhadores sem-terra e os latifundiários tanto no Pontal do Paranapanema quanto em escala nacional. Neste sentido, fica claro que os conflitos entre trabalhadores e latifundiários, as divergências político-ideológica entre os trabalhadores e a violência contra os trabalhadores sem-terra, têm raízes históricas que nos permitem entender as novas territorialidades da luta pela terra e pela Reforma Agrária entre os MOSLUTRA.

Daí então a concentração de terras, latifúndios improdutivos, frente a um número de aproximadamente seis milhões de famílias³ de trabalhadores excluídos do processo de produção do capital, com renda inferior a dois salários mínimos e sem-terra para sobreviver.

Retomando a questão da grilagem das terras como motivo dos conflitos no campo, inerente à formação dos latifúndios no Brasil, é importante mostrar o balanço feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em agosto de 2002 a partir da Portaria 558/99. Essa Portaria determina o cancelamento da titularidade de áreas griladas em todo território nacional. Segundo o MDA, até março de 2002, foram notificados 119.277.186 de hectares caracterizados como grilados no Brasil. Desse total 61.781.250 de hectares foram encerrados e 63.243.659 estão irregulares judicialmente, porém em plena atividade.

Junto aos dados acima, mostramos também com mais detalhes a distribuição de terras no Brasil. Cabe ressaltar que essa distribuição de terras caracteriza a estrutura fundiária brasileira, fundamentada na concentração da propriedade privada da terra, como evidencia a Tabela 3.

² Mais informações consultar: LEITE, 1998, os. 36-39.

³ Censo Demográfico 2000, In: II Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, 2003. (SAMPAIO *et all*, 2003.).

TABELA 3 – Estrutura Fundiária Brasileira – 2003

Estratos de área total	Imóveis	% dos Imóveis	Área total
Até 10 ha	1.338.711	31,6	7.616.113
De 10 a 25 ha	1.102.999	26,0	18.985.869
De 25 a 50 ha	684.237	16,1	24.141.638
De 50 a 100 ha	485.482	11,5	33.630.240
De 100 a 500 ha	482.677	11,4	100.216.200
De 500 a 1000 ha	75.158	1,8	52.191.003
De 1000 a 2000 ha	36.859	0,9	50.932.790
Mais de 2000 ha	32.264	0,8	132.631.509
Total	4.238.421	100	420.345.382

Fonte: INCRA, 2003 e Proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária. (SAMPAIO, *et.all*, 2003)⁴

Org.: Edvaldo Carlos de Lima, 2006

Trata-se de uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração da propriedade privada da terra que, em sua maioria, são grandes latifúndios com baixa ou nenhuma produtividade. São terras privadas passíveis de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, atingindo o patamar de 420.345.362 hectares, incluindo uma variação de extratos de áreas que varia de 10 a 2000 hectares, distribuídos em 4.238.421 imóveis em todo o território nacional.

Nessa perspectiva, as informações e dados até aqui apresentados pertencem ao processo de formação dos latifúndios no Brasil, que juntamente com a sua “modernização conservadora” cria novas relações capitalistas de produção e de trabalho, intensificando os conflitos entre os trabalhadores e latifundiários, configurando o cenário da luta de classes no campo.

2. 2 - O processo histórico de organização dos trabalhadores sem-terra

O processo de organização dos trabalhadores sem-terra é acirrado durante os anos de 1950 e início dos anos 1960. Esse processo de organização se dá a partir da intensificação dos conflitos no campo. Segundo Medeiros (1995, p.50):

os conflitos no campo se generalizaram, adquirindo caráter nacional, não só no sentido de que em praticamente todos os estados do país se constataavam tensões de diferente natureza, mas principalmente porque

⁴ Todas as referências que foram utilizadas neste trabalho são remetidas à Proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária, inclusive seus dados numéricos que tiveram como fonte primária, o Cadastro do INCRA, IBGE e CPT.

esse foi o momento em que se constituiu uma nova identidade e uma linguagem comum que passaram a agregar, no plano político, diferentes tipos de trabalhadores, em regiões distintas, e em que se forjou uma bandeira de luta que aparecia como unificadora: a Reforma Agrária.

A luta organizada dos trabalhadores por terra consolidou-se a partir das décadas de 1950 e 1960. Nas décadas anteriores esses trabalhadores lutavam em defesa das terras individualmente. A organização beneficiou o movimento no sentido de criar grupos e frentes de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Na avaliação de LERRER (2003, p.42) “os trabalhadores se organizaram [...] conseguindo liberar territórios, formar governos populares (Trombas, em Goiás, e Sudoeste do Paraná) e formular a exigência de uma Reforma Agrária radical”.

A organização dos trabalhadores sem-terra pela conquista terra e pela Reforma Agrária no território capitalista, levantou uma variada gama de organizações no campo brasileiro a partir de 1948. Foram movimentos que caracterizaram as formas de organização dos trabalhadores sem-terra de maior expressão a partir da década de 1950, como apontamos acima. Para Martins (1981, p.67):

Se até 1940 o messianismo e o cangaço forma as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência.

A tese de Martins confirma as formas de resistência e as ações políticas dos trabalhadores sem-terra, envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária no período seguinte a 1950. As frentes de luta pela terra e pela Reforma Agrária aqui relacionadas são as que lutaram por diversas motivações e que têm hoje maior identidade com os movimentos atuais que denominamos de movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Os movimentos de trabalhadores que construíram o processo de luta organizada como: Trombas e Formoso, Ligas Camponesas, União dos Lavradores, Trabalhadores do Brasil, Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER) e outros tantos, em nossa concepção, tiveram em comum a preocupação com a organização e a resistência dos trabalhadores. O espalhamento desse processo de organização é presente e em todas as escalas do território nacional. A organização e emergência da luta pela terra

objetiva a conquista da terra no sentido de superar a estrutura e as relações de poder que possui o latifúndio sobre os trabalhadores.

Estes movimentos criaram as primeiras manifestações organizadas no interior da luta contra o latifúndio e ao processo de inserção do capitalismo no campo.

Apesar da grande importância de todos os movimentos organizados na luta pela terra, é relevante discutir o processo de formação orgânica das Ligas Camponesas por ser um movimento de referência para a temática posta. Foram com as ligas camponesas, nas décadas de 1950 e 1960, que o movimento dos trabalhadores sem-terra ganhou dimensão em escala nacional. Organização que nasceu no Nordeste brasileiro, nos Estados de Pernambuco e Paraíba. Segundo Oliveira (1996, p.22) este movimento organizou para suas ações políticas “os foreiros, arrendatários, pequenos proprietários, trabalhadores da zona da Mata, contra o latifúndio”.

Sabe-se que o período que antecede as Ligas Camponesas foi marcado por outros movimentos sociais de luta pela terra e pela utilização e distribuição democrática da terra, ou seja, Reforma Agrária. Mas foi no decorrer das décadas de 1950 e 1960 que se inicia um referencial de organização dos trabalhadores rurais. Estes, ameaçados de perderem as terras onde viviam, tiveram que aderir às novas formas de organização de luta contra a grilagem de terras para formação de latifúndios, com as Ligas Camponesas.

Neste momento histórico o Nordeste passava por transformações profundas nas relações de trabalho de modelo tradicional, no caso o “morador de condição”. Tratava-se de uma relação de trabalho baseada na concessão de um lote, ou pequeno sítio ao morador da fazenda ou trabalhador das usinas de cana. No Estado do Pernambuco, essa relação de trabalho era uma prática em toda zona canavieira. Os trabalhadores dos engenhos, além da casa para morar, recebiam também um pequeno lote para plantar alimentos. Mas, para manter essa precária relação de trabalho, era necessário se submeter a dois dias de trabalho gratuito ao usineiro⁵.

Com o rompimento dessas relações de trabalho, juntamente com a negação de concessão de terras para plantar, é que o trabalhador se vê na obrigação de se organizar para mobilização contra o monopólio da terra. Dadas às circunstâncias emergem na região os conflitos e as lutas pela terra e Reforma Agrária, representados pelas Ligas Camponesas.

⁵ Para maiores informações sobre os moradores e foreiros consultar: MEDEIROS, 1989, p. 46.

Este movimento teve sua expressão inicial no relacionamento com o movimento organizado pelos horticultores da região de Recife subsidiado politicamente pelo Partido Comunista Brasileiro, durante seu curto período de legalidade na década de 1940. Mas foi somente em meados da década de 1950 que o movimento das Ligas Camponesas ganha significado em sua estrutura organizacional. Em 1956 nasce o movimento no Engenho da Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, nas proximidades de Recife (PE). Trata-se de um dos mais importantes movimentos organizados pelos trabalhadores sem-terra na história contemporânea da questão agrária brasileira, porque foi naquele lugar que surgiu um grupo de foreiros organizados. Primeiramente denominado de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, em seguida foi conhecida como Ligas Camponesas. Movimento que se territorializou rapidamente por todos os estados nordestinos como o respaldo político do Partido Comunista Brasileiro, porém com severa oposição da Igreja Católica.

As sucessivas mobilizações com os trabalhadores envolviam uma série de demandas. E dentro dessas reivindicações tinha-se de mais imediato a luta pela terra e pela Reforma Agrária em todo território nacional.

O fortalecimento das ações políticas das Ligas Camponesas nesse período (1950) foram formas de luta com base nas ocupações de espaços públicos e privados. Os trabalhadores saíram às ruas, “realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna, como ampliar sua base de apoio nas cidades, e dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários” (MEDEIROS, 1989, p.48). Mas como o MST hoje, teve suas dissidências e cisões na sua estrutura orgânica.

2.3 – Dissidências e divergências político-ideológicas no interior das Ligas Camponesas

Apesar do fortalecimento político e apoio da sociedade, conquistados pelas Ligas Camponesas e os conflitos no campo estarem em plena ascensão, em função dos avanços do capitalismo agrário, esse movimento começara a ser ameaçado pelas dissidências e rachas internos em nome da crise que já envolvia toda a sua estrutura orgânica.

As cisões e dissidências por divergências políticas internas às Ligas se concretizam nas disputas pela representação dos trabalhadores sem-terra, com a emergência do sindicalismo rural e a inserção da Igreja Católica. Segundo Martins (1981, p.77):

Havia dois grupos distintos de trabalhadores a serem mobilizados e organizados. De um lado, os foreiros das terras de engenhos, camponeses em vias de expulsão. De outro lado, os moradores das usinas, trabalhadores em vias de converterem-se definitivamente em assalariados, perdendo as características camponesas além daqueles que já estavam efetivamente reduzidos à condição de assalariados, expulsos de seus roçados para as pontas das ruas, os povoados próximos às usinas.

Legalmente os trabalhadores eram reconhecidos pela legislação trabalhista, mas, como prática nacional, os trabalhadores não gozavam dos seus direitos legais.

Assim inicia-se o processo de disputa pela organização dos trabalhadores entre as Ligas e o Partido Comunista Brasileiro. De um lado, as Ligas representadas por Francisco Julião, eram contrárias à formação de um sindicato para os trabalhadores. A justificativa fundamentava-se na hipótese de haver dois grupos distintos de trabalhadores: foreiros e trabalhadores da usina – assalariados. Os primeiros tinham vantagens superiores sobre os segundos como categoria de mobilização. Para Martins (1981, p.78):

os foreiros produzem os seus próprios meios de subsistência, têm condições de suportar melhor os confrontos com os fazendeiros, têm liberdade de locomoção. O mesmo não acontece com o trabalhador de usina, sujeito ao salário, sem mobilidade, sujeito ao favor da moradia.

Quando João Goulart assume o poder em 1961, montou um sistema sindical para atender os trabalhadores. Com o avanço dos movimentos dos trabalhadores sem-terra ao longo dos anos de 1950, o governo se empenha mais ainda nas concessões de cartas de reconhecimento do sindicalismo no Nordeste. Esse processo contrariou a liderança por não conseguir conter o avanço do sindicalismo frente ao governo federal e, conseqüentemente, toda a base do movimento. Começa então um processo de dissidências e cisões no interior do movimento. Um grande número de trabalhadores se envolve na formação de sindicatos, contestando sua própria liderança. Apesar das várias tentativas de Francisco Julião de conscientizar a base do movimento que o sindicalismo não o anularia,

nem vice-versa, não foi possível superar a ação do Partido Comunista Brasileiro no incentivo para a formação dos sindicatos.

O principal alvo do PCB eram os trabalhadores das usinas, mas o partido precisava também do apoio dos trabalhadores foreiros para fortalecer suas propostas políticas na formação dos sindicatos.

Diante disso, gesta-se as divergências político-ideológicas entre as Ligas Camponesas e o Partido Comunista Brasileiro. Enquanto as Ligas ideologicamente se dirigiam a uma proposta de ação política de fundo revolucionário, o PCB estrategicamente caminhava para uma “revolução” pacífica com a burguesia, rumo à revolução democrático-burguesa. (BORGES, In: MARTINS, 1981, p.78).

O acirramento das divergências político-ideológicas internas ao movimento das Ligas Camponesas comprova-se entre as lideranças, fragilizando a organização interna do movimento. Isso se deu, nos termos colocados por Medeiros (1989, p. 76), porque parte de sua liderança:

(...) tendo à frente Clodomir Moraes, incorporou as teses da guerra de guerrilhas e da impossibilidade de transformações sociais e política pela via pacífica. Esse setor iria procurar instalar campos de treinamento, os chamados “dispositivos militares”, em alguns pontos do país: Goiás, Bahia, Paraná, Acre e outros. Francisco Julião, por seu lado, contrário às teses das guerrilhas, tentou unificar a direção, mas sem sucesso.

O constante processo de divergência política entre as lideranças provocou uma série de dissidências dos trabalhadores da base do movimento, que foram atraídos pelas propostas da Igreja Católica. Além do isolamento político, as Ligas tiveram que enfrentar as organizações da Igreja para tomar a frente da direção do movimento e também as ações vindas do Estado. Esse enfrentamento foi em vão e, conseqüentemente, houve um rápido refluxo do contingente dos trabalhadores pertencentes às Ligas, provocando a redução do movimento apenas aos Estados da Paraíba e Pernambuco.

Neste sentido, as divergências político-ideológicas provocaram fragilidades na estrutura político e orgânica do movimento, impedindo assim sua ascensão e consolidação na direção da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Cabe destacar que esse processo é histórico no interior dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária e não exclui os movimentos atuais. No caso, o MST em função de suas dimensões territoriais e sua abrangência organizacional na

luta pela terra e pela Reforma Agrária, também se sujeita aos diversos processos de dissidências motivadas por divergência política entre seus líderes e também entre a sua base. Questão explícita na territorialização do movimento na atual conjuntura de lutas no Pontal do Paranapanema.

2. 4 – Dissidências e divergências político-ideológicas no interior do MST no Pontal do Paranapanema

Como já visto anteriormente o MST surgiu a partir das ações isoladas dos trabalhadores sem-terra no decorrer da década de 1970. Os trabalhadores organizados em diversos lugares do país deram início à gestação do movimento.

Mas os eventos que marcaram a história do MST foram as lutas em forma de ocupações, principalmente de latifúndios, sendo seus marcos principais as ocupações das Glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta/RS em 1979, e o I Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná no mesmo ano. Esse encontro com trabalhadores sem-terra de vários Estados do país foi o que deu ao movimento característica de luta pela terra e pela Reforma Agrária no cenário nacional.

Contudo, na sua estrutura orgânica inserem-se os processos de dissidências por divergências político-ideológicas. Cabe a nós o desafio de analisar se estes processos fragilizam ou não a luta do movimento como um todo.

A luta pela terra e pela Reforma Agrária se fragmenta no Pontal em diferentes movimentos. Sejam locais, ou em escala superior. Os locais são os denominados movimentos isolados, que para Fernandes (2001, p.64) se caracterizam pela forma de organização dos grupos de famílias e sobre uma base territorial determinada: “os movimentos isolados se organizam em um município ou conjunto de municípios para efetivar uma ocupação, podem ser resultado de dissensões” de outros movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma.

Ainda segundo o autor a base territorial está limitada pela ação do movimento, mas se superar esta condição pode virar um movimento territorializado ou organização territorializada, o que implica na capacidade de organizar ações para além da sua base territorial de origem.

O autor faz referência ao MAST para justificar o conceito de movimento localizado. Mas hoje, o MAST supera a escala municipal e atinge a escala nacional em

algumas regiões do país. Suas tentativas de inserção no território do latifúndio capitalista, são repercussões condicionadas pela SDS/PSDB com a intenção de controlar sua esfera organizativa e suas territorialidades. Falamos aqui do controle dos processos sociais no sentido de alienar politicamente os trabalhadores sem-terra do MAST e seus agregados. Essa atitude da SDS/PSDB é para controlar o raio de ação política destes trabalhadores e limitar suas ações, denominadas pelo movimento de democráticas. Estas ações estão presentes nas formas de ocupação deste movimento.

Esse contexto nos faz crer naquilo que afirma Thomaz Júnior (2002) sobre o processo de dominação política e de controle social, internos ao metabolismo do capital. Estes processos de dominação política e controle social ficam evidentes nas constantes ações políticas do MAST em todo seu conjunto, agregados e dissociados. É nessa direção que verticalizamos nossas críticas frente à estrutura organizativa desse movimento. Apesar de suas ações e formas de luta serem de cunho superficial e seus objetivos e propostas serem fundamentados em programas de políticas do Governo Federal, seu Estatuto Social prescreve que este é sim um movimento de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Por outro lado, está presente no discurso da liderança, e de todos os trabalhadores sem-terra, a luta pela Reforma Agrária.

A forma de organização sócio-política espacial, através de ocupação de terra, não dá ao MAST uma unidade emancipatória de gestão própria nos processos de ocupação. Essa questão é pensada pela SDS/PSDB e o mesmo ocorre com os movimentos agregados ao MAST. Neste sentido, seus acampamentos se tornam isolados em áreas restritas que não chamam a atenção das entidades que podem viabilizar os processos de Reforma Agrária. Como é o exemplo de um dos movimentos agregados do MAST, União pela Terra e Fome Zero (UNITERRA). Sua territorialização é de base municipal, isso implica que seu dimensionamento no espaço de socialização política é restrito ao município de Presidente Epitácio.

Porém, as suas ações não superaram ainda a sua base territorial de origem. Em contrapartida, o MAST se territorializa em outros Estados brasileiros, superando essa base inicial de luta, assim como o MST. Este último, mediante a implementação dos assentamentos configura a sua territorialização, através da implementação de assentamentos em todo Brasil.

Na concepção de Fernandes (2001) o processo de territorialização ocorre a partir da espacialização. Segundo esse autor, entre o tempo de acampamento e assentamento desenvolve-se o processo de espacialização.

Tratando-se das diferentes concepções políticas e teóricas aplicadas ao conceito dos movimentos em questão, MAST/MST, é importante por em debate o questionamento que fez Oliveira (2003) sobre o significado desses movimentos hoje. Entendemos que esta é uma questão em aberto. Particularmente se formos analisar a transformação de um movimento territorializado para organização social territorializada. Apesar dessa questão não ser nosso foco principal de discussão, achamos necessário fazer referências aos questionamentos acerca do sentido e significado que o MAST e o MST têm hoje na trama social e política do país.

Segundo o autor, nas décadas de 1980 e 1990 nos depoimentos das lideranças e intelectuais simpatizantes, o MST era definido e apresentado como um movimento social, hoje nas mesmas falas se apresenta como Organização Social. Não há dúvida da origem do MST como um movimento social, porém a sua história fez de sua ação e mobilização conjunta uma organização. A dimensão política dessa mudança é mais um dos questionamentos colocados e cabe às pesquisas registrarem as suas implicações.

Para Martins (1993, p. 105):

Organização social é sempre estruturada, ..., já os movimentos sociais nascem em cima de questões a resolver. A durabilidade de uma organização é muito maior que a durabilidade de um movimento social. O movimento nasce mais ou menos espontaneamente. O movimento é mais flexível do que a organização, mais aberto e participativo.

Contudo, observamos que essa diversidade nos “estágios” da mobilização social dos trabalhadores depende muito das reflexões inerentes ao território em disputa. Neste caso aqui, o sentido da organização dos trabalhadores é peculiar ao Pontal do Paranapanema, tanto MAST quanto MST.

2.5 - Gênese do Movimento dos Agricultores Rurais Sem-terra (MAST) no Pontal do Paranapanema

O MAST foi formado com o apoio de alguns trabalhadores rurais da região com a intenção de disputar espaço de luta pela terra e pela Reforma Agrária, com o

MST no Pontal do Paranapanema. Com este propósito, uniram-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana, com sub-sede em Primavera, e com a Central Social Democrata denominada Social Democracia Sindical (SDS), com sede em São Paulo, ligada ao PSDB. Promoveu aos 19 de março de 1998, no município de Rosana, o I Encontro de Lideranças da Região. Nesse momento da reunião de acampados e lideranças de movimentos locais, majoritariamente dissidentes do MST, o MAST ficou instituído através de um Estatuto Social e por uma Carta de Princípios⁶.

Nesses documentos, elaborados no I Encontro, constam os elementos centrais acatados pela liderança do MAST. As propostas nada diferem dos discursos dos Governos brasileiros que até a presente data têm assumido perante a questão agrária no país, quais sejam: a defesa de um sistema político de caráter liberal-democrático, isto é, com voto, partidos políticos livres, direitos políticos amplos e intransferíveis e a defesa de um sistema econômico baseado na existência do mercado. Diante disso, a postura da coordenação do MAST fortalece e concorda com as políticas de caráter liberal-democrático que monopolizam o pensamento e ação política em nível nacional. Mas, estas concepções não são compartilhadas por todas as lideranças do movimento. Algumas delas, antigos membros da frente de massa do MST em diversos acampamentos, destoam desses pressupostos.

Entre as propostas⁷ estabelecidas na Carta de Princípios do MAST, se destacam no plano institucional:

- 1 - A integração da política de Reforma Agrária comum à política de desenvolvimento rural;
- 2 - Crédito compatível com as características de cada assentamento (situação sócio-econômica dos beneficiários, região, tipo de exploração agropecuária);
- 3 - Assistência técnica condizente com essa política;
- 4 - Fomento ao cooperativismo para viabilizar a produção familiar em um mercado intensamente competitivo. A cooperativa serve de vetor para a incorporação de tecnologias de captação de crédito e de comercialização de produtos, através de organizações como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações Estaduais de Cooperativas (OECs);
- 5 - Fomento ao sindicalismo rural;
- 6 - promoção de atividades, seminários, simpósios, e eventos voltados para a discussão de temas que envolvam as questões agrária e fundiária;

⁶ Estatuto Social e Carta de Princípios do MAST. Ver Anexos I e II.

⁷ Propostas apresentadas na Carta de Princípios do MAST.

7 - Definição de papéis institucionais para o planejamento e implementação de projetos de habitação, saneamento, eletrificação e transporte para os assentamentos rurais;

8 - Uma emancipação criteriosa dos assentamentos de Reforma Agrária;

9 - Planejamento da Reforma Agrária. Os assentamentos devem ser considerados como unidade de produção, voltados para o mercado, integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

As propostas acima colocadas pela cúpula constituinte do MAST são as bases de sustentação política da Carta de Princípios do movimento, mas tornam-se estéreis porque fazem parte de um pacto de promessas e discursos próprios dos Governos brasileiros, como já apontado, tendo em vista que a realidade posta nos acampamentos não é condizente com as propostas alocadas na Carta. Todavia estas contradições não degradam o mérito dos trabalhadores e trabalhadoras que são a base do MAST e tampouco descaracterizam a importância do acampamento, que é a base de sua identidade no sentido reivindicatório. Estes trabalhadores mantêm-se em constante processo de territorialização em seu espaço de luta.

Sintetizamos que o MAST foi formado da articulação de ex-integrantes do MST, que por divergências político-ideológicas e posturas políticas diferenciadas formaram o movimento estruturado inicialmente no “princípio democrático da ocupação de terras”, na tentativa de combater a postura do MST de ter como princípio fazer a Reforma Agrária a partir da ocupação. Nos depoimentos das lideranças que coordenaram o I Encontro em Rosana destacam as declarações de desavenças com o MST, no sentido de não concordarem com “as posturas violentas que este movimento adota na invasão na propriedade dos outros” (Liderança do MAST. **I ENCONTRO DO MAST EM ROSANA/SP.** [Mar. 1998]).

Esse confronto não se encerra nas diferenças político-ideológicas, vai muito além quando entra no campo dos “rachas” e discursos, com base nas considerações e depoimentos de seus líderes, no momento da Assembléia de formação do I Encontro em Rosana:

Eu quero dizer a vocês que nós somos dissidentes, levantamos a primeira bandeira de dissidentes do MST aqui na região. Através da imprensa disseram um monte de nós, até nos ameaçaram, fomos vítimas de diversas emboscadas justamente por isso. Mas nós vamos provar para eles que não éramos bandidos não. É justamente pelo fato de nós estarmos sendo dirigidos e coordenados por bandidos. E nós queríamos

uma Reforma Agrária justa, uma Reforma Agrária transparente e não ser massa de manobra de ninguém, e não usufruir do direito de ninguém. (Liderança do MAST. **I ENCONTRO DO MAST EM ROSANA/SP.** [Mar. 1998]).

Esse depoimento nos permite compreender a origem do processo de divergências político-ideológicas existente entre os líderes do MST e os do MAST. No momento da fala do ex-líder do MEV fica clara a acusação direta não somente ao MST pelas suas formas de agir, como também as diferenças pessoais com os principais líderes do MST. Em seus depoimentos e desabafo ao longo de sua fala houve acusações de corrupção na organização do MST.

Este tipo de afrontamento também faz parte do universo da luta, aliás, o assentado e ex-liderança foi expulso de seu lote pelo ITESP e pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF), acusado de depredação do patrimônio público⁸.

Outro ex-líder, também fundador do MEV, faz as mesmas acusações, ou seja, acusa o MST de “movimento dos corruptos”.

Essas falas mostram como as lideranças, e também integrantes das bases, demonstram e fortalecem o processo de divergências na estrutura dos Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e pela Reforma Agrária. Conseqüentemente esta postura fragiliza o movimento como um todo em seu significado perante a sociedade. Fortalece também o processo de dissidência entre os trabalhadores no que se refere à realização da Reforma Agrária. Esta concepção dificulta também o enfrentamento com os latifundiários e setores das instituições encarregadas da Reforma Agrária, como se recolhe no depoimento de umas das lideranças:

Companheiros, eu e o companheiro Zoinho, nós somos fundadores de um grupo dissidente sem-terra, que decidimos deixar aquele movimento de corruptos que é o MST (*aplausos dos trabalhadores simpáticos a fundação do MAST*), por que nós estávamos sofrendo nas garras daqueles “gaviões”, desde 1990 início de 91, aonde nós só perdemos e não ganhamos nada. (Liderança do MAST. **I ENCONTRO DO MAST EM ROSANA/SP.** [Mar. 1998]).

A idéia de repúdio ao MST não se limitou apenas aos responsáveis pela representação do MAST, trabalhadores presentes na plenária do ato de fundação deste

⁸ Decidimos não citar os nomes das pessoas envolvidas nos conflitos, com o propósito de manter sua privacidade.

movimento se manifestavam de várias formas contra a ação do MST no Pontal do Paranapanema, cada um deles com uma história para contar. Entre os presentes desse I Encontro de Rosana estavam também representantes da SDS, representantes dos STR's e de partidos políticos, principalmente lideranças do PSDB.

Em entrevistas posteriores, junto aos militantes do movimento e durante a trajetória de conformação do MAST, ficou patente o repúdio às formas que o MST adota para desenvolver suas ações políticas na luta pela terra e, especialmente, às ocupações dos latifúndios, como dizem de “forma radical”. Sabe-se que o MST em muitos casos se utiliza da resistência com a própria polícia, independente das conseqüências.

Segundo o líder do MAST, Lino de Macedo⁹, fazem parte do seu controle, todos os movimentos dissidentes do MST, ou seja, estas entidades fazem parte de uma só associação. O MAST é a unificação de todos os movimentos sociais independentes e dissidentes do MST. Isso faz do MAST o núcleo das diretrizes que comanda estas entidades, juntamente com o apoio político do PSDB, e também com o apoio dos STR's da região¹⁰, contemplando a SDS:

E nós fundamos nosso grupo, Esperança Viva, que hoje morre esse nome aqui no Pontal e que vai morrer também todos os nomes dos outros grupos, dos outros movimentos e que passa ser agora o MAST... que nasce hoje dia 19 de Março de 1.998, movimento com apoio da SDS.
(Liderança do MAST. **I ENCONTRO DO MAST EM ROSANA/SP.** [Mar. 1998]).

Mas em trabalho de campo posterior, desvendamos que o discurso do senhor Lino de Macedo não condiz com a realidade posta. Em vários acampamentos ditos, liderados pelo MAST, seu coordenador local discorda plenamente da opinião citada acima.

O processo de dissidência por divergências políticas no interior do MST toma outra dimensão no discurso de um líder do MST. Por meio das entrevistas constatamos que para os dirigentes do MST, o surgimento do MAST no Pontal do Paranapanema:

é uma derivação do surgimento dos movimentos espontâneos, aqueles movimentos que não eram do MST. Eles surgiram espontaneamente em

⁹ Neste momento, junho de 2004, se encontra preso, juntamente com mais quatro membros e lideranças do MAST no Pontal do Paranapanema, acusados de formação de quadrilha, roubo, furto, porte ilegal de armas e cárcere privado.

¹⁰ No momento de formação do MAST, estiveram presentes os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Euclides da Cunha Paulista e de Rosana.

função de uma liderança ou outra, com caráter extremamente oportunistas e personalistas e começou a desenvolver a luta pela terra e ganhou adesão é claro. Possivelmente porque a demanda oferecida na questão da luta pela terra, despertou maior intensidade do que a capacidade do MST em organizar os trabalhadores e também por conta das novas lideranças que foram surgindo, dissidentes do MST. O Zoinho é um deles. Lá em baixo tem um tal de seu Geraldo de Oliveira, depois vem o Lilão, do outro lado, tem um tal de Cição, Ailton, etc. A maioria deles já passaram pelo MST aqui nos acampamentos do MST, senão todos eles, menos o seu Geraldo e o Riste, também líder do MAST. Pois bem, eles ganharam dimensão em função do primeiro que levantou a bandeira de dissidência. É preciso dizer que de fato eles ganharam adesão das pessoas ao fazer a luta pela terra, mas eles ganharam uma dimensão mais abrangente por causa da necessidade que o Estado tinha de frear o MST e de colocar para a opinião pública de que o MST estava rachado e que o MST estava fracionado e que além do MST, tinham outros interlocutores. O MST não era exclusivo na questão da Reforma Agrária, nisso eles acertaram. (Liderança do MST. **COOCAMP**. [Fev.2001]).

Neste trecho da entrevista nosso interlocutor deixa claro que o MAST e seus líderes têm realmente um papel interessante na luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema. Frente a isso, o entrevistado apresenta o interesse do Estado em enfraquecer a luta pela terra e pela Reforma Agrária, fragilizando a estrutura organizativa do MST, incentivando outros movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária com o apoio da SDS/PSDB – na conjuntura política, o governo era de Fernando Henrique Cardoso/PSDB.

Na seqüência da entrevista, o militante do MST confirma a legitimidade dos demais movimentos, mas critica a possibilidade de constituição desses como movimentos sociais. Como segue:

É legítimo que se tenham mais movimentos sociais e que se faça luta pela terra. Nós achamos que isso é interessante, o que não é do entendimento do MST, é que esses grupos chegarão a se constituir como movimentos sociais, eles não chegaram a este ponto. Porque na verdade se tratou de uma farsa. Por exemplo, o Zoinho que hoje está no (MAST), na verdade ele saiu de um grupo chamado “Grupo esperança viva”, que foi uma tramóia que o Estado fez pra colocar intercursos ou estratégias de arrecadação de terras, que era aquela questão dos 30% que o MST era contra. Mas como a intenção deles (*o Estado/ITESP*) era dividir internamente o MST, aproveitou do Zoinho que já tinha sérias divergências com o MST desde o tempo de acampamento. (Liderança do MST. **COOCAMP**. [Fev.2001]).

O nosso interlocutor ao mesmo tempo em que vê a necessidade da divulgação da luta por outros movimentos além do MST, também faz graves críticas ao

Estado, pois afirma que essa articulação SDS/PSDB tinha também a participação do ITESP:

O interesse em ajudar o Zoinho a se manter como líder do MAST, era muito mais em desarticular o MST na região, tendo em vista que o Zoinho já era divergente político do MST desde a época dos primeiros acampamentos no Pontal. Neste sentido, o Zoinho saiu do Movimento Esperança Viva e se vinculou ao MAST como coordenador regional do movimento”. (Liderança do MST. **COOCAMP**. [Fev.2001]).

A crítica direta ao ITESP é o seu apoio aos novos movimentos de luta pela terra e Reforma Agrária. Especificamente pelo apoio dado ao Zoinho na sua liderança do MAST na região. Já que apesar de certas irregularidades denunciadas pelo nosso entrevistado, o candidato no processo de seleção para adquirir um lote foi aprovado pelo ITESP. Além disso:

o Zoinho passou a ser um dos principais combatadores das idéias da prática do MST. Além disso, seu nível de despolitização é graúdo. Oportunista e personalista, e o ITESP se aproveitou disso e promoveu o Zoinho pra ser seu braço, ser essa extensão do ITESP junto às comunidades. Como é que o ITESP ia mobilizar gente pra reivindicar o engrossamento do orçamento deles se o MST não topava a parada? Precisava de um grupo pra fazer isso e não só o Zoinho, porque o Zoinho foi o que sobrou, mas o coletivo deles eu vou dizer quem é: Zoinho, Xirú - um sujeito que ajudou a fundar o sindicato de direita no tempo que era barrageiro. Então se reciclou na luta pela terra, fez parte da direção do MST e resolveu mudar de lado. Esse Xirú ficava meio por traz assessorando. Xiru já tava num nível de degradação e acabou largando tudo isso, não conseguiu ir à diante. Tinha também o Pedro Mentira que juntou a eles. (Liderança do MST. **COOCAMP**. [Fev.2001]).

Nessas falas podemos observar como o conflito interno ao MST, por divergências político-ideológicas, tem envolvido uma gama significativa de outras questões. Questões que fortalecem as dissidências e outras formas de conflitos com efeitos extremos, como são os vários casos de agressões verbais que presenciamos ao longo dos trabalhos de campo, reuniões, eventos e nas próprias entrevistas que gravamos.

Na [Figura 5](#) podemos observar a territorialidade dos movimentos agregados e dissociados do MAST, assim como sua localização por municípios no Pontal do Paranapanema. Como colocamos anteriormente, os movimentos agregados são aqueles

que fazem parte da estrutura organizativa do MAST, ou seja, 14 movimentos¹¹ que surgiram entre 1995 e 2002 que se agregaram ao MAST, após sua formação em 1998.

Quanto aos movimentos que não são agregados do MAST compõem na Figura 4 no capítulo 1, e estão presentes apenas no município de Presidente Epitácio e em João Ramalho¹².

São movimentos dissociados do MAST por estratégia de luta, isto é, dão apoio e fortalecem a luta do MAST e não são dissidentes, entendendo a dissidência como a cisão político-ideológica. Este apoio é dado quando se pretende fazer uma ocupação e não há contingente pessoal necessário para a ação mobilizatória. Nesse caso há uma reunião com todos os trabalhadores destes grupos: MTRSTB, MTV, UNITERRA, MNF e ARST. Daí então, se faz a ocupação. Vale destacar aqui que os movimentos dissociados do MAST, não são controlados diretamente pelo MAST são independentes.

Outro motivo dessa estratégia, segundo as lideranças, é a saturação do MAST. Essa saturação se refere à perseguição policial dos militantes e a constante presença do MAST na mídia. Ainda de acordo com a coordenação, a criminalização que o movimento está sofrendo já custou, em diferentes ocasiões, mandados de prisão para seus integrantes.

Outro elemento existente no MAST é o oportunismo que alguns dos seus membros têm para promoverem-se em postos políticos, principalmente como vereadores e outros cargos públicos de caráter administrativo. Estes militantes se utilizam da estrutura e base do movimento com eleitorado garantido

Tais questões refletem o conjunto de contradições sob as quais se edificou o MAST. Com isto nos referimos aos elementos que caracterizam este movimento e o situam em contradição direta com a luta pela Reforma Agrária travada por inúmeros trabalhadores no Brasil. E, especificamente, na antípoda dos trabalhadores sem-terra do MST. Estes elementos são: em primeiro lugar a sua identidade com a SDS¹³; em segundo a autodefinição como movimento pacífico e, em terceiro lugar, a sua estrutura estatutária.

¹¹ Os movimentos aqui analisados seguem a mesma definição já exposta na Introdução desse trabalho.

¹² Na Figura 5, não comparece nenhum movimento no município de João Ramalho, porque até o momento da realização da pesquisa, estes não constavam. Mas em 2006 comparece o Movimento de Luta pela Terra (MLT), dissidente do MST.

¹³ Os princípios políticos da SDS em relação à questão agrária brasileira são aqui questionados primeiramente, pela razão dessa central sindical compreender que a existência do sistema econômico de maneira geral deve residir fundamentalmente no reconhecimento absoluto do mercado. Esse mercado deve ser entendido no caráter da livre circulação dos fatores de produção. Produtores e consumidores, organizados de forma livre, devem buscar a defesa dos seus interesses de maneira democrática, portanto, propõem

A base social-democrata do MAST o converte em um movimento que não atenta contra o princípio da propriedade privada da terra. Disso se deriva o segundo elemento, entender a ocupação de terras devolutas e/ou improdutivas como um ato de violência e não como uma ação de luta política para a conquista da terra e confronto com o latifúndio. Lembrando que esta característica não é generalizada a toda estrutura do MAST, senão que é própria de alguns líderes e membros da base do movimento. A nosso ver, não lutar contra essa lógica é manter o latifúndio fundamentado no acesso privado do espaço, e eliminar as possibilidades de democratização das terras griladas e improdutivas do Pontal do Paranapanema.

A ocupação dessas terras pelos trabalhadores rurais sem-terra, além de ser legal do ponto de vista institucional, pode erradicar a violência do sistema latifundiário. Tanto no sentido do comércio de terras para a realização da renda e para investimentos, quanto para a expansão das atividades agroindustriais na região, como a cana-de-açúcar, e a soja, configurando os fundamentos do que se denomina de *agronegócio*¹⁴.

E por último, a contradição se coloca na própria existência do Estatuto Social do movimento, o qual, segundo Feliciano (2003, p. 181):

(...) tira totalmente o caráter essencial de um movimento social, fixando leis, regras e comportamentos. O próprio conceito de movimento traz intrinsecamente, a dinamicidade, a ação, a liberdade de agir em todas as direções etc. Fechar os caminhos e impor certos direcionamentos é a pura contradição de um movimento social.

Em função destas características e levando em consideração os depoimentos das lideranças do MAST, reafirmamos que o movimento surgiu na região do Pontal inicialmente como oposição ao projeto do MST, enfatizando a possibilidade de uma alternativa na luta pela terra e pela Reforma Agrária que coibisse a ocupação de latifúndios. Isto fez com que a capacidade organizativa e de mobilização dos trabalhadores

combinar, de forma harmônica, mercado e regulação estatal. Em nossa compreensão, tal proposta é inviável, quando analisamos as particularidades do sistema econômico capitalista. A SDS propõe apenas o desenvolvimento de projetos junto aos assentamentos de reforma agrária, visando sua sustentabilidade através das técnicas de produção, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos. Mas em momento algum tem uma efetiva propostas de reforma agrária que rompa com a relação da propriedade privada da terra no Brasil. Para maiores informações sobre a SDS, acessar: www.sds.org.br/.

¹⁴ O conceito de *agronegócio* é um neologismo da língua inglesa *agribusiness*, em moda no Brasil. Em 1957 John Davis e Ray Goldberg utilizaram o conceito para definir a soma às operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as atividades de produção nas unidades agrícolas, o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Para mais detalhes sobre a incorporação deste conceito no Brasil, consultar: www.finep.gov.br/fundos_setoriais/ct_agro/documentos/ct-agro00diretrizes.pdf.

do MST na região se reduzisse, todavia essa redução vem de mãos dadas com a identificação do MAST como “não-violento”, sendo então, o MST a personificação dessa violência. Para muitos trabalhadores inseridos no universo de conservadorismo agrário é exatamente este o motivo de simpatia e militância no MAST, como se depreende das suas falas para explicar as razões que os levaram a sair do MST e se aderirem ao MAST:

aqui é mais sossegado, nós não pensamos em mexer com aquela fazenda, nem em mexer em nada que é dos outros, cada um vive como pode. Se tem diária, trabalha, se não tem não trabalha [...] porque o Governo mesmo falou que cada município vai a assentar seu povo O MAST é um movimento pacífico não fazemos bagunça nem arruaça. Não estamos aqui para baderna, queremos terras e com o apoio dos líderes vamos conseguir, com apoio do Lino e o Milton (*lideranças do MAST*).
(Liderança do MAST. **Acampamento Mario Covas de Euclides da Cunha Paulista/SP**. [Fev. 2004]).

Porém, o MAST é também contraditório neste aspecto, e o discurso não condiz com sua prática. Assim, as mais recentes formas de ocupação do movimento pouco se diferenciam das do MST, como nos descreve no trecho desta carta uma militante e acampada do MAST:

...dia 16 de maio, um dia muito importante para mim, vou participar de uma invasão. Não sei o que vou enfrentar, mas sei o que eu quero: ter alguma coisa que lutei para ter algo para dar um belo futuro para meus filhos. Chegamos no acampamento, o povo nervoso, outros com uma confiança tremenda, todo mundo arrumando as suas coisas, o tempo desencorajou o povo – muito frio. Todo pessoal, só estava pensando nos capangas da fazenda. Saímos de Regente Feijó – SP, as 16:30 da tarde. Os colegas que mais diziam que iriam para a ocupação, foram os que “pularam fora”...A polícia passou a noite inteira vigiando, e só no outro dia é que fomos saber onde estávamos...e a TV estava nos filmando e foi dando aquela adrenalina, porque estava chegando a hora da reintegração de posse, não fizemos nada com o gerente da fazenda, nem se quer vimos ele. Só vimos ele pela TV, falando barbaridades de nós. Demorou um pouco, veio um ônibus e um monte de carros da polícia cheio de policiais armados, eles fizeram uma barreira que só de olhar dava medo. Os líderes conversaram com eles. E aí o oficial de justiça, nos deu uma hora e meia para podermos sair em paz, e aí viemos embora. (Trabalhadora sem-terra militante do MAST. **Acampamento Mario Covas de Euclides da Cunha Paulista/SP**. [Fev. 2004]).

Como destacamos anteriormente, se por um lado o MAST fragiliza o projeto político do MST com os rachas, as dissidências e as formas de ocupação, por outro ele acaba reproduzindo formas de pressão social em suas dinâmicas de territorialização,

que acaba divulgando localmente a necessidade de fazer a Reforma Agrária. Assim, paralelamente à mobilização dos trabalhadores do MAST pela terra e pela Reforma Agrária, populariza-se a necessidade da Reforma Agrária em outras escalas.

Por meio da [Figura 6](#) podemos observar como o MAST se territorializa na região do Pontal do Paranapanema, acampando em sete municípios, num total superior a 2.250 famílias de trabalhadores e trabalhadoras. Estas marcas no território vêm se somando aos arranjos espaciais que historicamente foram construídos, e raramente se darão por acabados.

Outra questão que consideramos relevante no processo de formação do MAST foi o paralelismo da origem de um outro movimento denominado de Movimento Unido dos Sem-terra (1998). Sua existência foi bastante precoce, não tivemos acesso à data precisa de sua dissolução. Esse movimento teve como líder o senhor Valdecir Ponciano da Silva que participou ativamente do processo de formação do MAST, mas paralelo a isso já articulava a criação de um Estatuto Social e de uma Carta de Princípios para seu acampamento, no município de Regente Feijó.

Durante a reunião de formação do MAST, o líder do MUST se pronunciou como dissidente do MST, e explicou também os motivos da dissidência.

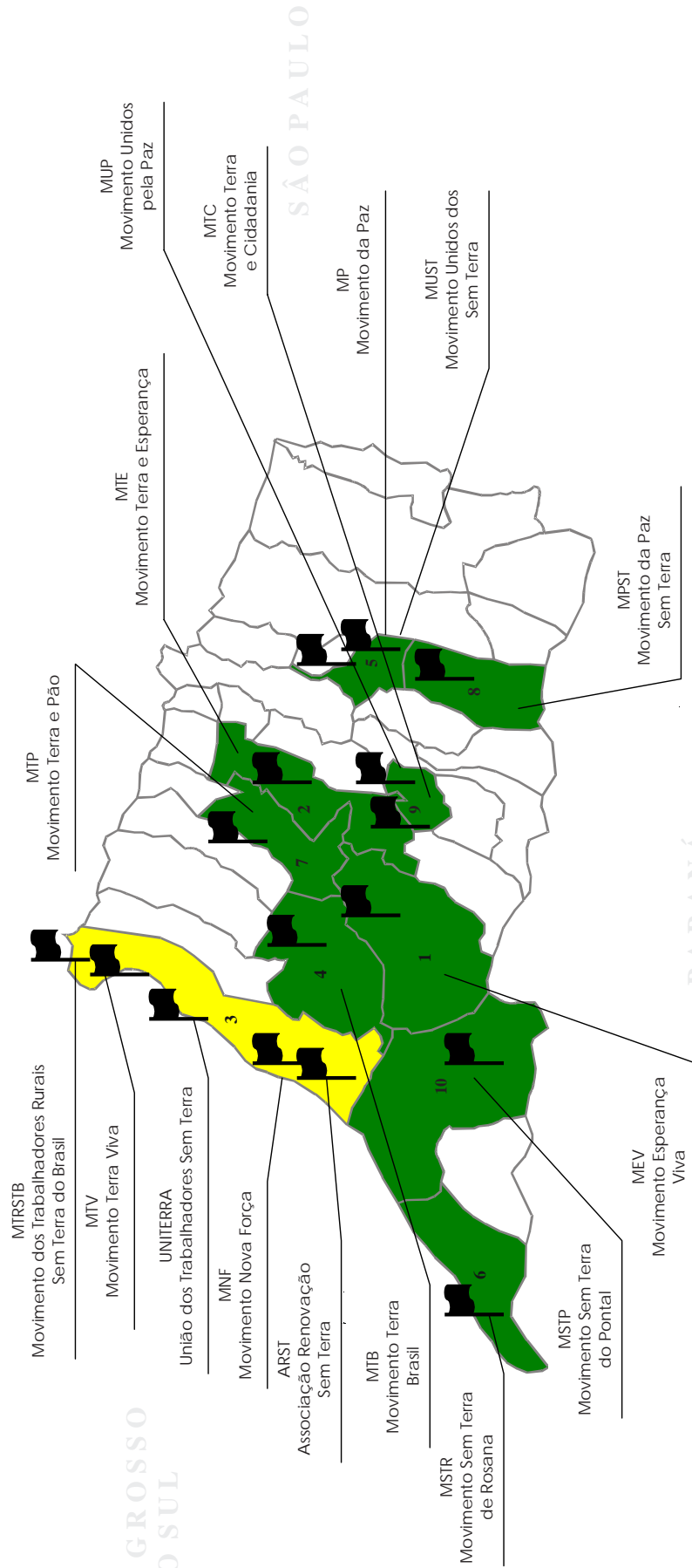
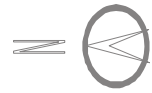
Meu nome é Valdecir, sou do movimento sem-terra, dos trabalhadores de Regente Feijó. Eu vim aqui, por que nós fomos convidados pelo nosso amigo, por que nós também estamos na luta há três anos por um pedaço de terra como muitos aqui. Fomos enganados, também, pelo MST naquela cidade de Regente Feijó, Presidente Prudente, Anhumas e Taciba. Fizemos acampamentos, fomos expulsos de lá. Por que lá correu dinheiro! Desmanchamos sociedade, como se diz, com o Movimento dos Sem-Terra do Zé Rainha e montamos esse movimento de paz. Estamos acampados entre Regente Feijó e Taciba. Nós fomos convidados para fazer esta liderança e estamos com outros companheiros aí. (Liderança do MAST. **I ENCONTRO DO MAST EM ROSANA/SP.** [Mar. 1998]).

A Carta de Princípios e o Estatuto Social do MUST estão fundamentados nos documentos do MAST, tem como um dos princípios fundamentais é “negociar” a ocupação” (Carta de Princípios do MUST, 1998, p.7)¹⁵. Ou seja, neste trecho da Carta, é reafirmada a oposição ao MUST tem em relação às formas de ocupação que utiliza o MST:

As ocupações eram e são administradas sem nenhum controle, pois existe

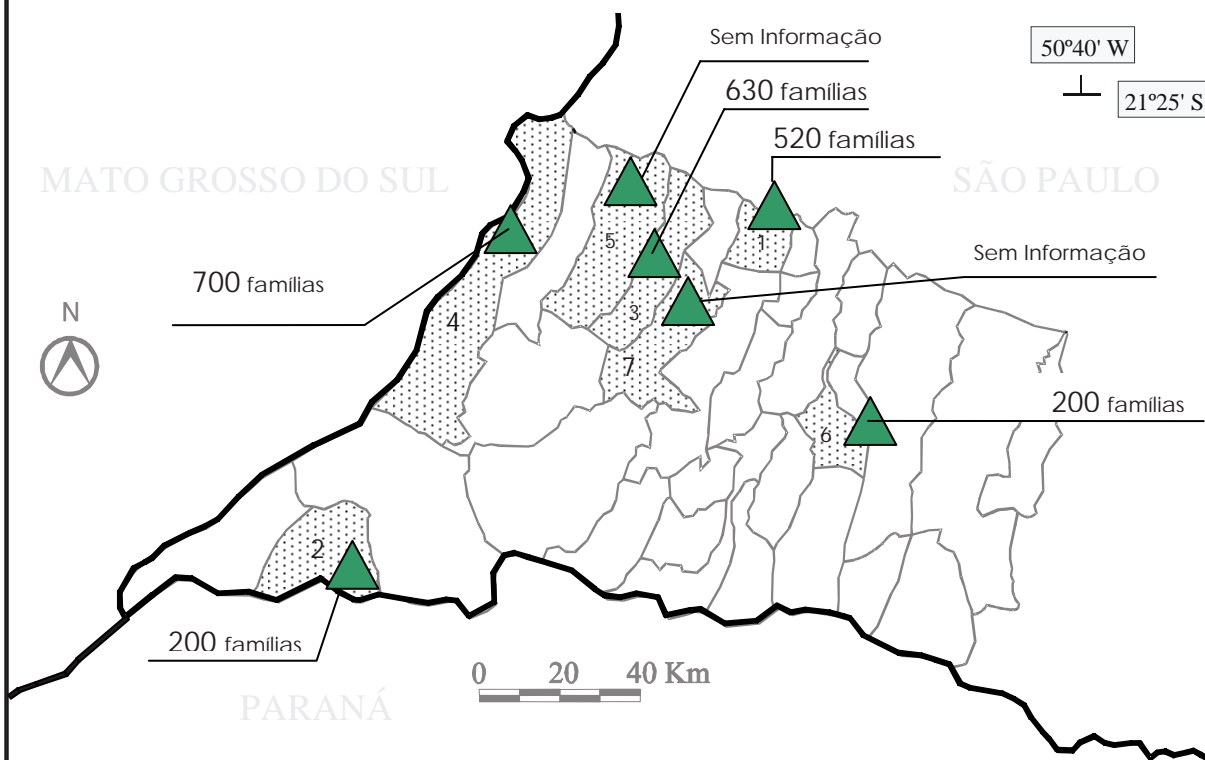
¹⁵ Anexo II. Este Anexo comparece na versão impressa

FIGURA 05 - MOVIMENTOS AGREGADOS E DESAGREGADOS DO MAST NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2004 - 2005)



<p>ESCALA GRÁFICA</p>	<p>LEGENDA</p> <ul style="list-style-type: none"> Municípios com Movimentos agregados ao MAST Municípios com Movimentos desagregados do MAST MOSLUITRA 	<p>MUNICÍPIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Mirante do Paranapanema 2 - Presidente Bernardes 3 - Presidente Epitácio 4 - Presidente Venceslau 5 - Regente Feijó 6 - Rosana 7 - Santo Anastácio 8 - Taciba 9 - Iarabai 10 - Teodoro Sampaio
<p>Fonte: NERA, 1996; Fernandes, 1996; ITESP, 2000; CPT, 2003; Feliciano, 2003; Trabalho de Campo, 2003, 2004, 2005 Organização: Edvaldo Carlos de Lima e Maria Franco. Base Cartográfica: Leal, 2003.</p>		

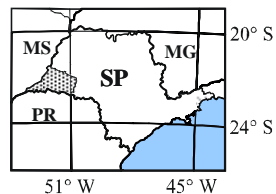
FIGURA 06 - ACAMPAMENTOS DO MAST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - 2005



LEGENDA

	Rios
	Divisão Municipal
	Acampamentos do MAST

Número de ocorrências	
	3
	2
	1



MUNICÍPIOS

1 - Emilianópolis	5 - Presidente Venceslau
2 - Euclides da Cunha	6 - Regente Feijó
3 - Piquerobi	7 - Santo Anastácio
4 - Presidente Epitácio	

Fonte: Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2003 e Trabalho de Campo, 2003-2004

Organização: Edvaldo Carlos de Lima, 2005

Base Cartográfica: Gleison Moreira Leal, 2003

informações das atitudes dos membros do movimento, como roubos, matanças de animais, danos ao patrimônio etc... quando captado pela mídia, ao invés de enaltecer o MST, davam-lhe uma imagem distorcida diante da sociedade, a qual em sua maioria sempre acabou considerando o movimento como um bando de desordeiros, dificultando a única possibilidade prática de se fazer a Reforma Agrária neste país. (MUST, 1998, p.4).

As mesmas críticas sobre as formas de ocupação utilizadas pelo MST, que aparecem na Carta do MUST, também são relevantes na Carta do MAST. Todos os princípios adotados pelo MAST foram os fundamentos para que o senhor Valdecir fundasse o seu movimento, o MUST, porém com uma durabilidade de existência mínima.

Em suma, esse conjunto de processos de territorialização que analisamos acima é expressão histórica de mecanismos, de práticas e conflitos sociais que se estabeleceram no interior do tecido social de uma sociedade construída pelo capitalismo. São relações de produção e de poder que são reproduzidas em todos os lugares de existência da sociedade de classes.

Nesse sentido, se faz necessário recorrer aos processos históricos como fundamentos para compreensão das territorialidades presentes na questão agrária brasileira hoje, remetendo, portanto à discussão para a compreensão da dinâmica territorial do Pontal do Paranapanema. Tendo em vista que os processos sociais ocorridos neste período histórico se sustentam naquilo que a sociedade de classes construiu concretamente ao longo de sua existência no território. Entendendo território como “produto concreto da luta de classes pela sociedade no processo de produção de sua existência [...] Logo território é uma contínua luta da sociedade pela socialização [...] da natureza” (ALMEIDA apud OLIVEIRA, 1992, p.2).

Para compreender o território e a luta dos trabalhadores hoje, é substancial recorrer aos processos sociais que determinaram a atual configuração territorial ao longo desse tempo histórico pela sociedade do capital. E mais, como afirma Montenegro Gómez (2002, p. 114):

(...) entendemos que a luta pela terra protagonizada pelos movimentos sociais/territoriais – principalmente o MST – deve-se entender por dentro das mudanças no desenho societário, desencadeadas pela reestruturação produtiva do capital. Fruto, portanto, dos efeitos, no mundo do trabalho, que a lógica destrutiva do capital provoca em função da tentativa de escapar à sua crise estrutural.

É a partir da compreensão acima que tentamos entender a dimensão que tomou a questão que envolve os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Tendo em vista que esta dimensão se desdobra por todo território nacional, sendo produto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. São verticalizações que refletiram diretamente no trabalhador sem-terra. Tanto no Pontal do Paranapanema como no Brasil, estas dimensões são reproduzidas a partir da lógica destrutiva do capital, recriando novas dimensões de conflitos em nome das tentativas de escapar às crises estruturais.

Outra questão importante que abordamos foram as propostas de Reforma Agrária do MAST, que também são distintas das do MST, enquanto este último propõe uma Reforma Agrária que modifique a estrutura da propriedade privada da terra e subordine esta às necessidades do coletivo social, o MAST defende uma proposta de Reforma Agrária a partir da concessão de créditos aos trabalhadores que já estão assentados. Ou seja, uma proposta de sustentabilidade dos assentamentos já existentes. Por outro lado, o MAST lança toda a responsabilidade dessa reforma ao Governo Federal, sem a participação efetiva dos trabalhadores. Isso foge daquilo que entendemos por Reforma Agrária estrutural¹⁶, já que a nosso ver essa participação efetiva seria uma das medidas para abrir as possibilidades para a realização da Reforma Agrária no Brasil.

Outras particularidades que procuramos analisar neste trabalho foram as formas de ocupação do MAST e do MST. No caso do MAST, dando preferência em ocupar áreas fora dos limites dos latifúndios. Já o MST se utilizando das duas maneiras, porém radicalizando os processos. Chamamos de ações políticas diferenciadas, as duas formas de ocupação. É o que será discutido no capítulo 3.

¹⁶ Por reforma agrária estrutural entendemos aquilo que já foi discutido por Silva (1971), em seu livro “A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento”. Neste trabalho o autor propõe uma sugestão de reforma agrária que, a nosso ver, viabilizaria o enxugamento dos conflitos no campo. Trata-se de uma proposta de reforma que até então está próxima daquilo que o MST tem sugerido. Fazemos referências a uma reforma agrária iniciada por um processo de transformação revolucionário que substitua profundamente as relações tradicionais de poder sobre a propriedade privada da terra. Neste sentido, a nosso ver, trata-se também de mudanças profundas na legislação agrária, corroborada pelo judiciário brasileiro. Essa transformação viabilizaria um processo amplo e imediato de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, que fosse promovido pelo Governo Federal, porém com a ativa participação dos trabalhadores sem-terra e dos órgãos de competência da reforma agrária, dentre eles, o INCRA.



CAPÍTULO III

OCUPAÇÕES DE TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: MATERIALIZAÇÃO DE AÇÕES POLÍTICAS DIFERENCIADAS



3.1. Formas de ocupação: a materialização de ações políticas diferenciadas

A Geografia enquanto ciência social busca analisar o espaço em escalas multidimensionais. É também, a nosso ver, uma ciência que tem a preocupação de elaborar, a partir de elementos específicos, conceitos que serão utilizados em seu campo de saber. Mas, para se ater aos dados concretos da realidade para a construção desses conceitos, torna-se necessário o desenvolvimento da *práxis* no exercício empírico (trabalho de campo) para assim se compreender a amplitude e a totalidade do objeto de estudo.

O que apresentamos neste capítulo é mais um dos desdobramentos do nosso trabalho de campo, procurando analisar os critérios adotados pelos trabalhadores nos processos de ocupação. A forma de construção dos acampamentos, a disposição dos barracos e a própria localização singularizam as paisagens da geografia da luta dos MOSLUTRA e, no caso do nosso estudo, a luta do MST e do MAST.

Os diferentes processos de ocupação são característicos de cada movimento. Por exemplo, o MAST e os seus movimentos agregados se valem de formas de ocupação diferenciadas do MST. Já vimos que possuem concepções político-ideológicas diferenciadas quanto ao processo de conquista da terra, assim como as mediações políticas que adotam. Essa compreensão confirma os processos que constroem a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, dando sentido ao acampamento como uma dinâmica territorial provisória.

No MAST e seus agregados, o processo de construção do acampamento é pensado pela liderança. Assim, o acampamento não é levantado dentro da fazenda, porque defendem a idéia de que esse procedimento pode gerar algum tipo de conflito com o fazendeiro. Já o MST não tem essa preocupação e adota as duas formas de ação nas ocupações: dentro e fora do latifúndio.

Guardadas as suas especificidades, em ambos os casos são iniciativas criadas pelos trabalhadores na perspectiva da realização da Reforma Agrária, ou da busca da distribuição das terras no Pontal do Paranapanema. Todavia, o posicionamento distinto diante da ocupação do latifúndio e de toda preparação e organização desse ato é sintomático da diferença no processo de apropriação do espaço e do posicionamento dos trabalhadores sem-terra que integram cada movimento, tanto com relação ao conflito, que já existe antes mesmo que as terras sejam ocupadas, como na condução das ações

no interior da luta de classes. Apenas há concordância, independentemente das bandeiras de luta, que a forma de ocupação por meio dos acampamentos é o primeiro passo para a aquisição de terra ou para ter acesso à terra.

Mesmo no *front* do conflito territorial lutam permanentemente com suas diferentes bandeiras para sua reprodução social nesses espaços: os acampamentos. Constroem as suas identidades socioculturais e espaciais e “da noite para o dia” dominam, mesmo que temporariamente, parcelas do território, pois o acampamento é, sem dúvida, uma forma espaço/tempo de enfrentamento com o poder estabelecido.

Como pode ser observado, as fotografias tornam-se fundamental para evidenciar as partes desse todo abordado pela pesquisa, ou os desdobramentos realizados pelas ações políticas desses MOSLUTRA. Neste sentido, nossa pesquisa buscou compreender as formas e os significados das ocupações empregadas por estes movimentos, explicitando que os agentes dos mesmos expressam conhecimentos praticados sobre a realidade territorial em que vivem.

Essa realidade nos coloca diante de um outro fenômeno conflituoso - a ocupação, todavia com formas novas e diferenciadas entre os grupos de trabalhadores organizados que lutam pela terra para sua reprodução social, entretanto, como já vimos, para alguns também com o propósito da superação das condições sociais, estruturais e pela emancipação dos trabalhadores do jugo do capital. Então, os desdobramentos das divergências político-ideológicas também se expressam nas formas de ocupação como na própria gestão do território ocupado, desde os caminhos do acampamento até o assentamento.

Essa diferencialidade do fenômeno está presente em todo território ocupado que analisamos. Trata-se, então dos acampamentos do MAST e movimentos agregados e do MST. São registros de experiências que identificam a relação do homem com a terra no sentido da organização do meio, assim como o compromisso com a realidade social de cada indivíduo, trabalhador sem-terra. Esses registros materializam a ousadia da luta dos trabalhadores perante a classe oponente e o Estado.

As formas de ocupação carregam também o sentido da relação de poder no âmbito das classes em conflito. Seus precedentes são históricos e merecem atenção, tanto no que diz respeito à classe trabalhadora como da classe latifundiária. Porque a apropriação sempre foi feita de várias maneiras, desde os processos ilegais como a grilagem até as divisões de grandes propriedades para Reforma Agrária, sendo

este último, o processo que viabiliza social e economicamente o uso da terra, tanto no sentido jurídico, quanto no sentido social. Destacando a grilagem como forma coercitiva ou *manu militari* que favorece a concentração das terras tornando-as improdutivas e, conseqüentemente, inviabilizando o desenvolvimento dos processos econômicos e sociais do território afinados à pequena produção de base familiar e camponesa, além de causar a violência no campo.

É por isso que defendemos a idéia de que mesmo antes das ocupações, o conflito social é imanente ao processo desigual/ilegal e absolutamente concentrador da propriedade da terra no Pontal do Paranapanema.

3.2. Os acampamentos rurais dos MOSLUTRA: as territorialidades da luta

As ocupações feitas pelo MAST e seus agregados visam respeitar o “sentido democrático de ocupar a terra improdutiva”¹, o que está em concordância com as forças político-partidárias do PSDB e da SDS, como já discutimos no capítulo 2. As lideranças do MAST entendem que a negociação com o fazendeiro é algo imprescindível, antes do processo de ocupação.

A Figura 7 apresenta o acampamento Mário Covas construído pelo MAST, liderado por Francisco Gomes de Oliveira, dissidente do MST:

Este acampamento permaneceu na área aproximadamente 5 anos. A sua localização na beira da estrada também responde à intenção de tornar a ocupação visível para as autoridades, imprensa e para a sociedade.

Em entrevista gravada com o coordenador do acampamento pudemos registrar a indignação não só com a localização das ocupações do MST, senão também com os seus procedimentos políticos. Ele afirma que agora no MAST está satisfeito como militante, algo que não corria quando ele formava parte do MST. Segundo ele, todas as decisões são discutidas em assembléia, inclusive as formas e os locais de ocupações. A opinião de todos os trabalhadores é respeitada e nunca se faz nada sem que seja decidido em assembléia. Segue trecho da entrevista:

A maioria da liderança do MAST é dissidente do MST, já foram pessoas que passaram por coordenações do MST, como eu, por

¹ Afirmação e posicionamento proferido pelos líderes do movimento em diferentes momentos, desde as entrevistas, até o que pudemos extrair das declarações públicas veiculadas nos órgãos de imprensa regional e nacional.



Figura 7 - Acampamento Mário Covas – MAST – Euclides da Cunha Paulista/SP.
Fonte: LIMA, E.C.Trabalho de Campo, 2004.

exemplo, antigamente. Fui coordenador do MST na época em que eu peguei o meu lote. Aí depois que eu peguei o lote, eu estava na luta e via coisas que não era do meu acordo, então saí fora, foi quando montaram o MAST em Primavera. Então nos entrosamos e vamos lutando de acordo, porque todas as coisas que fazemos são decididas em assembléia, e são respeitadas. Todas as ações em que vamos fazer são decididas em assembléia. No MST é diferente, quem não fazer como eles querem eles convidam pra sair do movimento. Então eu não aceitei. Por isso estou contente com o MAST. Estou nesta luta por causa dessa forma que nos trabalhamos hoje.

(Liderança do MAST. **Acampamento Mario Covas de Euclides da Cunha Paulista/SP.** [Fev. 2004]).

No acampamento são feitas três reuniões por semana: às segundas e sextas-feiras, e uma aos domingos. A reunião da sexta-feira é chamada de ‘reunião caseira’. A pauta são os problemas internos do acampamento e as resoluções visam minimizar a dureza do cotidiano das 200 famílias acampadas. O domingo é dia de ‘assembléia geral’ e nela se retomam as discussões levantadas durante a semana e se votam as decisões.

A Figura 8 mostra o espaço do convívio cotidiano de uma das famílias acampadas. Nesse barraco de estrutura de madeira e paredes de lona moram sete

peessoas, três crianças e quatro adultos. À precariedade das condições de vida de qualquer família acampada soma-se, no Mario Covas, a poluição sonora e ambiental dos veículos que circulam na rodovia dia e noite, principal eixo de comunicação interestadual da região do Pontal. Além do alto grau de periculosidade que supõe o trânsito contínuo de veículos pesados, especialmente para as crianças.

Podemos observar que apesar de ser um acampamento com cinco anos de história de resistência, a infra-estrutura básica dos barracos continua sendo extremamente precária. A pobreza dos materiais e a sua vulnerabilidade frente à intempérie climática contrastam com o cuidado dos quintais, nos quais a maior parte das famílias cultiva hortaliças, um pequeno pomar e criam aves.



Figura 8 - Acampamento Mario Covas – MAST – Euclides da Cunha Paulista/SP.
Fonte: LIMA, E. C. Trabalho de Campo, 2004.

Trata-se de uma forma de luta social que classifica e qualifica o espaço ocupado com uma determinação política estabelecida no princípio da mudança do controle desse território, o latifúndio. É uma tentativa de tirar este território do atual “dono”, por uma questão de sobrevivência material do grupo e até mesmo pela correlação de forças políticas emancipatórias que o movimento vai adquirindo na seqüência das ocupações através de acampamentos.

Essa forma de organização por meio da ocupação de terras, mesmo que não seja radical, somente entre a cerca e a estrada, é de um processo de conscientização política entre os trabalhadores sem-terra do MAST. Essa ação coletiva é reivindicatória dos direitos sociais básicos que é obrigação do Estado, mas é também contestadora de uma organização do espaço que favorece apenas aos latifundiários e os demais setores burgueses (especuladores, agroindustriais capitalistas). O entorno do barraco é limitado pela cerca e pela estrada, mas está também visível aos olhos da sociedade e da imprensa, assim como das autoridades “competentes” locais.

No acampamento o INCRA distribui trimestralmente cestas básicas que não são suficientes para manter as famílias. Logo, essa situação os obriga a voltarem à condição de trabalhadores diaristas e outras atividades nas fazendas e cidades próximas. A localização do acampamento na beira da estrada facilita aos ônibus rurais virem até a porta dos barracos e recolher os trabalhadores.

O acampamento apresenta-se como um território de complexas relações que, apesar de ser um espaço de transição na luta pela terra e pela Reforma Agrária, se constitui como lócus de identidade do trabalhadores sem-terra e, todavia é uma forma de materialização da sua luta.

Segundo a imprensa local e os setores sociais envolvidos na manutenção dos interesses e pressupostos da sociedade burguesa, a ocupação é denominada de invasão, mas o sentido do acampamento para os trabalhadores e para os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária é ocupar um pedaço de terra dando-lhe um significado político e social que beneficie a comunidade que realmente produz na terra, os trabalhadores sem-terra. Assim, o principal objetivo dos trabalhadores acampados é a superação dos latifúndios improdutivos promotores da exclusão social e econômica dos trabalhadores. É também um mecanismo concreto de expressão específica da luta de classes.

Validamos aqui o que foi citado por Feliciano (2000, p.120 apud Turatti), sobre o conceito de acampamento. De modo geral o acampamento é:

uma passagem que poderíamos considerar como adaptatória para um grupo que em breve se transformará em grupo de vizinhança permanente. Para os acampados, representa receber uma nova condição, a de ser sem-terra, significada no interior dessa coletividade inédita a que eles passam a pertencer. É o momento de re-significar valores, moldando-se à nova realidade, aprofundando-se

na nova tarefa de enfrentamento com o poder estabelecido e construindo expectativas para a estabilidade que virá” .

Observando os detalhes da Figura 8, percebemos que a disposição material dos objetos que compõem o barraco no acampamento faz parte da dinâmica e da estratégia da luta do MAST. Trata-se de uma forma adotada pela família para facilitar o acesso aos objetos e utensílios, utilizados no cotidiano da família como em uma casa tradicional: o poço de água, o lixo externo à casa, os brinquedos das crianças, os animais domésticos, a varanda, o varal de roupas etc. Há uma certa aproximação dos moldes de uma casa convencional.

Mas neste lugar as condições são precárias no sentido da qualidade de vida, mesmo que a família entenda que é um lugar provisório. Segundo Feliciano (2003, p. 111):

As famílias [...] de fato não sabem se irão permanecer e por quanto tempo irão continuar naquela área, e também se aquele lugar, em algum momento será fonte do seu trabalho. Com essa indefinição está presente em todo momento, as famílias começam a criar afinidades e relações de comunidade no acampamento.

A Figura 9 apresenta uma visão panorâmica da forma de ocupação que o MAST adota em seu processo de luta e organização dos barracos. Como já esclarecemos anteriormente, os limites do barraco são: a estrada e a cerca da fazenda. Por esse motivo, tanto a liderança como os trabalhadores – base social do movimento – não consideram como invasão, como afirma a imprensa e os latifundiários, mesmo que o acampamento esteja nos limites da cerca e da estrada.

Este acampamento está localizado no trevo de Taciba/SP, mas pertence ao município de Regente Feijó/SP. O local é conhecido como “Pito Aceso”, comporta um total de 250 famílias reunidas das cidades de Regente Feijó, Pirapozinho e Taciba/SP. O procedimento para convocação das reuniões semanais é o mesmo de todos os acampamentos do MAST. Uma das particularidades desse acampamento está nas reuniões que são feitas no final de semana. Para essas reuniões, é necessário localizar e transportar os trabalhadores associados ao movimento para que possam participar das reuniões no acampamento, porque a maioria dos trabalhadores acampados mora nas cidades vizinhas: Pirapozinho, Regente Feijó e Taciba.



Figura 9: Acampamento Santa Madalena – MAST – Pito Aceso – Regente Feijó/SP.
Fonte: LIMA, E.C. Trabalho de Campo, 2004.

A Figura 10 corresponde a um acampamento do MST. Podemos observar como, ao longo da pista, foram construídos obstáculos com o propósito de fazer com que a opinião pública, a sociedade e os meios de comunicação tomassem conhecimento das reivindicações e a luta dos sem-terra.

No acampamento os trabalhadores além da luta pela terra e pela Reforma Agrária, carregam consigo a experiência de um universo simbólico carregado de significados originados em seu último espaço de luta: outro acampamento ou sua antiga casa.

Apesar de estar entre a cerca e a estrada, o acampamento constitui um ambiente de ampla complexidade no sentido da ocupação. A sua magnitude é repercutida em escala nacional, especialmente quando a imprensa faz sua divulgação. Essa repercussão é negativa para as famílias acampadas e para o movimento em seu conjunto.

O acampamento Jahir Ribeiro foi fundado pela liderança regional José Rainha Júnior. Com 4 anos de existência totalizava aproximadamente 4.000 famílias de trabalhadores sem-terra, com o objetivo de pressionar o governo a cumprir a promessa de assentar 1.400 famílias na região do Pontal do Paranapanema. Foi denominado de Nova Canudos. Denominação que carrega forte significado histórico da luta de

resistência dos camponeses no século XIX. Foi mais uma experiência de luta política que envolveu imediatamente o poder local (prefeitura), a imprensa e os latifundiários.



Foto 10: Acampamento Jahir Ribeiro - MST – Presidente Epitácio/SP.

Fonte: LIMA, E. C. Trabalho de Campo, 2004.

As formas de ocupação e o acampamento já construídos constituem um ambiente de luta e combate ao latifúndio improdutivo, pois agem efetivamente contra o poder público local, da mesma forma que desencadeia novos processos que provocam a atenção do Governo Estadual e Federal. É uma forma de pressionar os órgãos competentes como, por exemplo o ITESP, cobrando sua função, qual seja: promover a regularização fundiária em terras devolutas ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente, em colaboração com a Procuradoria Geral do Estado; implantar e desenvolver assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar; prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim denominados; identificar e propor soluções para os conflitos fundiários; capacitar os beneficiários da regularização fundiária, das comunidades remanescentes de quilombos e dos projetos de assentamento, na área agrícola, e de técnicos nas área agrária e fundiária; promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, para fins de regularização fundiária, bem como seu desenvolvimento

socioeconômico e participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros Estados e municípios.

O acampamento é o território das reuniões e de todas as decisões políticas dos trabalhadores sem-terra acampados. Do lado de fora ou do lado de dentro da cerca, esses trabalhadores assumem um princípio de autonomia e coragem sobre o latifundiário. Neste sentido esse território fica sob controle de um grupo de trabalhadores acampados. Suas ações políticas são elaboradas a partir das reuniões ocorridas ao longo da existência dos limites do acampamento, assim cada acampamento concede identidade ao seu respectivo movimento.

A esse respeito vale destacar que para o MST se faz necessário a radicalidade das ações da ocupação. O lugar de ocupação escolhido pelo MST sempre se constitui como base da sua estratégia de luta na conquista da terra. Na maioria das vezes a ocupação é feita no interior dos grandes latifúndios e de áreas críticas que provocam a reação imediata do Estado e da sociedade do capital. Apesar de que o MST também realiza ocupações nas margens das estradas, todavia o mote e a estratégia de luta concentram-se na confrontação direta com o latifúndio e o Estado no interior das grandes fazendas. Normalmente são ações radicais de caráter ofensivo para conter as reações violentas organizadas pelo Estado e pela UDR.

As ações de ocupação do MAST, controladas pela ideologia social-democrata, têm outras referências sociais, ou seja, não tem na confrontação, a radicalidade da ocupação e os mesmos referenciais da luta pela terra nos processos de ocupação do MST.

Em sentido geral são os acampamentos de luta pela terra e pela Reforma Agrária que dão expressão máxima à luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, assim como em tantas outras regiões brasileiras de conflitos e de lutas.

Ao longo das entrevistas percebemos que, de modo geral, os trabalhadores acampados do MST e do MAST lutam para conquistar um pedaço de terra que contemple suas necessidades básicas de vida. Querem ter um lote em que possam ter uma produção, pois o que está em voga são suas formas de sobrevivência, que se mantêm num processo constante de instabilidade econômica e social.

Essa realidade traz às famílias uma formação consciente da luta de classes materializada na formação concreta do acampamento e seus complexos desdobramentos. Mas essa situação transitória impede que esses trabalhadores tenham

previsão do tempo entre um acampamento e outro. Esta observação é uma resposta unânime dos acampados, “hoje estamos aqui, amanhã já não sabemos onde estamos”. Mas, de qualquer forma, os trabalhadores acampados a maior parte das vezes vendem sua força de trabalho para sobreviver, como diaristas na informalidade. O acampamento passa a ser um lugar de resistência e de luta, tendo maior significado, principalmente pelo trabalho, porque o trabalho é outro forte motivo que mantém o trabalhador no acampamento, mesmo porque há uma demanda significativa de trabalho temporário nas imediações dos acampamentos. Neste sentido, o trabalho informal dá maior durabilidade ao acampamento, enquanto garantia da sobrevivência material das famílias e para a unidade de luta pela terra.

O acampamento, como forma de luta e pressão para realização da Reforma Agrária, é visto aqui como um importante referencial de ações políticas dos MOSLUTRA, que também direciona-se ao papel do INCRA, tendo em vista que seus funcionários ainda não conseguem assumir o que seria de sua competência. Mediante a grave situação de conflitos pela terra que o país enfrenta, este órgão deveria ter de imediato um levantamento de terras que mostrasse as condições de ilegalidade que vivem os latifúndios, principalmente no que compete ao desrespeito ao Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência de Exploração da Terra (GEE).

O Grau de Utilização da Terra (GUT) é parte de um dos dois critérios técnicos do INCRA que determina através da Lei nº 8.629/93 que toda propriedade deve ter alguma atividade produtiva que abranja uma porcentagem igual ou superior a 80% de sua área aproveitável. O segundo critério avalia o grau de exploração e eficiência do uso da terra no que diz respeito à produtividade daquela propriedade ocupada ou denunciada pelos trabalhadores. Esse critério obriga que a propriedade vistoriada tenha um grau de eficiência na exploração, igual ou superior a 100%, dependendo do índice de produtividade da região, porque o INCRA tem índices de produção diferenciados para cada região do país e para cada tipo de cultura.

Observando os termos acima é de fundamental importância atentar-nos para o que difere as categorias em questão: trabalhadores, latifundiários e o Estado, sendo, pois, este representado pelo judiciário, pelo executivo e pela força militar. Na prática, o que presenciamos é um permanente conluio entre o Estado e os latifundiários na defesa dos princípios do poderio de classe, o que pode ser constatado por meio da parcialidade nas mediações feitas pelo Estado, quando se trata dos julgamentos dos conflitos agrários.

Esse processo se desenvolve de forma desigual e tendenciosa, favorecendo jurídica e politicamente aos latifundiários, especialmente quando se refere à reintegração de posse das áreas ocupadas e em todas as providências para garantir a execução dessas medidas. Sem contar as manipulações e manobras que são implementadas para inviabilizar a estruturação dos assentamentos, aliás, prática corriqueira no âmbito das instituições públicas, especialmente o INCRA, que têm a prerrogativa constitucional de assentar os trabalhadores na terra e de prestar assistência para a manutenção de sua existência.

É constante a postura do judiciário contra os trabalhadores. Basta notarmos o grande volume de liminares de reintegração de posse (que retira os trabalhadores daquele latifúndio ocupado), e de ações cautelares para se evitar os processos de vistoria que o INCRA tem que fazer em todas as propriedades suspeitas de litígios. Da mesma forma acontece com a maneira com que o INCRA avalia a declaração cadastral do imóvel (em sua maioria é um latifúndio) improdutivo. Mas de maneira geral, o que ocorre é o amparo legal dos latifundiários a partir de ações cautelares que suspendem o processo de vistoria, valendo, então, o índice de produtividade declarado pelo latifundiário/grileiro, tirando a validade política e judicial do movimento e da ocupação, ou seja, criminalizando as ações políticas do movimento como um todo e indexando a questão agrária aos ditames do judiciário.

Esse tipo de ocorrência (emissão de liminares de reintegração de posse sem vistoria do INCRA) é comum nas diversas escalas geográficas da questão agrária brasileira. Exemplo daqueles acampamentos que se restringem entre a cerca do latifúndio e as rodovias, e aqueles constituídos em áreas concedidas pelas prefeituras, geralmente localizados em trevos. Poderíamos tomar o exemplo do Acampamento Palmares, do MAST (Figura 11), que completa mais de 10 anos de existência sem nenhuma ameaça de desocupação. Esse acampamento tem como coordenador um assentado que é dissidente do MST, sendo que já tentou implementar várias ocupações diretas no latifúndio, mas com as ocorrências de violências articuladas pela polícia não foi possível a construção do acampamento no interior da terra grilada, territorializando-se desde o início entre a cerca e a rodovia que interliga Piquerobi-Presidente Venceslau.

Segundo a liderança local, trata-se de uma área do INCRA e por isso o Estado representado pelo ITESP não tem dado a atenção devida aos trabalhadores acampados. A permanência das 236 famílias na área se limita ao apoio da prefeitura local e da Central Brasileira dos Trabalhadores e Empreendedores – CBTE .



Figura 11 : Acampamento “Palmares” – MAST - Piquerobi – SP.
Fonte: LIMA, E.C. Trabalho de Campo, 2005.



Figura 12: Acampamento “Brasileiros Unidos Querendo Terra” – Presidente Venceslau – SP.
Fonte: LIMA, E. C. Trabalho de Campo, 2005.

Outro exemplo desse tipo de ocupação (acampamento fora da área em conflito) ocorre no único acampamento do “Brasileiros Unidos Querendo Terra”, que recolhemos na Figura 11.

Também em sua forma de ocupação segue os mesmos padrões utilizados pelo MAST. A localização dos barracos dispõe de uma estratégia que não provoca nenhum tipo de conflito com o latifundiário. Observamos também que nos barracos não havia ordenamento dos pertences das famílias, ou seja, nada do seu universo cotidiano, isso nos faz entender que realmente é um acampamento para os trabalhadores denominados de “Andorinhas”².

O local do acampamento está no lado oposto do latifúndio que o movimento pretende ocupar. Em entrevista, a sua liderança disse que esse procedimento é uma forma de “não transgredir as iniciativas da propriedade privada, mas de qualquer forma os trabalhadores precisam de terra para viver”. Uma particularidade que observamos neste acampamento, foi o tipo de relação dentro do próprio movimento, especialmente entre o grupo e o líder. Trata-se de uma relação personalista e autoritária no comando do movimento.

A figura do líder representa uma forma de messianismo em relação ao restante do grupo. A imagem da Figura 12 foi tomada em um domingo quando normalmente é realizada a reunião dos acampados, denominada de assembléia. Para esse fim todos os trabalhadores são convocados para participarem da assembléia. O número de automóveis revela que a maioria destes trabalhadores mora nas cidades próximas e só comparece ao acampamento quando é convocada pelo líder. Os trabalhadores andorinhas moram na cidade e participam das ocupações no campo. Em alguns casos, só aparecem no acampamento uma vez por mês, por vários motivos, sendo um deles o emprego fixo na cidade. A intenção deles é um dia voltar definitivamente para o campo.

Na entrevista com a liderança em momento algum permitiu que os demais membros do acampamento se manifestassem verbalmente. Apenas quem ele autorizasse poderia se pronunciar, mesmo assim as falas eram interrompidas e preenchidas com as colocações do líder.

Esses processos sociais que envolvem os trabalhadores se multiplicam por todos os lugares visitados, objeto da nossa pesquisa. O último município que

² Andornhas são trabalhadores que moram fora dos acampamentos.

visitamos, Presidente Epitácio, não mostrou condição diferente no processo de ocupação. O movimento que reproduz tais condições é o União pela Terra e Fome Zero (UNITERRA). A Figura 13 expressa uma vista parcial do acampamento:



Figura 13: Acampamento do UNITERRA – Presidente Epitácio/SP.
Fonte: LIMA, E. C. Trabalho de Campo, 2005.

Como já dito no capítulo 1, este é um movimento que foi agregado ao MAST e sua liderança foi indicada pelo próprio MAST. Na foto anterior presenciamos um certo impacto na paisagem sobre o território ocupado.

O UNITERRA é um acampamento construído na periferia da cidade de Presidente Epitácio. Na parte superior da imagem visualizamos os limites da malha urbana, separada por muros e cercas. Os moradores da cidade procuram se isolar o máximo possível desse acampamento. Mas segundo sua liderança, essa é uma forma pacífica de ocupar, porque a área, na realidade pertence à Prefeitura de Presidente Venceslau, e não ao proprietário da fazenda que o movimento pretende ocupar.

Entendemos que as formas de manifestações do MAST (formas de ocupar e acampar) mantêm o trabalhador num constante processo de alienação, ou seja, numa situação que é resultado de fatores dominantes de um processo político, oriundo da SDS/PSDB, que segue os princípios da sociedade capitalista no sentido da ocupação

de terras. Não bastasse isso, os trabalhadores ainda enfrentam a complexa relação com a imprensa e o “coronelismo” regional.

As formas de ocupação em acampamentos pertencem aos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária que se utilizam da relação ocupação/acampamento como eixo central do processo de luta, apesar das suas diferenças. O produto dessa relação é um grande número de assentamentos de Reforma Agrária. Esta forma de luta é o principal instrumento de territorialização dos MOSLUTRA no Pontal do Paranapanema.

3.3. Acampamentos do MST: significado e sentido da ocupação de terras

Vimos destacando que por princípio, o MAST não compactua com a quebra dos limites impostos pela cerca, pois suporia conflito e até violência. Ultrapassar as barreiras poderia desencadear manifestações de violência dos jagunços a serviço dos senhores das terras sobre os trabalhadores. Além disso, “pular a cerca” também pode representar violência pela mão da polícia no momento da reintegração de posse, em relação às terras devolutas. No discurso da liderança do MAST fica claro a limitação e os cuidados para ocupar uma área improdutiva. Como já apontamos as ocupações são chamadas de “brigas democráticas”. Esse discurso está presente em todos os líderes do movimento, reforçando sempre as comparações com o MST:

Esses dias nós tivemos uma ocupação feita por um dos nossos líderes, e por falta de experiência dele, quase houve morte. Ele foi ocupar uma área durante o dia e quase houve morte, porque os capangas estavam lá na área. Então isso para nós é um grande problema. (Liderança do MAST. **Escritório da SDS/MAST em Presidente Prudente.** [Jun.1999]).

Outra liderança do MAST definiu o MST como movimento que faz a “guerra” contra seus próprios trabalhadores. Ao longo de sua fala, esse entrevistado apresenta algumas dificuldades e insegurança ao formular as idéias a respeito do MST. Tem dúvidas inclusive do lugar que está acampado, confundindo DER (Departamento de Estrada e Rodagens) com UDR (União Democrática Ruralista) porque a área desse acampamento é localizada nas proximidades do trevo de Santo

Anastácio, área pertencente ao DER e não à UDR. A sua opinião sobre o MST não é completamente negativa:

O MST é um movimento bom, é um movimento que valeu a pena, quando eu estava lá, mas o duro é você ter que agüentar “guerra”. A gente ainda não está num país pra criar guerra com o próprio irmão... e essa guerra eu não vou atribuir ao MST, por que essa é a maneira deles trabalharem. A maneira deles trabalharem é uma e a nossa é outra, eu não vou condenar o MST por isso. Sem contar, que nessa área aqui, nós não somos perturbados por ninguém, porque essa área nem é da Prefeitura e nem de fazendeiro. (Liderança do MAST. **Acampamento Mario Covas de Euclides da Cunha Paulista/SP.** [Fev. 2004]).

O que nós pudemos observar nos acampamentos do MST foi que via de regra, os barracos, devem e são construídos no interior da área improdutivo, independente das reações que por ventura possam acontecer.

Os próprios acampados do MST dão apoio à liderança no sentido da instalação do acampamento ser concretizada no interior do latifúndio. Em sua maioria as instalações são feitas a partir da cerca, adentrando o latifúndio, justamente para provocar a situação de conflito.

São instalações montadas com infra-estrutura mínima para as necessidades básicas dos trabalhadores do MST. Pois dentro dessa estrutura ideológica e material (o acampamento como produto de vários processos sociais), encontra-se uma admirável determinação dos acampados e assentados do MST, inclusive na disposição e forma da montagem dos barracos, diferenciando estes barracos, dos barracos do MAST, tanto no sentido da disposição dos acampamentos, quanto em relação ao lugar de instalação. Mas, seus objetivos e idéias no sentido da Reforma Agrária caminham na mesma direção.

Essa contigüidade arrumada pelo MST fortalece a estrutura e a organicidade do movimento de forma geral e, principalmente, no sentido da mobilidade territorial que tangencia seu espaço sóciopolítico.

A partir dos trabalhos de campo, dirigimos as entrevistas a vários trabalhadores de raízes culturais e profissionais diferenciadas. Essa diversificação nos

fez concluir que são estas formações sociais³ distintas (trabalhadores acampados do MAST e do MST), que permitem os desdobramentos dos processos tático-estratégicos dos movimentos e mesmo com os rachas e com as dissidências por motivações ideológicas.

De alguma maneira há uma fragilização pela fragmentação, mas há também, em contrapartida, uma grande divulgação das ações dos movimentos em sua totalidade. Isso expressa de forma global a necessidade de se fazer a Reforma Agrária.

Priorizamos neste capítulo os princípios fundados na pesquisa empírica que realizamos durante os trabalhos de campo, pois o que vimos em campo e o que entendemos, é que as ocupações de terras e os acampamentos são a forma mais adequada no presente de se dar início ao processo de Reforma Agrária.

Tendo em vista a constituição dos assentamentos a partir da desapropriação de áreas para Reforma Agrária, ainda assim não seria o bastante para se resolver o estado de barbárie em que vive o “mundo agrário” brasileiro, uma vez que o processo de pauperização e proletarização do trabalhador é constante no território da sociedade do capital que, de maneira geral, tem dado toda atenção para o agronegócio.

Mas para esta ofensiva perante a classe trabalhadora, Gonh (2000) aponta algumas colocações como alternativa de rompimento contra a estrutura social do capital e segue com alguns princípios determinantes da superação dessa realidade. Esses princípios são componentes da transformação radical:

da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para sua realização, além do amadurecimento das condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas. A efetivação desta práxis, porém, requer a formação da consciência de classe e de uma ideologia autônoma de forma organizada, para as quais sugere o partido de classe. (GOHN, apud SCHERER-WARREN, 2000, p. 177).

Em nossa compreensão, uma ocupação seria a ação primária da realização da Reforma Agrária, desde que seus sujeitos participem do desejo comum

3 Segundo Marta Harnecker, [197-], p.142, formação social é uma totalidade social concreta historicamente determinada. A partir deste conceito e com base nas opiniões e práticas dos agentes sociais (trabalhadores acampados do MST) que formam a estrutura social do movimento, associamos suas práticas cotidianas a uma certa formação social, como matriz cultural própria. Estes agentes sociais se expressam com identidades que são reflexos de uma estrutura social anterior, organizada historicamente com objetivos semelhantes aos do presente, ou seja, a sobrevivência a partir da conquista da terra, lembrando então dos movimentos sociais que construíram o pilar da história das lutas pela terra e pela Reforma Agrária já discutidas no Capítulo 2.

dessa reforma no latifúndio em disputa. O acampamento é uma ação que dá a forma da luta pela terra e pela Reforma Agrária. É entendido aqui como resultado de processos sociais, materializados em barracos de lonas e bambu como mostram as Figuras 14 e 15, e denominados de “lona preta” pelos sem-terra. Estes barracos são improvisados e adaptados até o momento do assentamento.

Esse acampamento é considerado como “funcional” pelo MST. Geralmente é localizado o mais próximo possível das cidades. É uma tipologia de acampamento que mantém o trabalhador próximo dos serviços urbanos, inclusive próximo de suas residências urbanas. É uma construção estratégica que se multiplica durante os períodos “vermelhos” do movimento (abril vermelho, 2006 vermelho, etc.), períodos nos que as ocupações e mobilizações do MST se intensificam em todo o país.

Na construção dos barracos imprime-se o esforço coletivo do grupo, que a partir de um modelo prático de construção, agiliza o processo de ocupação da área, dando à esse lugar um significado de transformação por meio da ação política.



Figura 14 – Acampamento Funcional - MST – Marabá Paulista/SP.

Fonte: LIMA, E. C. Trabalho de Campo, 2003.

Essa transformação do lugar é materializada no barraco pronto (Figura 15), composto pelos integrantes da ação, ou seja, os trabalhadores e suas famílias. Está

aí, uma forma de luta que identifica os trabalhadores sem-terra. É uma transformação concreta do espaço realizada pelo trabalho, socialmente reconhecido no produto final: o barraco.

É também um convite ao conflito das classes em cena: trabalhador e latifundiários que Feliciano (2003, p. 112) apresenta da seguinte maneira:

Há diversos sentidos na forma de materialização de uma ocupação. O processo de ocupação está calcado na tradição e modernidade da luta camponesa. A tradicionalidade nos remete a uma categoria camponesa, por vezes acometida pela violência, expropriação e incompreensão materializada através da luta dos posseiros. A modernidade apresenta-se com um acúmulo de experiência camponesa em unir o sentido e significado da ocupação num componente extremamente político, coerente e ágil, reinventado através da luta dos sem-terra: o acampamento.



Figura 15 - Acampamento Funcional - MST - Marabá Paulista/ SP
Fonte: LIMA, E. C. Trabalho de Campo, 2003.

Em poucas horas é construído um acampamento funcional para um número significativo de famílias. Trata-se de uma ação tática do movimento para realizar o acampamento em tempo hábil à vista da imprensa, da sociedade e até da polícia, que tem como regra, a violência contra os trabalhadores.

Mas esta é uma prática de ocupação que sempre corre o risco de não ser efetivada, isto é, muitas vezes não dá tempo de concluir o barraco. Entre o tempo da ocupação e a ação violenta da polícia inviabiliza-se o processo de construção do acampamento, tendo de imediato a liminar de reintegração de posse para o latifundiário. Isto ocorre com frequência para não dar tempo de se construir o acampamento. Por outro lado, é um elemento desestimulante para o trabalhador no sentido da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

A repressão policial contra os movimentos sociais é uma forma de suspender e neutralizar os conflitos e inviabilizar as tentativas de acesso à terra pelos trabalhadores. Mas todas as práticas repressivas utilizadas pelo Estado e pela sociedade não são capazes de eliminar as ocupações e os acampamentos. A repressão é um dos elementos históricos para se compreender e refletir sobre o poder do atraso na questão agrária brasileira, tanto pelo Estado, através da polícia, quanto pela pistolagem sob ordem dos fazendeiros e dos capitalistas.

Entendemos aqui que a ação da ocupação é uma fase que antecede a Reforma Agrária e o barraco é a expressão material de um conjunto de processos sociais que simbolizam a luta de classes (latifundiários x trabalhadores sem-terra) pelo desejo da sobrevivência desses trabalhadores. Esses acampamentos se expressam no território em disputa pelo poder por diferentes formas de manutenção e resistência ao capital. Suas expressões territoriais variam, como vimos, desde o espaço de resistência às formas e disposição do acampamento.

3.4. Concepção política das ocupações organizadas pelos MOSLUTRA

Ficou identificado em nossas investigações que há diferenças no interior dos MOSLUTRA em relação as formas e procedimentos das ocupações de terra no Pontal do Paranapanema.

Para o MAST, o que identifica sua trajetória histórica aos objetivos da luta, é que “a ocupação de terra deve ser feita de forma democrática”. No depoimento de um dos líderes regionais do MAST fica explícita a importância de diferenciar-se de outros movimentos, especificamente do MST, aludindo às práticas “democráticas” de ocupação. Para este militante os acampamentos instalados em áreas públicas visíveis, como trevos e beiras de estradas, são necessários para que todos os seguimentos da

sociedade atentem para a necessidade de se fazer a Reforma Agrária sem que seja preciso romper a cerca:

Espero que o governo faça uma Reforma Agrária da maneira que nós estamos aqui (*acampados numa área pública, próximo ao trevo de Euclides da Cunha Paulista*), porque assim nós já estamos protestando, não precisa cortar cerca, matar boi, queimar a sede pra fazer um protesto, nem quebrar prédios públicos pra protestar, acho que aqui, o acampamento é uma maneira de protestar. As pessoas debaixo de uma lona já estão protestando, já é uma maneira de mostrar que o nosso estado está numa situação de calamidade. Vendo as pessoas numa situação dessas aqui, já se entende que é uma situação sub-humana. Ver essas crianças aqui debaixo da lona preta, também é uma situação sub-humana, então isso é uma forma de protesto. Então o governo deveria ter bons olhos e olhar pra essas pessoas e já ir começando a fazer um trabalho de assentamento aqui. Então não precisa ficar invadindo fazendas, quebrando cerca matando boi e destruindo as coisas que vão servir de benefícios para nós. (Liderança do MAST. **Acampamento Mario Covas de Euclides da Cunha Paulista/SP**. [Fev. 2004]).

Os líderes do MAST entendem também que as ocupações de áreas públicas que não sejam a terra, como bancos, estradas, prédios públicos etc., não devem ser ocupadas. Essas ocupações, independente do lugar alvejado, devem ser realizadas com negociações antecipadas para que o movimento não seja visto como movimento radical ou baderneiro, como é o caso do MST⁴.

Até mesmo nas ocupações de terras devolutas⁵ do Estado, pede-se que não haja a agressão do rompimento da cerca e que a construção do barraco seja feita somente entre a cerca e a estrada para que não haja nenhum tipo de conflito com o latifundiário ou com qualquer outro possuidor da área.

⁴ Vide trecho da entrevista com uma líder do MAST: “A nossa relação com o MST, é uma relação normal sem problemas, mas às vezes a gente diverge em algumas coisas. Por exemplo, no Paraná houve um conflito do MST que não tem nada a ver com o MAST, uma atuação que do meu ponto vista, não está correto, e naquilo que eu entendo por Reforma Agrária...entraram numa fazenda e roubaram tudo e para mim isso não está correto..., porque a posição do MAST é defender a democracia. (Entrevista com uma líder do MAST, gravação em fita cassete, 1999).

⁵ Entendemos por terras devolutas todas as terras públicas disponíveis para a apropriação privada, e essa terra é parte da terra pública do país que não sofreu ação discriminatória nem pública nem privada. Lembrando que as terras públicas federais registradas no Serviço de Patrimônio da União, as de propriedade dos Ministérios da Defesa, da Educação e da Agricultura, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas e da CHESF.. são terras públicas que por sua utilização não podem ser consideradas como disponíveis para o assentamento de agricultores, bem como das terras de propriedade das instituições financeiras federais (BB, BN e BASA) (SAMPAIO, et al., 2003, edição impressa, pp. 41-44).

São essas revelações que dão significado aos diferentes processos de espacialização e territorialização da luta pela terra e pela Reforma Agrária dos MOSLUTRA.

A ocupação de terra enquanto parte do processo de luta pela territorialização dos trabalhadores no campo tem essência e significado importantes para a emancipação dos trabalhadores. Isso independe de sua entidade organizativa. Essas ocupações se diferenciam entre si nos seus sentidos e suas propriedades. E nessa seara entram os trabalhadores (do campo e da cidade) na disputa pela terra.

Cada trabalhador acampado do MAST tende a explicar com palavras ensaiadas, qual é o verdadeiro significado dessa forma de ocupação de terra, ou seja, os acampamentos construídos no interior dos latifúndios. Esses trabalhadores, em sua maioria, carregam em seu discurso uma série de dúvidas sobre o conceito das formas de ocupação de terras.

Mas as ocupações e o acampamento nos latifúndios são aspectos que representam a materialização do conflito enquanto fenômeno imbricado na forma em que a sociedade do capital se instaura. Percebe-se que o acampamento é o momento de maior ascensão do conflito entre as partes envolvidas, especialmente trabalhadores marginalizados e policiais, ou até mesmo jagunços e capangas dos latifundiários.

Os latifundiários, além dos seus pistoleiros, ainda são amparados pelo Estado na representação do judiciário e pela imprensa burguesa. O conflito que então se expressa em torno do acesso à terra, vai além do conflito pela terra, propriamente dito, pois envolve neste cenário de luta os agentes sociais exauridos pelo sistema produtivo do capital, no campo e na cidade. E o Estado, em permanente apoio ao capital e os setores econômicos hegemônicos, fragiliza os pequenos produtores familiares e camponeses, descumpra as prerrogativas constitucionais, particularmente na omissão em relação às políticas de Reforma Agrária, etc. Sem contar que incentiva, de diversas formas, a expansão de grandes explorações monocultoras (para exportação de preferência), como a cana-de-açúcar e da soja, pondo em evidência o projeto do agronegócio como saída única para a agricultura. Tudo isso⁶ em detrimento de milhares de trabalhadores (camponeses, desempregados) que, portanto, estão às margens das políticas públicas para o campo e engrossam as fileiras para a ocupação das terras devolutas.

⁶ Cf. FERNADES, 2000; THOMAZ, JR., 2002 e 2006.

Convém defender que a relação entre a questão agrária e as mobilizações sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, tem mostrado, ao longo da história do Brasil, o cenário que expressa o conflito da luta de classes nesse país.

Essa característica e mais as diferenças existentes no interior dos MOSLUTRA, quanto aos procedimentos da ocupação, nos possibilita pensar que estas formações sociais distintas permitem o desdobramento do processo tático-estratégico do movimento como um todo. Esta particularidade é o que diferencia os movimentos sociais de luta pela terra dos demais movimentos sociais que são específicos a determinadas categorias profissionais com objetivos específicos e verticalizados para uma determinada causa.

3.5. O desuso da legislação agrária e os sentidos da propriedade privada da terra

A Reforma Agrária deve ser feita nas terras dos latifúndios, mesmo que eles sejam produtivos. Porque em sua maioria são latifúndios produtivos no sentido estritamente econômico, mas improdutivo no sentido jurídico-constitucional e social, e suas relações de produção não cumprem com a função social da terra prescrita no próprio texto constitucional.

Tomamos como exemplo o paradigma do capitalismo agrário, na realização do agronegócio, baseado na produção monocultora. Nos lugares de produção monocultora, como a cana-de-açúcar ou soja, territorializa-se a mecanização e a agroquímica dando insustentabilidade ao trabalho social e ao meio ambiente. Esse padrão de produção agrícola intensifica a concentração da propriedade privada da terra, a dominação política, a dominação ideológica e a hegemonia cultural a partir de um só produto.

Neste sentido, os MOSLUTRA a partir do engajamento político em suas ações (ocupações de terra) assumem a expressão do combate às desigualdades no campo, especificamente no que representa, hoje, o desenvolvimento e o estímulo do agronegócio.

Nesta contenda entram o Estado e a mídia em defesa dos latifundiários do agronegócio, os capitalistas que controlam a agroindústria. É fato que o agronegócio precariza o trabalho em todas as suas relações contribuindo para a manutenção das

desigualdades sociais e da estrutura de poder do capital sobre o conjunto dos trabalhadores e da sociedade.

Diante desse contexto, podemos tomar o sentido legal da função social da propriedade privada da terra, dentro dos parâmetros legais. A grande questão é: onde está o cumprimento da legislação por parte da elite agroindustrial?

Em entrevista recente, sobre a questão da propriedade da terra, o promotor de justiça Marcelo Goulart nos adianta o seguinte:

a formação dos juristas brasileiros, ainda se baseia no Código de Napoleão, sendo que o mundo caminhou e os juristas pararam no tempo. É uma formação setecentista, que defendia a propriedade como um direito sagrado, absoluto. A propriedade era um instituto de direito privado. Mas hoje a propriedade é um instituto de direito constitucional, que é um direito público e a constituição de 1988, tornou mais claro essa questão do direito privado. Hoje nós temos maior clareza do que é a função social. A propriedade deve ser entendida à luz do princípio da função social e não como um direito absoluto como um bem absoluto, sagrado. (...) Em primeiro lugar a Constituição utiliza a propriedade em dois sentidos; um como sinônimo de imóvel rural, e outro como um direito universal. Então a propriedade da terra é um direito, um direito universal. No Artigo 5º, são enumerados alguns direitos humanitários universais, dentre eles: o direito à propriedade como um direito universalizado. Todos têm o direito de ter acesso à propriedade, ao imóvel rural, à terra. Então todo brasileiro tem o direito de acesso à propriedade da terra. Tanto que, a Reforma Agrária é uma política pública de direito fundamental. O Estado é obrigado fazer a Reforma Agrária para garantir esse direito fundamental. E aí vêm os incisos XXII e XXIII que dizem consecutivamente: é garantido o direito de propriedade, e a propriedade atenderá a sua função social, que não tenha apenas uma função econômica. Tendo em vista que propriedade não é um direito absoluto, é o tipo de relação que o sujeito tem com bem. (Procurador de Justiça do Meio Ambiente. **Centro de Formação Política do MST, Riberão Preto/SP.** [Out. 2005]).

Diante dessa compreensão, apreendemos que o ajuste feito entre o Estado na competência do judiciário e o latifundiário é de reafirmação da agricultura capitalista na intenção do agronegócio e, conseqüentemente, reproduz em cadeia as filas dos desempregados do campo e da cidade, mantendo a distância entre as classes em conflito e intensificando o estado de barbárie social.

E o descumprimento da legislação se configura a partir do tipo de relação que o latifundiário estabelece com a terra, não cumprindo a função social da

terra, não respeitando a legislação ambiental e trabalhista. Aliás o não cumprimento da legislação trabalhista também é prática do capital agroindustrial, apesar do alto grau de produção, deste ou daquele latifúndio. Esta produção encarrega-se apenas de dar conta dos benefícios individuais do “dono” da terra estritamente no sentido econômico, mas não dá conta dos benefícios sociais nos processos de trabalho, pois o grau de exploração dos trabalhadores é de expressão sinônima à escravidão. Nada se difere no que diz respeito à questão ambiental.

Trata-se de um domínio territorial que não dá resposta satisfatória para a sociedade, nem em seu sentido legal, moral, ético e cultural. Nutre-se apenas dos benefícios e vantagens do capitalismo, criando mecanismos de alienação que conspiram contra os trabalhadores no circuito da produção, que não lhes permite se organizar para defender sua dignidade humana e a justiça social.

É por dentro dessa dinâmica territorial de relações que compreendemos como as relações sociedade/capital/trabalho se (re)fazem e se expressam nos lugares, enquanto elemento estrutural da sociedade de classes.

Neste contexto torna-se possível analisar com maior clareza os fenômenos sociais decorrentes, expressos no território do latifúndio. É no interior dessa arrumação espacial, como pondera Thomaz Jr. (2002), que nossa “leitura” geográfica tenta entender os redimensionamentos da questão agrária. Nossa compreensão perpassa o processo de formação dos latifúndios, e transcende os conflitos, as dissensões, as disputas políticas e os processos de ocupação de terra.

Além dessa arrumação que estrutura a questão agrária do presente, não podem estar ausente as políticas públicas de desenvolvimento rural, postas na pauta no Plano Nacional de Reforma Agrária do governo federal.

Apesar de ultrapassar os limites assumidos para este trabalho de pesquisa, nos valem apenas dos desafios que estão colocados para o MOSLUTRA e para os trabalhadores, tendo em vista os pressupostos e a própria condução do projeto de desenvolvimento territorial do governo Lula.

Nosso exercício se regula tão-somente aos impactos da política pública para os MOSLUTRA. Ou seja, como a política pública conduz, constitui e fragmenta os MOSLUTRA, por conta de possíveis dissensões e rachas. É o que trataremos a seguir.



CAPÍTULO IV

OS MOSLUTRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: PERSPECTIVAS PARA A LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS VIGENTES



4.1 - Os MOSLUTRA sob a ótica das políticas agrárias do BIRD no século XXI

As tendências aqui estabelecidas, internas às diversas questões discutidas até o momento, apontam para vários redimensionamentos que são frutos da sociedade organizada. São particularidades pertencentes à estrutura dessa sociedade, que remetem essas tendências à esfera da política econômica e, particularmente, a Reforma Agrária e a política agrária elaboradas pelo Governo Federal. Trata-se de processos já conhecidos por nós como: as dissidências motivadas por divergências políticas, as formas de ocupações diferenciadas e, conseqüentemente, os diversos tipos de violência ocorridos no interior dos MOSLUTRA. Assim como o resultado desse processo na figura dos assentamentos rurais, assunto esse que neste momento não será aprofundado.

Tais desdobramentos são conseqüências das políticas públicas de Reforma Agrária que não alteram o regime da propriedade privada da terra nas formas de latifúndios improdutivos. São desafios que recairão sobre os agentes sociais envolvidos, sobretudo sobre os trabalhadores sem-terra, já que os latifundiários têm a conivência do Estado.

O permanente conflito entre os próprios trabalhadores sem-terra, expressos nas dissensões e nos rachas e entre estes e os latifundiários é o que está desenhado nesse novo cenário das aplicações das políticas públicas desencadeadas pelo Governo Federal. Especialmente naquilo que já foi articulado desde 1993 entre o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o BIRD (BIRD), conhecida como Reforma Agrária de mercado, ajustada aos padrões do neoliberalismo.

Segundo Sauer (2006) a agenda agrária do BIRD consiste em: a) estímulo a relações de arrendamento, como prioridade máxima; b) estímulo a relações de compra e venda de terras; c) privatização e individualização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais e d) privatização de terras públicas e comunais. De maneira geral são essas quatro linhas de ação que vêm dando formato às tendências do campo brasileiro. Sua implementação já inaugurada no governo de FHC hoje é reproduzida com aprimoramento pelo governo de Lula.

Essa reestruturação no campo é o que vem qualificando as demandas por terra, com suas várias formas de ocupações, realizadas pelos trabalhadores sem-terra¹. Conseqüentemente fortalece os processos de dissidências motivadas por divergências político-ideológicas redimensionando novos processos de (des)organização dos trabalhadores e seus respectivos movimentos, configurando ainda novos confrontos internos aos MOSLUTRA

¹ Cf. THOMAZ JR; 2005.

como um todo. Algo que seria extremadamente reduzido se se adequasse uma proposta de política de Reforma Agrária estrutural, alterando radicalmente o regime de propriedade privada da terra.

De maneira geral, essas ações do BIRD mostram um forte estímulo ao processo de compra e venda da terra para se obter o acesso à mesma. Mas pelo que vimos nos acampamentos e em um grande número de assentamentos do Pontal do Paranapanema, é absolutamente impossível o trabalhador acampado ter a compra como meio de aceder a terra. Neste sentido, a pergunta que colocamos é: qual o significado dessas políticas públicas para os trabalhadores sem-terra?

No último trabalho de campo que realizamos, participamos de algumas reuniões em alguns acampamentos do MAST (Figuras 16 e 17), mas a realidade social e econômica que encontramos não assegura a conquista da terra pela via da compra como prescrevem as políticas públicas do Governo Federal sob as estratégias do BIRD. Acreditamos que nem mesmo pela via de empréstimos bancários, em função da falta de comprovação de renda, a saída mercadológica poderia vingar, todavia, não é só isso que sugere a proposta do BIRD. Isto é, o chamamento à compra inibe as ocupações e viabiliza o fortalecimento do poder dos latifundiários, os que, na prática, seriam os reais beneficiados desse processo, porque passariam a receber pela venda de terra pagamentos à vista, e ainda teriam sob seu comando o controle social das ações dos MOSLUTRA.

O depoimento de uma das trabalhadoras acampadas entrevistada no decorrer da pesquisa, comparece com muita clareza no sentido de não poder comprar terra para adquirir um lote. O real motivo é a falta de crédito e dinheiro para aquisição dessa terra. Através das fotografias apresentadas no capítulo três pudemos constatar a situação de pobreza em que vive a maioria dos acampados. As condições do barraco são precárias, e até mesmo o material para a sua construção é, muitas vezes, por conta do próprio acampado. Em outra ocasião, durante uma das nossas visitas a um dos acampamentos da região, questionamos o porquê do pequeno número pessoas acampadas. Com certa insegurança o coordenador do acampamento respondeu da seguinte forma:

- Não! Aqui tem bastante gente, é por que eles foram para outro acampamento, o outro pessoal está almoçando agora. (*Neste momento interfere uma acampada dizendo:*) - Eles não estão aqui porque não têm dinheiro agora para comprar lona para fazer acampamento.

(Trabalhadora sem-terra militante do MAST. **Acampamento no trevo de Santo Anastácio/SP.** [Abr. 1999]).

O que se percebe em uma única visita é a precariedade das condições de vida das pessoas que se expõem aos acampamentos. São explícitas as questões da fome e das condições de higiene e de outros bens básicos para as famílias. Como já dissemos anteriormente, até a cesta básica passa pela morosidade do INCRA, com até 90 dias de atraso para ser entregue. A adversidade se duplica quando consideramos que boa parte dos trabalhadores destes acampamentos já são dissidentes de outros movimentos, justamente pelas mazelas nas condições de vida e as poucas expectativas de conquistar a terra.

Na Figura 16 várias famílias de trabalhadores e trabalhadoras esperam por um pedaço de terra, organizadas sob a bandeira de luta do MAST, em Santo Anastácio.



Figura 16 – Acampamento do MAST – Santo Anastácio/SP
Fonte: Lima, E. C., Trabalho de Campo, 2005

Na seqüência, a Figura 17 recolhe uma panorâmica da disposição típica de um acampamento do MAST, com os barracos na beira da estrada.

Neste acampamento morava inicialmente um total de 200 famílias, recentemente, restam aproximadamente 40 famílias. Essa evasão deu-se em função de sua precária infra-estrutura e principalmente pela falta de alimentos.

A maioria das famílias voltou para a cidade de origem, Panorama/SP.



Figura 17 – Acampamento do MAST – Panorama/SP.

Fonte: Lima, E. C., Trabalho de Campo, 2005.

Voltando às falas dos(as) acampados verificamos a indignação quando perguntamos sobre o tempo de estadia no MAST, como se recolhe no seguinte depoimento:

Estou participando dos acampamentos há dois anos, mas eu já venho de um outro que fizeram aí, um tal de Terra e Pão, era com o Marivaldo (*Líder*) também, aí nós viemos pra cá. E aí a gente se uniu com o MAST, inclusive tem um pessoal dele que chegou aqui pra pegar senha. (Liderança do MAST. **Acampamento de Panorama/SP**. [Fev. 2005]).

Complementando a resposta da assentada, seu companheiro reclama também da falta de trabalho nas fazendas no entorno do acampamento. Quando perguntado sobre a questão do trabalho:

Ah, por enquanto nós estamos sem serviço, tudo parado. Agora acabou a braquearia, agora é tempo ruim, tudo acabou tudo (...) além do mais a cesta básica não está vindo, porque não fizemos o cadastro ainda, eles (*o INCRA*) ficaram de vir fazer o nosso cadastro, mas ainda não veio, ficou deles fazer o cadastro, de hoje há oito dias para que se pudessem liberar a cesta para essas famílias. (Liderança do MAST. **Acampamento de Panorama/SP**. [Fev. 2005]).

Essas considerações nos levam a entender que o processo de dissidência entre os trabalhadores sem-terra está vinculado também à falta de trabalho que conduz conseqüentemente à pobreza no campo. Ao longo das entrevistas, para muitos trabalhadores, um dos fortes motivos que justifica a dissidência dos trabalhadores, além das diferenças político-ideológicas é a falta de oportunidade de alguma forma de garantia de renda ou de terra. Diante das promessas das lideranças dissidentes, os trabalhadores são induzidos a formarem novos movimentos, evadindo-se daqueles movimentos que estavam até então. Esse “vai-e-vem” dos trabalhadores se sustenta pelo conjunto das articulações estruturais do capital na representação das tais políticas agrárias do BIRD, que promovem a desarticulação do conjunto dos trabalhadores sem-terra.

Perante a nossa avaliação, os principais eixos estruturais das políticas agrárias do BIRD, apontados no início do texto, a princípio não atendem positivamente aos objetivos dos trabalhadores sem-terra, porque o que está em pauta para estes trabalhadores acampados é primeiramente a conquista imediata da terra em escala nacional. Essas ações deverão acontecer juntamente com um conjunto de políticas complementares que envolva toda a infra-estrutura para a manutenção dos trabalhadores na terra, quais sejam: educação, saúde, transportes e outras.

Uma outra instância que deve ser considerada para a implantação da Reforma Agrária é a aplicação de políticas agrícolas que favoreçam a reprodução dos trabalhadores sem-terra nos assentamentos de Reforma Agrária. Crédito, assistência técnica e acesso aos mercados são elementos basilares dessa política pública.

Esses pressupostos atingem diretamente o cerne da questão, ou seja, rompem com um regime que está arraigado historicamente por manobras políticas entre o Estado e os latifundiários e descaradamente contra os trabalhadores sem-terra. Isso interfere diretamente na estrutura fundiária conservada pelas grandes propriedades griladas que atingem abusivamente a casa dos milhões de hectares², inviabilizando efetivamente o

² Como exemplo, utilizamos o caso de Carlos Medeiros e Cecílio do Rego Almeida, ambos são proprietários de terras griladas no Pará. O primeiro se diz proprietário de uma área que ocupa um território de aproximadamente 120 mil quilômetros quadrados, ou 12 milhões de hectares. O segundo, grilou um território que possui um total de 7 milhões de hectares. Estes são verdadeiros principados onde os poderosos grupos econômicos fazem a exploração moderna dos recursos, usando mão-de-obra escrava, reconhecida pelo Estado. Em outros casos essas terras objetivam interesses meramente especulativo de reserva de valor, também legitimada pelo Estado, no sentido da concessão de financiamentos em bancos oficiais. Tudo isso sobre uma estrutura fundiária que está relacionada com as ações violentas dos grupos de fazendeiros que se apropriam das terras para a territorialização de empresas capitalistas, desencadeando vários processos de exclusão social dos trabalhadores sem-terra. Maiores detalhes em: www.amazonpress.com.br. Acessado aos 15/01/06 e Revista “Veja”, n°2, ed. 1518, ano 32, 13/01/99.

processo de Reforma Agrária fundamentada na redistribuição de terras, garantindo a reprodução dos trabalhadores. Para Sauer (2005, p. 6):

(...) a Reforma Agrária tem como objetivo central redistribuir terra e garantir as condições de reprodução social do campesinato³, atacando as relações de poder na sociedade que privilegiam os grandes proprietários, que podem ser, inclusive, grandes empresas e bancos (nacionais ou estrangeiros). Por tudo isso, a Reforma Agrária exige o fortalecimento do papel do Estado na provisão de bens e serviços públicos essenciais à melhoria das condições de vida dos camponeses assentados e ao bom desempenho econômico do setor reformado⁴.

Essa seria uma condição que daria sentido às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Essa talvez fosse uma proposta de supressão dos conflitos no campo, porque as propostas de políticas agrárias destinadas ao país até o momento é o que substancia a gestação do conflito entre os próprios trabalhadores (dissidências) e entre os trabalhadores e os latifundiários. Mas quando relacionamos uma proposta de Reforma Agrária estrutural que altere o regime de propriedade privada da terra e as políticas públicas agrárias do BIRD, confrontamo-nos com uma concepção de reforma que contradiz a proposta primeira. Entendemos que a superação da pobreza rural depende de uma Reforma Agrária que não seja a fundamentada na ideologia do mercado.

Em nossa análise os processos conflituosos que dão origem às dissidências no interior dos MOSLUTRA são gerados pela ausência de uma política pública de Reforma Agrária. Até o momento o que se vê são medidas paliativas de reforma que favorecem a burguesia agrária, subjugando os trabalhadores sem-terra que não têm condições de entrar no circuito da aquisição de terras pela via da compra como propõe o BIRD, especialmente os trabalhadores acampados. De nada adianta propor um “quadro receita” como são os relatórios “Brasil. O gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais” (nº 11738-BR de 1993), e relatório “Combate à pobreza rural no Brasil: uma estratégia integrada” (nº 21790-BR de 2001) se ambos defendem respectivamente uma Reforma Agrária fundamentada na prioridade de maximização de compra e venda de terras negociadas diretamente entre os grupos beneficiários, ou seja, é considerada uma Reforma Agrária comunitária com programas flexíveis. Segundo VILELA, 1997, o Relatório assegura que:

³ Com o termo campesinato, não queremos aqui ressaltar seu conceito específico derivado de camponês como classe social. Queremos mostrar apenas o significado da Reforma Agrária para todos os trabalhadores que têm a terra como fonte única e específica de sobrevivência.

⁴ Cf. www.adital.com.br. Acessado aos 14/02/06.

A abordagem comunitária da Reforma Agrária, recentemente planejada e implementada, é uma concepção de programa flexível que pode ser ajustado de modo a considerar estas sinergias: os grupos de beneficiários negociam diretamente com os potenciais vendedores de propriedades adequadas e, então, obtêm o financiamento para a compra da terra e os subprojetos complementares, além do recebimento de assistência técnica. (p.19)⁵.

Tais propostas são tentativas de remediar os focos de conflitos, mas a resolução da questão está muito longe de ser resolvida, justamente porque não foi atingida a raiz do problema, promovendo os vários processos de conflito e dissidências dos trabalhadores e dos seus movimentos organizados.

Na esfera política o Governo Federal tramita o pacto de implementação dessas políticas. O BIRD estimula veementemente mudanças nas legislações agrárias, trabalhistas e nos próprios textos constitucionais, assim como o aumento nas concessões de empréstimos para os governos nacionais dos chamados países pobres.

Analisando um dos principais eixos das políticas agrárias do BIRD, a “privatização de terras públicas e comunais”, compreendemos que a tendência do Banco e do Governo Federal é a criação de mais instituições que facilitem a mercantilização das terras públicas do Estado para a inserção de capitais da iniciativa privada, inviabilizando a inserção dos trabalhadores sem-terra no processo de Reforma Agrária. Trata-se de um cenário de permanente conflito entre as partes envolvidas, porém com desvantagens para os trabalhadores que lutam pela terra sem o capital para conquistá-la. Esse conflito se torna presente também no interior da organização dos trabalhadores, com a fragmentação e o constante processo de dissidência para buscar expectativas de sobrevivência em outras frentes de luta pela terra e pela Reforma Agrária, muito presente no Pontal do Paranapanema/SP.

4.2 - Políticas Públicas e os trabalhadores sem-terra acampados do Pontal do Paranapanema

Vimos anteriormente que, de maneira geral, as propostas do BIRD, aceitas pelo Governo Federal, compreendem a terra meramente como mercadoria, ou seja, um bem puramente econômico.

As políticas agrícolas que aqui citamos são formuladas e direcionadas para os trabalhadores assentados, sobretudo, fundamentadas nas perspectivas das políticas agrárias do BIRD.

⁵ Essa proposta comparece originalmente no Relatório nº 11738-BR de 1993 e é complementada no Item 45 do Relatório nº 21790-BR de 2001.

Apesar da oferta dessas políticas públicas compensatórias existirem em escala nacional, estão presentes também no Pontal do Paranapanema por meio do INCRA e do ITESP, mas não fazem referências aos trabalhadores acampados, somente aos assentados com expectativas de produtividade, pois os créditos disponíveis são exclusivos para produtores rurais. De maneira que só:

Podem solicitar crédito rural: produtor rural - pessoa física ou jurídica ou associações de produtores rurais, cooperativas de produtores rurais ou pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades agropecuárias. Não podem ser beneficiados com o crédito rural, estrangeiros residentes no exterior, sindicato rural ou parceiro, se o contrato de parceria restringir o acesso de qualquer das partes ao financiamento. (INCRA, 2006)⁶.

Contraditoriamente, nas promessas do ITESP, se concebe políticas públicas para o Pontal do Paranapanema como ações que o Estado desenvolve no sentido de “realizar os direitos sociais de seus cidadãos *além* de facilitar o acesso das comunidades a essas políticas”, (grifo nosso). O ITESP promete também analisar na região do Pontal do Paranapanema a eficácia dos programas governamentais implantados para o desenvolvimento dos assentamentos, porém deixando claro que os créditos são direcionados para financiar:

(...) o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas. Além de fortalecer o setor rural, incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção. (ITESP, 2006)⁷.

Essas promessas governamentais, tanto pelo ITESP quanto pelo INCRA têm significado para alguns assentados dos projetos de Reforma Agrária do Pontal, mas em nossa concepção, torna-se complicado desenvolver políticas públicas em um lugar onde ainda não se fez uma política de Reforma Agrária estrutural. Essas políticas perdem o caráter desse desenvolvimento territorial e configuram-se como compensatórias, paliativas e de intenções eleitoreiras. Isso, portanto, não encerra as formas de conflito entre os trabalhadores, no acirramento dos embates das dissidências e os rachas, tampouco no tocante às divergências político-ideológicas entre os trabalhadores sem-terra. O não interesse político de se fazer a Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema e somente tentar aplicar políticas públicas de desenvolvimento territorial é um dos principais elementos gestores que lançam os trabalhadores a tentar a sorte e tomarem iniciativas para a criação de novos MOSLUTRA,

⁶ Cf. www.incra.gov.br. Acessado aos 17/02/06.

⁷ Cf. www.itesp.sp.gov.br. Acessado aos 06/03/06.

para tentarem novas alternativas e estratégias de luta. Isso nos faz refletir em questões que são fundamentais para as perspectivas dos trabalhadores acampados dos diversos movimentos, como o MAST, MST, UNITERRA, MBUQT etc. Afinal, quais são as políticas públicas direcionadas para a unificação dos trabalhadores sem-terra acampados e organizados por esses movimentos? Qual é a ação política do Estado interessada em reduzir os conflitos internos historicamente construídos no interior dos movimentos de trabalhadores sem-terra dissidentes do Pontal, especialmente no interior do MST, movimento de abrangência nacional?

Apesar da sua organicidade o movimento convive com um processo paralelo de dissidências oriundas das divergências político-ideológicas. Sua fragmentação remonta o processo de formação do MAST (1998). Não podemos afirmar aqui com precisão a data que confirma a primeira dissidência do MST e sua fragmentação, porque o exemplo comprovado que temos está na Carta de Princípios do extinto MUST. Na Carta de Princípios conta que esse mesmo líder fundou o Movimento da Paz dos Trabalhadores Sem-Terra (MDPST), principalmente por não concordar com os princípios do MST. A Carta confirma que:

Muitos dos próprios integrantes do MST, não concordando com atitudes desse grupo hegemônico, (tantos os líderes como os coordenadores instruídos por eles), acabam se desvinculando do movimento, montando outros. Na maioria desses movimentos novos tem como líderes os antigos coordenadores do MST, um dos movimentos que se destacou do MST foi o MDPST – Movimento da Paz dos Trabalhadores Sem-terra. O líder era um dos coordenadores do MST, e acabou reunindo um grupo de pessoas montando um acampamento inicial entre as cidades de Presidente Prudente e Álvares Machado, na Estrada da Amizade, perto do Balneário da Amizade, depois foi para a estrada de Taciba. A estratégia de ocupação era nas terras griladas e em fase de negociação com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, nos municípios de Regente Feijó, Taciba, Martinópolis, Nantes, todas no Estado de São Paulo. (MUST, 1998, p. 6).

Resgatando os princípios históricos das dissidências, presentes na Carta de Princípios do MUST, o relator estende a discussão para demonstrar os princípios básicos que deram e que dão origem aos processos de dissidências. São afirmações de igual teor à Carta de Princípios do MAST escrita pelos membros da SDS, apoiados pelo partido da situação no momento, o PSDB:

(...) O MDPST tem dois princípios filosóficos: a ocupação de terras com o intuito de realizar uma negociação pacífica (sem roubos, danos à propriedade, etc.), e organizar o movimento sob a realização de um Estatuto. No entanto, na prática, o Estatuto seria apenas para mostrar ao INCRA, a

imagem de um movimento organizado, pois o que prevalecia como ordem era sua palavra, como aquele quem mandava ali no acampamento. (Idem).

O processo de dissidência dessa liderança aponta uma contradição levantada na Carta de Princípios que mostra a prática de um coordenador com formação no MST. Trata-se de uma prática que dificilmente se altera com sua inserção em outro movimento de formação política diferenciada. Na discussão exposta na Carta de Princípios do MUST o texto esclarece tendenciosamente a postura radical do ex-coordenador do MST logo na primeira ocupação como liderança do novo movimento, o MDPST, na Fazenda Santa Mônica. Como segue:

Logo na primeira ocupação realizada na Fazenda Santa Mônica, foi de madrugada, houve danos à cerca da propriedade, deixando claro com isso a falta de controle do líder quanto à própria filosofia por ele fundada. Foi realizado o Estatuto, mas nunca discutido com os “cabeças” do movimento, quanto mais lido diante do povo. Todas as documentações necessárias para organização do movimento, como Advertência, Livros de Tesouraria e Secretaria, eram inválidos. (Idem).

Os vários tipos de denúncias e acusações que comparecem na citação acima sobre esse líder⁸ se prolongam, tanto na Carta de Princípios, quanto nas próprias entrevistas realizadas por nós ao longo dos trabalhos de campo. Mas especificamente sobre essa liderança em seu período de permanência no MUST e no MAST as denúncias se caracterizam como: negociações corruptas com fazendeiros, sonegação de informações para o grupo de trabalhadores acampados, promessas em discursos cansativos em todas as reuniões, forçarem a espera dos trabalhadores para que eles não se precipitassem sobre os processos de ocupações, sonegação de prestações de contas das viagens para São Paulo para negociar com o INCRA, etc. De maneira geral, as entrevistas e a própria Carta defendem que as atitudes de várias lideranças dissidentes e com formação política no MST eram contrárias ao que propunha o Estatuto e, segundo os membros coordenadores do MAST, tais atitudes provocavam a desorganização interna nos acampamentos, assim como bebedeiras e brigas constantes.

Este conjunto de denúncias sobre tal liderança provocou o desaparecimento do MDPST. Com a intensificação das dissidências por corrupção e por divergências político-ideológicas, tanto a liderança quanto os demais membros da coordenação e os próprios trabalhadores começaram a buscar novas alternativas para conquistar a terra através de formas diferenciadas de ocupação propostas por outros movimentos. Dada a extinção do MDPST

⁸ Ao longo da entrevista não foi citado o nome da liderança em discussão.

surge, paralelamente ao MAST, o Movimento Unidos dos Sem-terra (MUST)⁹ tendo como líder o Sr. Edmilson Goçalves da Silva. Sua primeira ação política de ocupação foi o acampamento “Santa Madalena” no município de Regente Feijó/SP. O acampamento, que podemos observar na Figura 18, leva esse nome porque o alvo de ocupação foi a Fazenda Santa Madalena no mesmo município:



Figura 18 – Acampamento Santa Madalena – MAST - Pito Acesso – Regente Feijó/SP.
Fonte: Lima, E. C., Trabalho de Campo, 2005.

Após o MUST ser destituído, sua bandeira de luta foi substituída pela do MAST e, em assembléia, foi decidido que a partir daquele dia¹⁰ o acampamento passaria a pertencer à coordenação do MAST com seu respectivo coordenador, Sr. Américo, residente em Regente Feijó/SP.

De forma geral a coordenação e os trabalhadores do MUST, antes de sua adesão ao MAST, se mostraram vítimas de atos de populismo e autoritarismo praticados pelas lideranças de formação política no MST. Esse discurso permeia toda a esfera de coordenação dos acampamentos e agregados do MAST, defendida inclusive, na Carta de Princípios do extinto MUST que deu aporte crítico para a constituição à Carta de Princípios do MAST. Na

⁹ Anexo II. Carta de Princípios do MUST, 1998, pp. 6-7. Este documento comparece na versão impressa.

¹⁰ Não tivemos acesso ao Estatuto final do movimento, por este não ter atingido sua fase, ficamos apenas com o rascunho em fase de conclusão, por esse motivo não tivemos acesso à data precisa de sua fundação, mas sabemos que sua data referência passou a ser a mesma do MAST.

edição da Carta de Princípios do MUST, fomenta-se um discurso genérico no processo de sucessão do MDPST para o MUST, sobre os líderes de formação política no MST, como segue:

Um ato populista e autoritarista, sem o compromisso de uma luta unida para com a liberdade sócio econômica do povo, (...) nos discursos enganosos e sem nenhuma prática efetiva, acabou levando nós, alguns da antiga comissão de liderança do MDPST, o rompimento com esta organização, criando um novo movimento, o MUST – Movimento Unidos dos Sem-terra, cuja filosofia precede do anterior, mas para com todos os participantes do movimento. (Idem, p. 6-7).

De maneira geral essa é a base crítica de construção da ideologia *mastiana* sobre a origem dos processos de dissidências e formas de luta diferenciadas na questão agrária brasileira. Chamam a atenção para que os MOSLUTRA se organizem em um movimento fundamentado na negociação antes da ocupação do latifúndio para que não haja danos à propriedade privada da terra, e que sua organização interna tenha como prática a regularização de um Estatuto, discutido em assembléia.

Em busca da resolução imediata dos resultados da Reforma Agrária, da sobrevivência, dos interesses político-partidários, das relações de poder, na sua maioria os membros do MAST se iludem por esse imediatismo e o individualismo para sua realização pessoal, dificilmente pensam num projeto coletivo de Reforma Agrária que viabilize social e economicamente o interesse do grupo.

Segundo Dom Maurício Grotto de Camargo em entrevista concedida à Antonio Alves de Almeida (2003), trata-se de um fenômeno que supera os limites do movimento e envolve inclusive a mística dos trabalhadores e outros valores fundamentais para sustentar as suas bases. Concordamos com a sua opinião porque em diversas situações as lideranças de acampamento exploram o grupo de trabalhadores para fins eleitoreiros e outras oportunidades particulares. Para Almeida (apud Camargo (2003, p.8):

[...] nós estamos dentro de um mundo globalizado, massificado, o individualismo é muito grande, o relativismo, a fragmentação também está sendo uma das características desse mundo pós-moderno, globalizado, então eu diria que não é só a utilização da mística que está em declínio não, o próprio movimento popular está sentindo dificuldade hoje de mobilizar as pessoas mais necessitadas, marginalizadas, carentes [...] justamente por causa da sedução muito forte, a possibilidade de você resolver o seu problema individualmente [...] por exemplo, o caminho das drogas, o caminho do tráfico de drogas [...] então tem tantas seduções, cada um tentando ganhar na loteria, numa ou outra loteria. [...] hoje o que está ocupando o primeiro lugar é uma certa pressa, um certo imediatismo de

tentar conquistar logo os ideais de Reforma Agrária, de reforma agrícola, de posse de terra, o imediatismo de conseguir logo um assentamento e resolver logo um problema, digamos imediato, da fome, do trabalho, do sustento etc.

São aspectos importantes que envolvem toda a estrutura do movimento social para fragilizar a luta em todas as suas dimensões. Mas como já discutimos anteriormente, o processo de dissidência dos MOSLUTRA recriando novos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, promove a divulgação da luta e a necessidade de se realizar uma política pública fundamentada na desconcentração fundiária, priorizando a democratização da terra por meio da desapropriação, de modo que garanta os trabalhadores na terra e que haja coragem de confrontar poder com os latifundiários e agroindustriais detentores de grandes extensões de terras monocultoras.

Infelizmente, enquanto isso, o Estado e a sociedade do capital ganham tempo em novas formas de reprodução e de reestruturação produtiva do capital no campo, acentuando ainda mais os processos de dissidências entre os movimentos por falta de uma política efetiva de Reforma Agrária.

Neste constante processo de dissidência e formação de novos movimentos sociais, quais seriam as políticas agrárias e agrícolas que resolveriam a situação do Pontal do Paranapanema, tendo como referência os trabalhadores acampados destes movimentos? Como inserir esses trabalhadores no processo de aquisição de crédito para participarem efetivamente da política de Reforma Agrária? Finalmente, como falar de política pública para trabalhadores acampados, se estas estão projetadas somente para assentados?

A realidade agrícola e agrária do Pontal do Paranapanema é contraditória no interior dos MOSLUTRA, pois as políticas públicas voltadas para a agricultura não são suficientes para conter os conflitos por terra e as dissidências dos trabalhadores. Cria e recria novas bandeiras de luta. Trata-se de um processo histórico que vimos acompanhando desde 1998, com a criação do MAST e de outros movimentos. É fato que alguns líderes com interesses eleitoreiros organizam grupos de trabalhadores com uma bandeira específica de luta pela terra e permaneçam na liderança dos acampamentos até a próxima oportunidade de um cargo político ou sindical, abandonando o movimento no momento oportuno. Neste sentido prevalece a promessa do discurso político, mas isso não é particular aos “pequenos líderes” dos movimentos. Essa prática também é propriedade absoluta dos “grandes líderes”, dentre eles o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em seu discurso de sucessão, no

tocante à questão agrária brasileira, estava lá a promessa da urgência de uma Reforma Agrária:

[...] pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil, produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade, sabendo que, ao se levantar com o nascer do Sol, cada movimento de sua enxada ou de seu trator, irá contribuir para o bem estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e agricultura empresarial, a agroindustrial e ao agronegócio, são, na verdade complementares, tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. A Reforma Agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e sementes, que brotarão viçosas com linhas de créditos e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano”. (FELICIANO, 2003, p.202).

Eis aí um grande exemplo de promessa descumprida que tendencia os conflitos internos e externos aos movimentos que lutam pela terra, Reforma Agrária e pela sobrevivência na terra. São processos conflituosos desencadeados a partir das relações políticas travadas entre os sujeitos históricos implicados que, como destaca Barone (2002, p. 36) estão “sempre no enfrentamento dos diversos desafios inerentes a essa complexa política pública de redistribuição de terras”.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)